

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL

2013/2014



TII

**O SERVIÇO NA RESERVA: COMPLEMENTARIDADE PARA UMA MELHOR
DEFESA NACIONAL**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO
CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO
CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS.



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**O SERVIÇO NA RESERVA: COMPLEMENTARIDADE
PARA UMA MELHOR DEFESA NACIONAL**

COR Tm Francisco José Carneiro Bento Soares

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2013/20014

Pedrouços 2014



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

O SERVIÇO NA RESERVA: COMPLEMENTARIDADE PARA UMA MELHOR DEFESA NACIONAL

COR Tm Francisco José Carneiro Bento Soares

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2013/2014

Orientador: COR Tir Art José Luís de Sousas Dias Gonçalves

Pedrouços 2014



Agradecimentos

Os meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Coronel Tirocinado de Artilharia José Luís de Sousa Dias Gonçalves, pela sua preciosa ajuda, esperando que este trabalho não defraude as suas expectativas e seja merecedor da franca e total colaboração que me disponibilizou.

A todos os Camaradas Auditores do Curso de Promoção a Oficial General 2013/2014, o meu agradecimento pelos laços de camaradagem e amizade que se foram consolidando ao longo do curso.

Aos Ex. mos Senhores, Dr. Alberto Coelho, GEN Loureiro dos Santos, VALM Rocha Carrilho, TGEN Serôdio Fernandes, MGEN Guerra Pereira e MGEN Fonseca e Sousa, os meus respeitosos agradecimentos pelo precioso tempo que gentilmente me dispensaram, tendo contribuído com seu conhecimento, experiência e reflexão para o enriquecimento desta investigação.

Uma palavra de reconhecimento a todos os camaradas e amigos que ao longo do meu percurso militar, direta ou indiretamente, contribuíram para que pudesse chegar até aqui.

Por último, agradeço à minha mulher, pilar da família e porto de abrigo dos meus filhos, pela disponibilidade e tranquilidade que mais uma vez me proporcionou para enfrentar este desafio.

A todos, muito obrigado e bem hajam!



Índice

Introdução	1
1. Enquadramento conceptual	6
a. O modelo de serviço militar nacional	6
(1) O recrutamento militar	6
(2) A Reserva de Disponibilidade e a Reserva de Recrutamento	8
(3) A Convocação e Mobilização militar	10
b. Conceito da componente de reserva na OTAN	13
c. Síntese conclusiva	14
2. Efetividade do sistema de convocação e mobilização militar	15
a. Influência do ambiente externo	15
b. Recrutamento excecional por Convocação	19
(1) A Convocação da Reserva de Recrutamento	19
(2) A Convocação da Reserva de Disponibilidade	22
c. Recrutamento excecional por Mobilização militar	24
d. Direção, coordenação e execução do recrutamento excecional	26
(1) Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar	26
(2) Ramos das FFAA	28
e. Síntese conclusiva	30
3. Modelos de serviço na reserva de países europeus	31
a. O “estado da arte”	31
(1) Alemanha	31
(2) Bélgica	33
(3) Dinamarca	35
(4) Espanha	36
(5) França	38
(6) Holanda	42
(7) Reino-Unido	43
b. Síntese conclusiva	47
4. Contributos para um modelo de serviço na reserva	49
a. Uma nova situação de serviço militar – a Reserva Voluntária	49
(1) Conceptualização da Reserva Voluntária	49
(2) Contributos para a implementação da Reserva Voluntária	52



b. Um Corpo de Cidadania para a Defesa Nacional	54
c. Síntese conclusiva.....	57
Conclusões.....	59
Bibliografia.....	63

Índice de Anexos

Anexo A – Corpo de Conceitos.....	A -1
Anexo B – Indicadores das FFAA dos países estudados	B -1
Anexo C – Força de Cadetes do Exército do Reino-Unido	C -1

Índice de Apêndices

Apêndice 1 – Percurso metodológico.....	Ap 1-1
Apêndice 2 – Problematização teórica	Ap 2-1
Apêndice 3 – Custo da convocação da Reserva de Disponibilidade	Ap 3-1
Apêndice 4 – Validação das Hipóteses	Ap 4-1

Índice de Figuras

Figura nº 1: Modalidades do recrutamento militar.....	7
Figura nº 2: Recrutamento Excecional	8
Figura nº 3: Esquema de acionamento da Convocação.....	11
Figura nº 4: Esquema Convocação/Mobilização.....	12
Figura nº 5: Metas do processo de profissionalização das FFAA	15
Figura nº 6: Sistemas de Informação para o Recenseamento e Recrutamento.....	27
Figura nº 7: Caracterização geral da reserva militar em França.....	39
Figura nº 8: Emprego reservistas FFAA do Reino-Unido (01abr03-31mar13)	44
Figura nº 9: Convocação da Reserva Voluntária em tempo de paz.....	52
Figura nº 10: Convocação da Reserva Voluntária em estados de exceção.....	52
Figura nº 11: Reforma do Estado -Sondagem	55
Figura nº 12: Estrutura dos efetivos das FFAA do Reino-Unido	B - 6
Figura nº 13: Percurso metodológico	Ap 1 - 1
Figura nº 14: Problematização teórica.....	Ap 2 - 1

Índice de Gráficos

Gráfico nº 1: Efetivos da Reserva de Disponibilidade	9
--	---



Gráfico nº 2: Efetivos da Reserva de Recrutamento	9
Gráfico nº 3: Nados vivos (em milhares), Portugal, 1900-2012	17
Gráfico nº 4: Emigrantes por mil habitantes	18
Gráfico nº 5: População residente dos 15 aos 39 anos - 2012-2060.....	18
Gráfico nº 6: Evolução cidadãos recenseados 1996-2013	19
Gráfico nº 7: Evolução do efetivo de praças RV/RC no Exército.....	21
Gráfico nº 8: Atividades desenvolvidas pela reserva operacional de França	40
Gráfico nº 9: Origem socioprofissional da reserva de cidadãos de França	41
Gráfico nº 10: Evolução dos efetivos das FFAA da Bélgica.....	B - 2

Índice de Quadros

Quadro nº 1: Objetivo geral e objetivos específicos.....	3
Quadro nº 2: Questão central, questões derivadas e hipóteses	4
Quadro nº 3: Fases do processo de recrutamento	7
Quadro nº 4: Serviço efetivo decorrente da convocação	10
Quadro nº 5: Serviço efetivo por Mobilização	12
Quadro nº 6: Validação da convocação da RR.....	22
Quadro nº 7: Validação da convocação da RD.....	24
Quadro nº 8: Competências no âmbito da Mobilização	25
Quadro nº 9: Validação da mobilização militar.....	26
Quadro nº 10: Componentes de reservistas das FFAA da Alemanha	32
Quadro nº 11: Formação dos reservistas das FFAA da Bélgica.....	34
Quadro nº 12: Vetores estratégicos/correlação com a Segurança e Defesa.....	56

Índice de Tabelas

Tabela nº 1: Distribuição da posição dos jovens face ao ingresso no RV/RC	16
Tabela nº 2: Balanço das nove edições do DDN	20
Tabela nº 3: Efetivos autorizados em RV/RC	21
Tabela nº 4: Pessoal afeto à estrutura do Recrutamento Militar.....	29
Tabela nº 5: Reserva temporária e voluntária das FFAA de Espanha.....	37
Tabela nº 6: Composição da reserva operacional das FFAA de França.....	40
Tabela nº 7: Composição da reserva de cidadãos de França	41
Tabela nº 8: Composição da reserva das FFAA do Reino-Unido	45
Tabela nº 9: Efetivos das FFAA da Alemanha.....	B - 1



Tabela nº 10: Efetivos das FFAA da Bélgica	B - 2
Tabela nº 11: Efetivos das FFAA da Dinamarca.....	B - 3
Tabela nº 12: Efetivos das FFAA de Espanha.....	B - 4
Tabela nº 13: Efetivos das FFAA de França	B - 4
Tabela nº 14: Efetivos das FFAA da Holanda.....	B - 5
Tabela nº 15: Indicadores resumo dos países estudados	B - 7
Tabela nº 16: Universo estimado da RD	Ap 3 - 1
Tabela nº 17: Cálculo custo de convocação da RD	Ap 3 - 2



Resumo

Como resultado das profundas alterações do ambiente estratégico europeu, ocorridas no final do século XX, as Forças Armadas da generalidade dos países foram sujeitas a sucessivas reformas, em que a nota dominante de redução de estruturas, efetivos e capacidades, sofreu novo impulso com a crise económica e financeira de 2008.

A drástica redução de efetivos tornou as Forças Armadas destes países muito mais dependentes de uma efetiva e rápida capacidade de crescimento para enfrentar possíveis estados de exceção/crise ou guerra. As componentes de reserva, ou reservistas, ganharam assim uma nova relevância, não mais no sentido de “reserva da nação”, mas sim como componentes mais reduzidas, de maior prontidão e flexibilidade de emprego para reforçar e complementar a componente permanente das Forças Armadas. As componentes de reservistas são consideradas, assim, parte integrante das Forças Armadas, e veículo para mais profunda integração destas na sociedade civil.

No âmbito deste contexto europeu, a que Portugal não está imune, revela-se de plena atualidade o estudo do tema ora tratado: “O serviço na reserva: complementaridade para uma melhor Defesa Nacional”.

Centrando-se a nossa investigação nos vetores “serviço militar”, “componente de reserva” e “capacidade de crescimento das Forças Armadas”, fomos identificar em que medida no caso nacional, o sistema de convocação e mobilização da Reserva de Recrutamento e da Reserva de Disponibilidade é apropriado, para em caso de necessidade, satisfazer as necessidades fundamentais das Forças Armadas.

Estudámos de seguida os modelos de serviço na reserva, em sete países de referência, membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte e da União Europeia, em que procuramos identificar soluções para reforçar e complementar a componente permanente das Forças Armadas e também para aprofundar a ligação destas ao país e aos cidadãos.

O nosso trabalho de investigação termina com o contributo para um modelo de serviço na reserva, orientado para a criação de uma nova situação de serviço, a Reserva Voluntária, a qual substitui a Reserva de Disponibilidade do atual modelo. Com esta nova componente almeja-se garantir uma efetiva capacidade de crescimento das Forças Armadas, quando necessário, e também contribuir para uma maior ligação do País às suas Forças Armadas e às questões da Defesa Nacional, desiderato que nos leva, também, a propor a criação de um Corpo de Cidadania para a Defesa Nacional.



Abstract

As a result of the profound changes in the European strategic environment, occurred in the late twentieth century, the Armed Forces of most European countries suffered successive reforms, in which the dominant note of reducing structures, effectiveness and capabilities, suffered another boost with the 2008's economic and financial crisis.

With the drastic reduction of troops, the Armed Forces of these countries became more dependent on an effective and rapid growth capacity of military forces to cope with emergence situations, a crisis management, or a war. The reserve forces, or reservists, thus have acquired a new relevance, not anymore in the sense of "Levée en Masse", but as a smaller reserve component, more prepared and with greater flexibility to reinforce and complement the regular forces. The reserve forces are now considered as integrant part of the Armed Forces and an indispensable link for its deeper integration into society.

Portugal Armed Forces are not immune to that European context, for what the subject herein treated is extremely topical: "Service as reservist: complementarity for a better National Defense."

Focusing our research on the vectors "military service", "reserve force" and "Armed Forces' growth capacity", we research the Portuguese case in order to know in what extent the system for call up and mobilization of the "Recruitment Reserve" and "Availability Reserve" is appropriate to satisfy the fundamental needs of the Armed Forces in exceptional situations..

We proceed with the study of the reserve models in seven reference countries, all of them members of the North Atlantic Treaty Organization and of the European Union trying to identify the solutions implemented to reinforce and complement, when necessary, the regular component of the Armed Forces and also deepen their links with the country and citizens.

Our research paper culminates with the contributions for a new form of military service as reservist, which involves the modification of the current model of military service by creating a new service situation, the Voluntary Reserve. With this component we aim to ensure effective growth capacity of the Armed Forces when required and also contribute to a greater connection between the citizens with their Armed Forces and National Defense, main objective which also leads us to propose the creation of a Citizenship Body for National Defense.



Palavras-chave:

Reserva, reservista, componente permanente, componente de reserva, convocação, mobilização, Defesa Nacional

Keywords:

Reserve, reservist, regular force, reserve force, call up, mobilization, National Defense.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ACF	<i>Army Cadet Force</i>
Ap	Apêndice
AR	Assembleia da República
BDUP	Base de Dados Única de Pessoal
CCEM	Conselho de Chefes de Estado-Maior
CDD	Centro de Dados da Defesa
CDJ	Curso de Defesa para Jovens
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM	Conceito Estratégico Militar
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CESOP	Centro de Estudos e Sondagens de Opinião
COR	Coronel
COSF	Componente Operacional do Sistema de Forças
CR	Centro de Recrutamento
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional
DDN	Dia da Defesa Nacional
DGPRM	Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DORH	Direção de Obtenção de Recursos Humanos
ESR	<i>Engagement à servir dans la réserve</i>
EUA	Estados Unidos da América
FFAA	Forças Armadas
FND	Forças Nacionais Destacadas
GAMMA	Grupo de Amigos do Museu de Marinha
GAP	Gabinete de Atendimento Público
GEN	General
GRH	Gestor de Recursos Humanos
GRN	Gestor de Recrutamento Normal
HFAR	Hospital das Forças Armadas
Hip	Hipótese (s)
IDN	Instituto da Defesa Nacional
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IIN	Infraestrutura de Informação Nacional



INE	Instituto Nacional de Estatística
LAMM	Liga dos Amigos do Museu Militar
LDN	Lei de Defesa Nacional
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
LSM	Lei do Serviço Militar
MC	<i>Military Committee</i>
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MGEM	Major-general
MIFA	Missões das Forças Armadas
NA	Não aplicável
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
OCR	Órgão Central de Recrutamento
OE	Objetivo (s) Específico (s)
OG	Objetivo Geral
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PA	Plano de Atividades
PCS	Provas de Classificação e Seleção
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RC	Regime de Contrato
RCIT	<i>Réserve citoyenne</i>
RD	Reserva de Disponibilidade
RLSM	Regulamento da Lei do Serviço Militar
RO1	<i>Réserve opérationnelle 1</i>
RO2	<i>Réserve opérationnelle 2</i>
RR	Reserva de Recrutamento
RV	Regime de Voluntariado
SEN	Serviço Efetivo Normal
SFN	Sistema de Forças Nacional
SIAPCS	Sistema de Informação de Apoio às Provas de Classificação e Seleção
SIGAP	Sistema de Informação de Gestão da Área de Pessoal.
SIG/RHV	Sistema Integrado de Gestão/ Recursos Humanos e Vencimentos
SIPORG	Sistema Informático para as Operações de Recrutamento Geral



SMO	Serviço Militar Obrigatório
SSP	Superintendência de Serviços de Pessoal
TGEN	Tenente-general
TII	Trabalho de Investigação Individual
UE	União Europeia
UK	<i>United Kingdom</i>
VALM	Vice-almirante



Introdução

Enunciado do tema e contexto de investigação

O tema “**O serviço na reserva: complementaridade para uma melhor Defesa Nacional**”, insere-se no âmbito das reestruturações militares empreendidas pela generalidade dos países da Europa ocidental, nas últimas duas décadas. Devido à mudança do cenário estratégico europeu, o modelo de serviço militar baseado na conscrição foi na generalidade suspenso pelos diversos países.

Em consequência, foram reduzidos significativamente os efetivos da componente permanente das Forças Armadas (FFAA) e colocada ênfase na otimização das componentes de reservistas voluntários, de tamanho mais reduzido mas com maior prontidão. Este modelo de serviço não constitui uma novidade, pois já em 1995, o então COR Abrantes dos Santos, realizou um estudo sobre “[...] *um novo conceito de Forças de reserva, em que estas são consideradas como parte integrante do Sistema de Forças do País, digamos que são as “reservas” das Forças Activas e não a Reserva da nação ou a Nação em armas a quem outrora se recorria apenas em caso de conflito generalizado.*” (1995, p. 15).

Só em sociedades com cidadãos identificados com as FFAA e a Defesa Nacional, a componente de reservistas voluntários terá valor significativo. As FFAA ganham por dispor de uma componente de reserva, melhor preparada e mais pronta, para quando necessário reforçar a componente permanente. A sociedade civil, numa estratégia de “*win-win*”, ganha cidadãos enriquecidos com experiência de liderança, cultura da disciplina e espírito de corpo.

Justificação do estudo

O recurso a cidadãos reservistas voluntários, com e sem experiência militar anterior, tem vindo a assumir em diversos países europeus uma opção para compensar a redução dos efetivos militares, nas situações em que a componente permanente não é suficiente para cumprir as missões que cabem às FFAA.

Além do contributo da sua experiência militar, os reservistas podem garantir também a mais-valia da sua competência profissional em diversas valências, como medicina, engenharia, direito, relações internacionais, sociologia ou antropologia. Nesse sentido, o emprego de reservistas voluntários dá corpo à mobilidade entre a vida civil e militar, referida pelo Professor António Telo: “[...] *Em primeiro lugar, o militar*



profissional a todos os níveis tem de estar sempre com um pé no mundo civil e outro no militar, sendo mesmo normal a sua passagem de um para o outro ao longo da sua vida, como já acontece hoje nos EUA.” (2007, p. 44).

Um modelo de serviço na reserva favorece também uma maior interação da sociedade civil com a Defesa Nacional, pois os reservistas, estando inseridos por força da sua profissão civil, no meio escolar, universitário, empresarial e da administração pública, são um veículo privilegiado para influenciar positivamente os elementos com quem se relacionam, para as temáticas da Defesa Nacional¹.

Objeto de estudo e sua delimitação

O trabalho centra-se na forma de prestação de serviço por militares reservistas, insere-se como tal na área científica das ciências sociais, mais concretamente, no âmbito da gestão de recursos humanos, embora abranja pontualmente outras áreas.

A investigação foca-se inicialmente nas componentes de reserva implementadas com a Lei do Serviço Militar (LSM) de 1999, ou seja a Reserva de Disponibilidade (RD) e a Reserva de Recrutamento (RR), identificando se o sistema de convocação e mobilização dos cidadãos da RD e RR é efetivo e apropriado para satisfazer as necessidades fundamentais das FFAA, desde tempo de paz até ao estado de exceção/crise ou guerra.

Por não se inserir no âmbito do tema, a situação de reserva estatutária dos militares do Quadro Permanente (QP), não é incluída no estudo e só pontualmente será referida.

São utilizados os conceitos² estabelecidos no “MC 441/2 -NATO framework policy on reserves” (NATO, 2012), para enquadrar o estudo da “estado da arte” em sete países europeus, normalmente utilizados em Portugal como “case-study” no âmbito da Defesa Nacional e FFAA.

Por questões de espaço e tempo ajustou-se o pormenor e profundidade da análise dos modelos de serviço na reserva da Alemanha, Bélgica, Espanha, Dinamarca, Holanda, Reino-Unido e Espanha, no sentido de identificar os contributos mais significativos a incluir num novo modelo de serviço na reserva, capaz de garantir o efetivo crescimento dos efetivos das FFAA em caso de necessidade, bem como aprofundar a sua ligação à sociedade civil.

¹ “Ninety-two percent of consumers around the world say they trust earned media, such as word-of-mouth and recommendations from friends and family, above all other forms of advertising.” (Nielsen, 2012)

² Anexo A – Corpo de Conceitos



Objetivos da investigação

Foram definidos para a presente investigação um objetivo geral (OG) e três objetivos específicos (OE) - quadro nº 1.

Quadro nº 1: Objetivo geral e objetivos específicos
Fonte: (Autor, 2014)

OG	Identificar contributos para um modelo de serviço na reserva que permita, quando necessário, fazer crescer os efetivos das FFAA, obviando as condicionantes do atual sistema de convocação e mobilização, e que também aprofunde a ligação da sociedade civil com a Defesa Nacional.
OE 1	Identificar, no caso nacional, as condicionantes da convocação e mobilização militar.
OE 2	Efetuar um estudo dos modelos de serviço na reserva de países de referência e identificar as soluções implementadas para reforçar FFAA, e aprofundar a ligação destas com a sociedade civil.
OE 3	Identificar contributos a incorporar num modelo de serviço na reserva.

A consecução destes objetivos permitirá elencar um conjunto de contributos para a conceção dum modelo de serviço na reserva.

Procedimento metodológico

É utilizada a metodologia de abordagem científica e o constante na NEP/ACA-018 e NEP/ACA-010, aprovadas pelo IESM.

O percurso metodológico seguiu as sete etapas do método científico de Quivy e Campenhoudt (2005). Conduzimos uma investigação próxima da empírica aplicada, utilizando a *abordagem* hipotético-dedutiva, conforme consta na figura nº 13 - Apêndice 1.

Na fase I, definiu-se o modelo de análise e clarificou-se a conceptualização. Na fase II, recolheram-se os dados necessários às respostas às Questões Derivadas (QD). Na última fase interpretam-se aqueles dados, avaliamos as Hipóteses (Hip) e respondemos à Questão Central (QC).

Na figura nº 14 - Apêndice 2 é esquematizada a problematização teórica adotada.



Tendo em consideração o objeto de investigação, a delimitação do tema e os objetivos de estudo, formulamos a QC, as QD e as Hip - quadro nº 2.

Quadro nº 2: Questão central, questões derivadas e hipóteses
Fonte: (Autor, 2014)

QC	Que enquadramento conceptual para um modelo de serviço na reserva que quando necessário garanta o crescimento dos efetivos das FFAA, obviando as condicionantes do atual sistema de convocação e mobilização, e contribua também para uma melhor Defesa Nacional através de uma maior ligação dos cidadãos com as FFAA?
QD1	Em que medida o sistema de convocação e mobilização nacional é apropriado, para em caso de necessidade, permitir o crescimento das FFAA?
Hip 1	O sistema de convocação e mobilização militar não é apropriado para permitir o crescimento das FFAA.
QD2	Identificam-se soluções nos modelos de serviço na reserva estudados para complementar e/ou reforçar as FFAA, quando necessário, bem como aprofundar a ligação dos cidadãos às FFAA?
Hip 2	Os modelos de serviço na reserva estudados incorporam soluções para complementar e/ou reforçar as FFAA, quando necessário, bem como aprofundar a ligação dos cidadãos às FFAA.
QD3	Que contributos podem ser identificados para um modelo de serviço na reserva que salvguarde as necessidades fundamentais das FFAA e aprofunde a sua ligação à sociedade civil?
Hip 3	Os contributos inserem-se no âmbito da conceção de uma componente de reserva voluntária, de cariz operacional e de um corpo de cidadania para a Defesa Nacional.

Considerando os conceitos sistémicos e o modelo de análise definido, através do percurso metodológico, respondemos à QC, culminando a nossa investigação.

Foram recolhidos elementos de informação em bibliografia de referência,



documentos diversos, conferências e nos *media*. Além de abordagens informais exploratórias, foram realizadas entrevistas formais ao Dr. Alberto Coelho, Diretor da Direção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), GEN Loureiro dos Santos, VALM Rocha Carrilho/Superintendente dos Serviços de Pessoal da Marinha, TGEN Serôdio Fernandes/Comandante de Pessoal da Força Aérea, MGEN Guerra Pereira/Chefe de Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército (EME) e MGEN Fonseca e Sousa/Diretor da Direção de Administração de Recursos Humanos (DARH) do Exército.

Organização do estudo

Além desta Introdução e das Conclusões, onde procedemos à resposta à nossa QC e formulamos algumas propostas, este trabalho tem quatro capítulos.

No primeiro, é realizado um enquadramento conceptual do modelo de serviço militar, com especial enfoque no serviço efetivo decorrente da convocação e mobilização.

No segundo, são identificados os condicionalismos do sistema de convocação e mobilização.

No terceiro, identificámos as principais características dos modelos de serviço na reserva em sete países europeus membros da OTAN e da União Europeia (UE).

No quarto, desenvolvemos os contributos para um modelo de serviço na reserva que permita, quando necessário, o crescimento das FFAA e contribua para uma melhor Defesa Nacional.



1. Enquadramento conceptual

a. O modelo de serviço militar nacional

Nas últimas quatro décadas as FFAA portuguesas atravessaram sucessivas reformas para se adaptarem às profundas alterações do contexto estratégico nacional e internacional.

A suspensão da conscrição foi uma das mais significativas a qual pautou a agenda política durante a última década do Séc. XX, à semelhança do que acontecia ou já tinha acontecido na generalidade dos países europeus. Não constituiu assim qualquer surpresa o consenso político que desconstitucionalizou o serviço militar obrigatório (SMO), na 4.^a Revisão Constitucional, em 1997. O serviço militar passou a ser regulado por lei, a qual fixa as formas, a natureza voluntária ou obrigatória, a duração e o conteúdo da respetiva prestação.

Os argumentos utilizados para desconstitucionalizar o SMO ficaram plasmados no preâmbulo³ do Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM). Com a entrada em vigor deste regulamento iniciou-se um novo modelo de serviço militar, caracterizado pelas palavras-chave, *voluntariado* e *tempo de paz*.

O articulado do nº 4 do art.º 1, da Lei do Serviço Militar (LSM), “*Em tempo de paz, o serviço militar baseia-se no voluntariado.*” (AR, 1999), deixa em aberto a possibilidade do serviço militar poder regressar a um carácter obrigatório, mesmo em situação de tempo de paz.

No atual modelo de serviço militar são quatro as situações em que um cidadão pode estar ao serviço:

- Serviço efetivo nos quadros permanentes;
- Serviço efetivo em regime de contrato;
- Serviço efetivo em regime de voluntariado;
- Serviço efetivo decorrente de convocação ou mobilização.

(1) O recrutamento militar

Os efetivos necessários à satisfação das necessidades fundamentais das FFAA são obtidos através do processo designado por “*recrutamento militar*”⁴.

³“O modelo de conscrição não se revela o mais adequado neste contexto internacional e tem vindo a ser posto em causa na generalidade dos Estados membros da União Europeia, abrindo caminho à evolução para formas profissionalizadas do serviço militar, pelo recurso em tempo de paz a pessoal que se voluntarie para a prestação de serviço por um período limitado de tempo.” (MDN, 2000)

⁴ Anexo A – Corpo de Conceitos

São três as modalidades de recrutamento militar - figura nº 1.

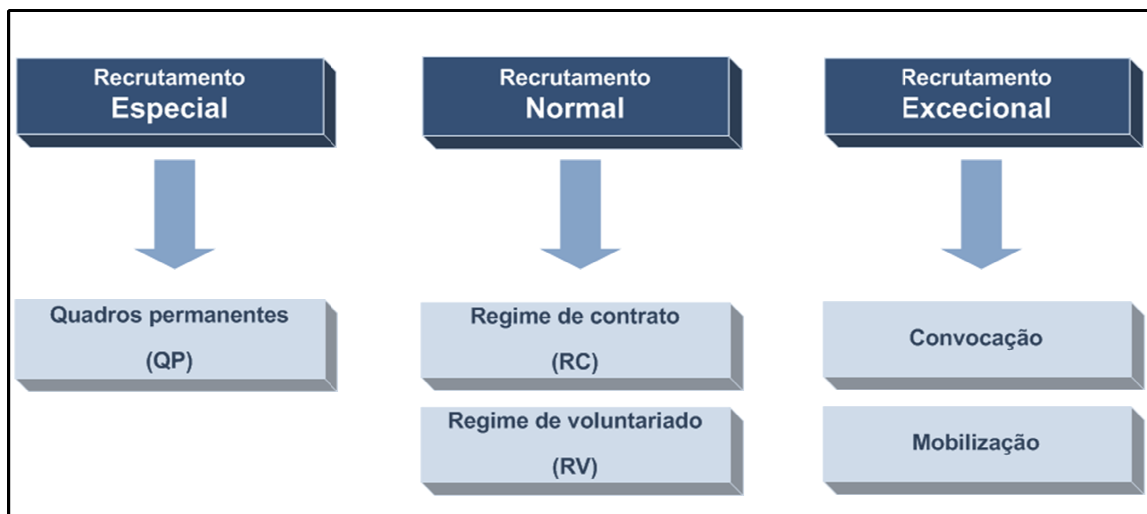


Figura nº 1: Modalidades do recrutamento militar
Fonte: (Autor, 2014)

As três diferentes modalidades de recrutamento militar, desenvolvem-se em fases diferenciadas - quadro nº 3. No caso do recrutamento excepcional a fase de **classificação e seleção** só se aplica à RD.

Quadro nº 3: Fases do processo de recrutamento
Fonte: (Coligido pelo autor da LSM, 2014)

Modalidades de Recrutamento	Fases		
Recrutamento Normal	Candidatura	Classificação e seleção	Alistamento
Recrutamento Especial	Regulado por diploma próprio		
Recrutamento Excepcional	Classificação e seleção		Distribuição

Nas situações em que as modalidades de Recrutamento Normal e Especial não satisfaçam as necessidades fundamentais das FFAA, a LSM prevê a possibilidade de convocação e mobilização da RR e RD, sendo nesse caso os cidadãos sujeitos a um processo de Recrutamento Excepcional - figura nº 2.

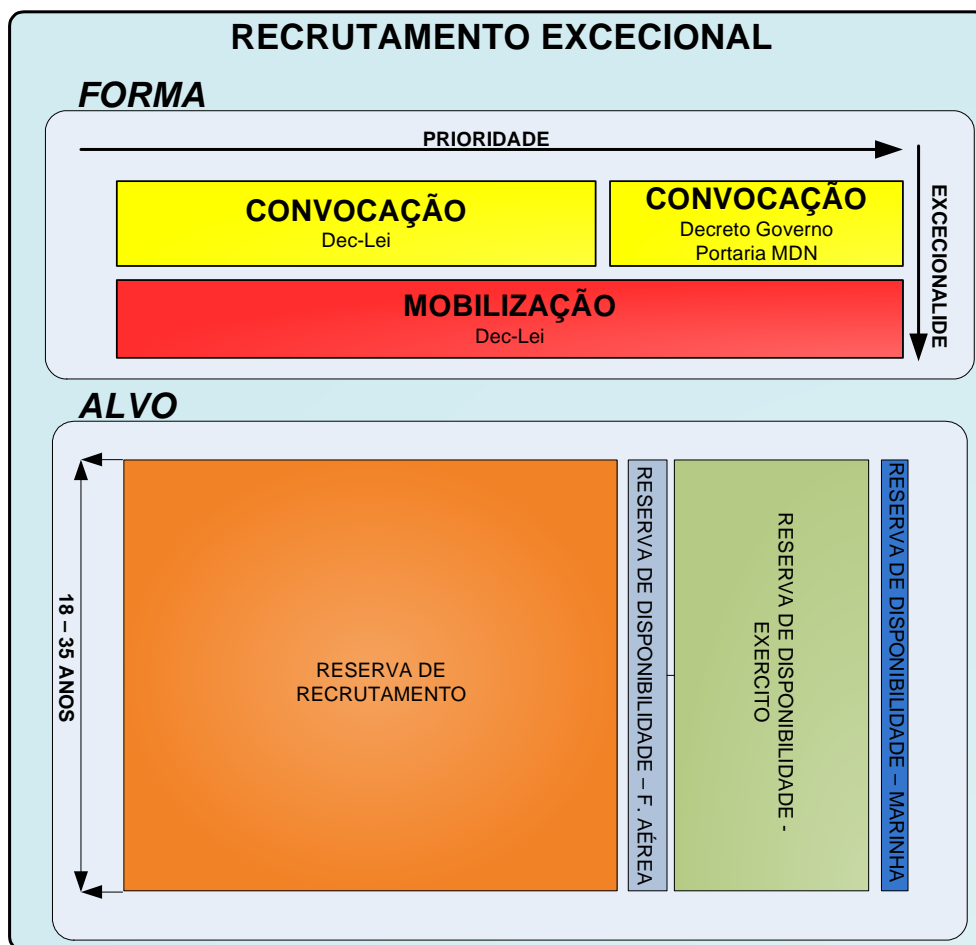


Figura nº 2: Recrutamento Excecional
Fonte: (Autor, 2014)

(2) A Reserva de Disponibilidade e a Reserva de Recrutamento

No enquadramento nacional o conceito de RD é definido no art.º 5º da LSM, no qual podemos verificar que “A *Reserva de Disponibilidade* é constituída pelos cidadãos portugueses que cessaram a prestação de serviço militar até à idade limite dos deveres militares. (AR, 1999). A idade limite dos deveres militares está fixada nos 35 anos.

No gráfico nº1, pode ser verificado o efeito do fim do SMO na dimensão da RD, com a abrupta diminuição dos cidadãos recenseados em 2003. Nos próximos seis anos, o número de cidadãos na RD reduzir-se-á a um ritmo de 20% por ano, estabilizando a partir daí, teoricamente, entre os 30.000 - 40.000 efetivos.

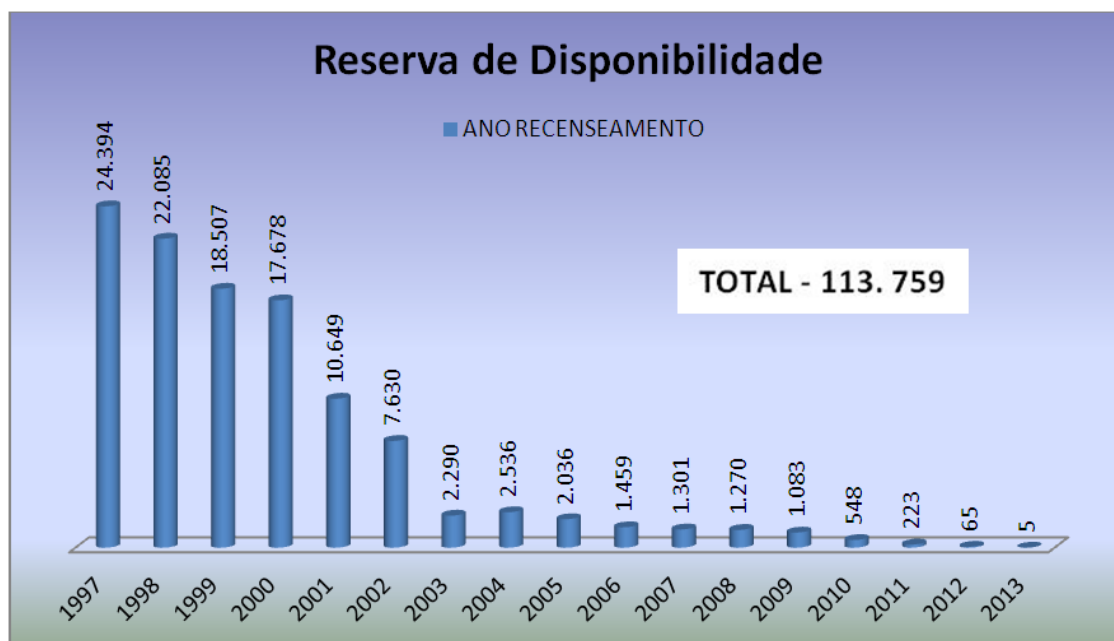


Gráfico nº 1: Efetivos da Reserva de Disponibilidade
Fonte: (BDUP, 2013)

A RR, conforme o art.º 4º da LSM “[...] é constituída pelos cidadãos portugueses dos 18 aos 35 anos de idade, que, não tendo prestado serviço efectivo nas fileiras, podem ser objecto de recrutamento excepcional, em termos a regulamentar.” (AR, 1999).

No gráfico n.º 2, pode ser observada a dimensão da RR. O universo da RR também está a diminuir progressivamente, embora a imagem gráfica possa parecer o contrário. Isto deve-se ao facto de a partir de 1999, o recenseamento ter passado a ser obrigatório para ambos os géneros.



Gráfico nº 2: Efetivos da Reserva de Recrutamento
Fonte: (BDUP, 2013)



(3) A Convocação e Mobilização militar

Através da convocação é possível, em tempo de paz, fazer crescer os efetivos das FFAA, conforme resumido no quadro nº 4.

Quadro nº 4: Serviço efetivo decorrente da convocação
Fonte: (Coligido pelo autor da LSM, 2014)

Alvo	Situação	Prazo Convocação	Mecanismo	Duração do serviço
Reserva de Recrutamento	Casos em que a satisfação das necessidades fundamentais das Forças Armadas seja afetada ou prejudicada a prossecução dos objetivos permanentes da política de defesa nacional.	Antecedência mínima de 60 dias.	Por decreto-lei, mediante proposta do Ministro da Defesa Nacional ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior (CCEM).	Períodos de 4 meses prorrogáveis até um máximo de 12 meses.
Reserva de Disponibilidade	Para efeitos de reciclagem, treino, exercícios ou manobras militares.	Antecedência mínima de 60 dias.	Por portaria do Ministro da Defesa Nacional ouvido o CCCEM.	Por período ou períodos não superior a 2 meses.
	Em caso de perigo de guerra ou agressão eminente ou efetiva por forças estrangeiras.	-	Por decreto do Governo, mediante proposta do Ministro Defesa Nacional, ouvido o Conselho Superior Militar.	Enquanto não for decretada a mobilização militar.
	Casos em que a satisfação das necessidades fundamentais das Forças Armadas seja afetada ou prejudicada a prossecução dos objetivos permanentes da política de defesa nacional.	-	Por oferecimento	Por períodos de 4 meses prorrogáveis até um máximo de 12 meses.

De forma sintética:

- A convocação recai numa primeira fase sobre o universo da RR;
- Em caso de perigo de guerra ou de agressão iminente ou efetiva, o efetivo da RD também pode ser convocado;

A LSM atribui ao Ministro da Defesa Nacional competência para convocar os efetivos da RD para efeitos de reciclagem, treino, exercícios ou manobras militares. Este mecanismo permitiria manter os cidadãos da RD⁵ num estado de preparação adequado, para que em caso de perigo de guerra ou agressão iminente ou efetiva por forças estrangeiras, fosse possível de forma mais rápida reforçar os efetivos das FFAA, antes de ser decretada a mobilização militar - figura nº 3.

⁵ A situação de RD, para efeito de convocação, abrange o período de seis anos subsequentes ao termo do serviço efetivo

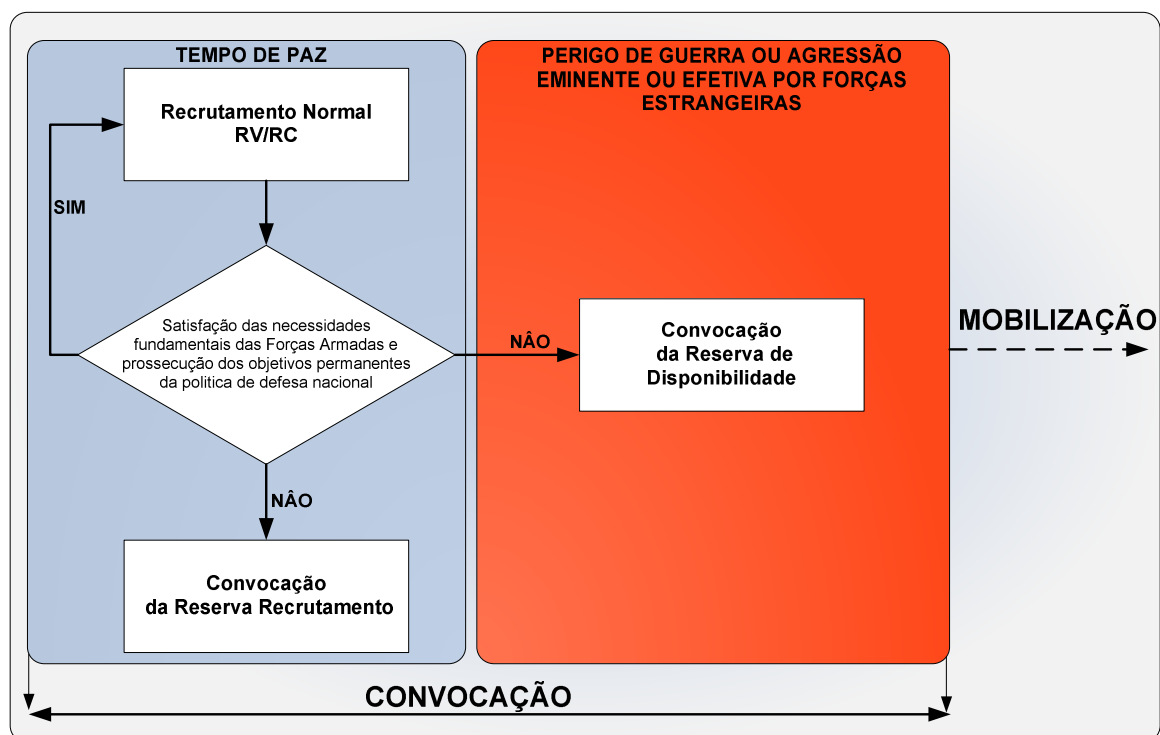


Figura nº 3: Esquema de acionamento da Convocação
Fonte: (Autor, 2014)

A lei que “*Regula a mobilização e a requisição no interesse da defesa nacional*” (AR, 1995) necessita de uma profunda revisão para ficar coerente com toda a legislação que posteriormente foi publicada, nomeadamente a LSM e Lei de Defesa Nacional (LDN).

Para enquadrar conceptualmente a mobilização militar, recorreremos aos seguintes elementos da legislação em vigor e que são compatíveis entre si:

- O objetivo da mobilização militar como é definido no art.º 21 da Lei 20/95: “*A mobilização militar tem por objectivo o aumento da capacidade militar do País pela afectação às Forças Armadas de meios de que estas não dispõem em permanência.*” (Idem).
- O alvo geral, como é definido no n.º 2 do art.º 21 da LDN, “*A mobilização pode abranger a totalidade ou uma parte da população.*” (AR, 2009a).
- O alvo específico, como é definido no art.º 36º da LSM, “*Os cidadãos nas situações de reserva de recrutamento e de disponibilidade podem ser mobilizados para prestarem serviço militar efectivo nas Forças Armadas em casos de excepção ou de guerra, nos termos previstos em lei da Assembleia da República*” (AR, 1999).



Os principais elementos caracterizadores da mobilização militar foram reunidos no quadro nº 5.

Quadro nº 5: Serviço efetivo por Mobilização
Fonte: (Coligido pelo do autor, 2014)

Alvo	Situação	Condições	Mecanismo
<ul style="list-style-type: none">• Reserva de Disponibilidade• Reserva Recrutamento• Outros	Sempre que os meios humanos sobre que incide se tenham tornado imprescindíveis para garantir e realizar integralmente os objetivos permanentes da política de defesa nacional em tempo de guerra, bem como perante qualquer agressão, efetiva ou iminente, ou ameaças externas.	A mobilização militar só pode ser decretada depois de declarada a guerra ou os estados de sítio ou de emergência.	Decreto-lei do governo

Para terminar este breve enquadramento concetual, representamos na figura nº 4 a evolução da fase de convocação para a mobilização militar.

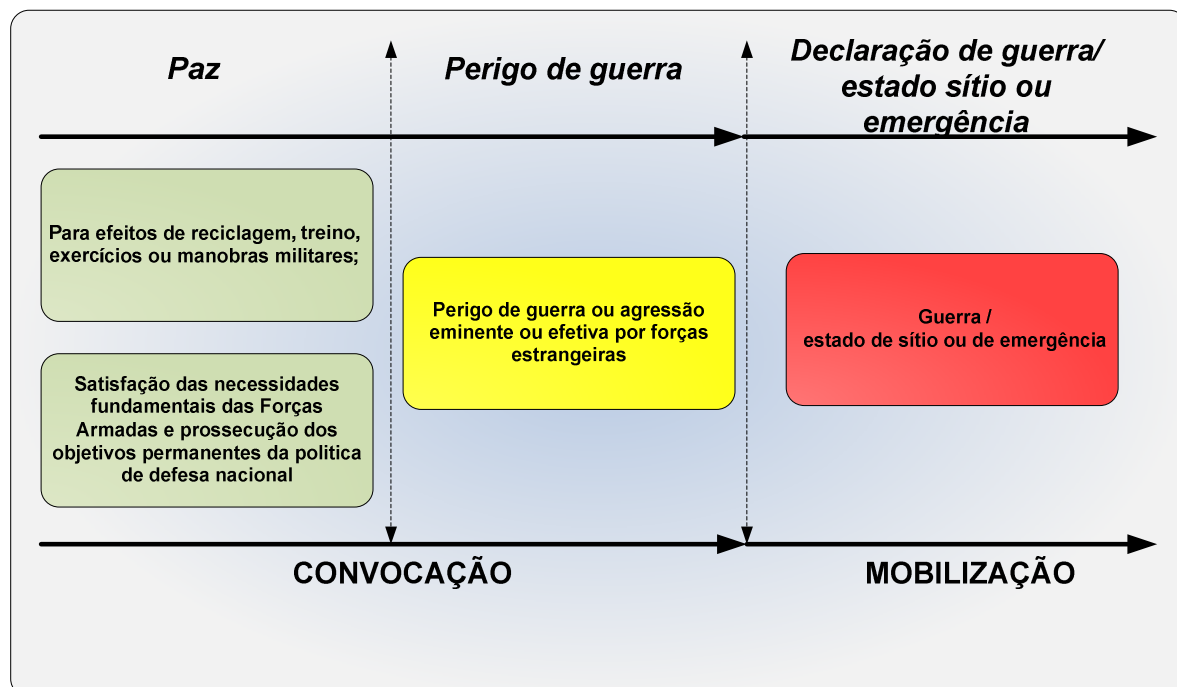


Figura nº 4: Esquema Convocação/Mobilização
Fonte: (Autor, 2014)



b. Conceito da componente de reserva na OTAN

Com o objetivo de incorporar as alterações resultantes do novo ambiente estratégico foi submetido ao Comité Militar o “*MC 441/2 NATO Framework Policy on Reserves*”, documento que foi aprovado em 16 de janeiro de 2012.

Da sua interpretação retiram-se os seguintes elementos⁶:

- Existem substanciais diferenças entre as diversas abordagens nacionais, sobre a estrutura, quantidade, tipo, financiamento, disponibilidade, formação, convocação e utilização das reservas.
- As funções da reserva e o seu potencial emprego decorrem diretamente do conceito estratégico e, particularmente das três tarefas nucleares da OTAN: Defesa Coletiva, Gestão de Crises e Segurança Cooperativa.
- Conceptualmente, as forças de reserva são constituídas pelas várias categorias de pessoal, que vindos da vida civil, normalmente não cumprem o serviço efetivo em tempo integral. Podem ser voluntários, ex-militares ou conscritos. Podem ser utilizados para constituir unidades, ou para apoiar e reforçar unidades da componente permanente⁷. Em função das legislações nacionais, os reservistas podem estar sujeitos à obrigação de servir, ou fazê-lo a título voluntário.
- As forças de reserva podem ser destacadas juntamente com a componente permanente para um teatro de operações, e podem ser utilizadas de forma individual e / ou coletiva para exercer as tarefas da componente permanente. Em função das políticas nacionais, os reservistas podem ocupar lugares vagos nas unidades da componente permanente, ou em alguns casos, são os lugares vagos nas unidades de reservistas que são ocupados com militares da componente permanente.
- Além de sua experiência militar, os reservistas oferecem uma dupla mais-valia, a qual deriva da sua especialização civil e da ligação que proporcionam entre as FFAA e as comunidade civil em que se integram.
- A OTAN não promove a distinção entre forças da componente permanente ou forças de reservistas, uma vez que é responsabilidade nacional a

⁶ Traduzido pelo autor da versão inglesa do “*MC 441/2 NATO Framework Policy on Reserves*” (NATO, 2012)

⁷ Para melhor harmonização com a terminologia nacional o termo “*Regular forces*”, foi traduzido para “componente permanente”.



disponibilização de forças ou efetivos, devidamente preparados para participar nas operações da OTAN.

c. Síntese conclusiva

É essencial reter que o presente trabalho não se debruça sobre o conceito de reserva, no sentido de situação estatutária dos militares do Quadro Permanente (QP) após deixarem o serviço ativo. Nesse sentido, o termo “reserva” quando utilizado isoladamente nunca se referirá a esse universo, a não ser que tal seja devidamente especificado.

O atual modelo de serviço militar define duas situações para os cidadãos que não se encontram no serviço efetivo e estão ainda sujeitos a obrigações militares:

- A RR, constituída atualmente por mais de 1.600.000 cidadãos, sem qualquer formação militar ou com formação militar incompleta. Os cidadãos que compõem este universo podem ser convocados para satisfazer necessidades das FFAA em tempo de paz, ou mobilizados em estados de exceção e guerra.
- A RD, constituída atualmente por aproximadamente 113.000 cidadãos que cessaram a prestação de serviço militar em Regime de Voluntariado (RV), em Regime de Contrato (RC), ou abatidos ao QP. Os cidadãos da RD também podem ser convocados em tempo de paz ou mobilizados em estados de exceção ou guerra.

É através da modalidade de Recrutamento Excecional, a qual pode decorrer da convocação e mobilização militar, que os cidadãos da RR e RD podem ser recrutados desde tempo de paz até ao estado de guerra para satisfazer as necessidades fundamentais das FFAA.

Para enquadrar o nosso estudo serão utilizados os conceitos de **reserva** e **reservista**, incluídos no “*MC 441/2 -NATO framework policy on reserves*”, no qual:

- O termo **reserva** é utilizado para definir o universo de cidadãos, que independentemente de terem cumprido ou não serviço militar, estão sujeitos a obrigações militares ou mantém um vínculo voluntário e a tempo parcial com as FFAA dos seus países.
- O termo **reservista** designa o cidadão, que a título voluntário ou não, mantém um compromisso com as FFAA do seu país, para periodicamente e por tempo limitado, ser chamado a participar em atividades relacionadas com a Defesa Nacional e FFAA.

2. Efetividade do sistema de convocação e mobilização militar

a. Influência do ambiente externo

Nos quase dez anos decorridos desde o início da profissionalização do serviço militar produziram-se estudos que permitem diagnosticar se o atual modelo de serviço é apropriado para satisfação das necessidades fundamentais das FFAA, em tempo de paz, estado de exceção ou guerra - figura nº 5.

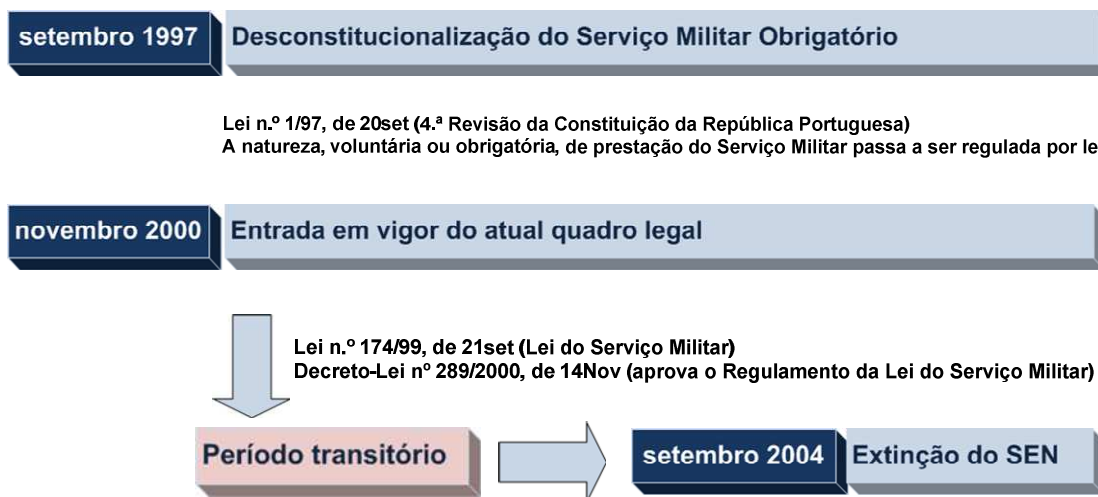


Figura nº 5: Metas do processo de profissionalização das FFAA
Fonte: (Autor, 2014)

A sustentabilidade da profissionalização do serviço militar tem sido alvo de atenção permanente. Os estudos que têm sido elaborados no âmbito do Recrutamento Normal, permitem aferir da adequabilidade do atual modelo, em tempo de paz, bem como prever o seu comportamento em face da evolução demográfica, económica e sociocultural da população.

A sua adequabilidade em estados de exceção ou guerra, só teoricamente pode ser avaliada, pois é uma área que tem estado “adormecida” nos órgãos com responsabilidades nos níveis de decisão, direção e execução do Recrutamento Excecional. A necessidade de alterar esta situação, ficou patente no despacho 2063/2014 do Ministro da Defesa Nacional, “[...] a configuração do futuro órgão central de recrutamento permitirá assegurar, quando necessário e determinado, um “efetivo sistema de convocação e mobilização.” (MDN, 2014).

Em tempo de paz, a opção voluntária pelo serviço militar só é concretizada caso este tenha atratividade ajustada à dinâmica do ambiente económico, social e cultural do País, uma vez que “A profissionalização do serviço militar [...] coloca as Forças



Armadas numa situação em que têm de ser uma entidade empregadora atrativa e capaz de conseguir captar os recursos humanos de que necessita para cumprir as suas missões.” (Cardoso, 2012, p. 5).

Existem indicadores de que as FFAA poderão enfrentar dificuldades no âmbito do Recrutamento Normal, para obterem os efetivos autorizados, como sejam:

A diminuição da predisposição dos jovens para ingressarem nas FFAA - tabela nº 1;

- Na edição 2010/2011 do Dia da Defesa Nacional (DDN) foram inquiridos cerca de 100.000 jovens sobre a sua predisposição para ingressar nas FFAA, sendo que *“desde que se iniciaram os estudos no âmbito do Dia da Defesa Nacional, o actual ciclo registou um dos valores mais baixos (aproximadamente 33% em termos globais, e 38% considerando apenas o sexo masculino), o que, do ponto de vista quantitativo, se pode considerar como um indicador com alguma importância em matéria de sustentabilidade do modelo de profissionalização das Forças Armadas”* (Idem, p. 19);

Tabela nº 1: Distribuição da posição dos jovens face ao ingresso no RV/RC
Fonte: (DGPRM, 2012b, p. 40)

	Casos	%	% Acumulada
Sim, no Regime de Voluntariado	10774	10,7	10,7
Sim, no Regime de Contrato	14008	13,9	24,6
Sim, mas sem preferência pelo regime	8043	8,0	32,6
Não	31616	31,4	64,0
Não sabe	36212	36,0	100,0
Total	100653	100,0	

- Ao contrário do expetável, a crise económica e financeira parece não se ter refletido no aumento da predisposição dos jovens para ingressar nas FFAA. Em 2008, no início da crise económica e financeira, foi diagnosticado num estudo sobre os benefícios da profissionalização militar que *“[...] tendo em conta a actual conjuntura económica do país, uma grande percentagem da oferta consiste em cidadãos que apenas vêem as FA como uma alternativa face ao desemprego registado em Portugal.”* (Cardoso, 2008, p. 98). Paradoxalmente o fator desemprego que entretanto se agravou, não provocou um aumento considerável na procura do serviço militar em RV/RC, conforme verificado em

estudo recente: “[...] a tendência decrescente que está a evidenciar ao longo dos últimos três anos, por sinal em contra ciclo com evolução das taxas de desemprego jovem, deve ser considerada e analisada pelas cúpulas da instituição militar. A profissão militar está a perder atractividade junto de uma população cada vez mais escolarizada.” (Cardoso, 2012, p.19).

A acentuada redução do universo recrutável:

- A evolução da taxa de natalidade - gráfico nº 3, caso se mantenha, vai provocar sérias dificuldades na sustentabilidade de diversas funções do Estado, uma das quais será a drástica redução de cidadãos recrutáveis para o serviço militar. Em 1962 o número de nascimentos em Portugal foi de 220.200 (PORDATA, 2013), em 2012 ficou em 89.841 (Ibidem), em 2013, dados ainda não definitivos apontam para uma redução de 7% relativamente a 2012;

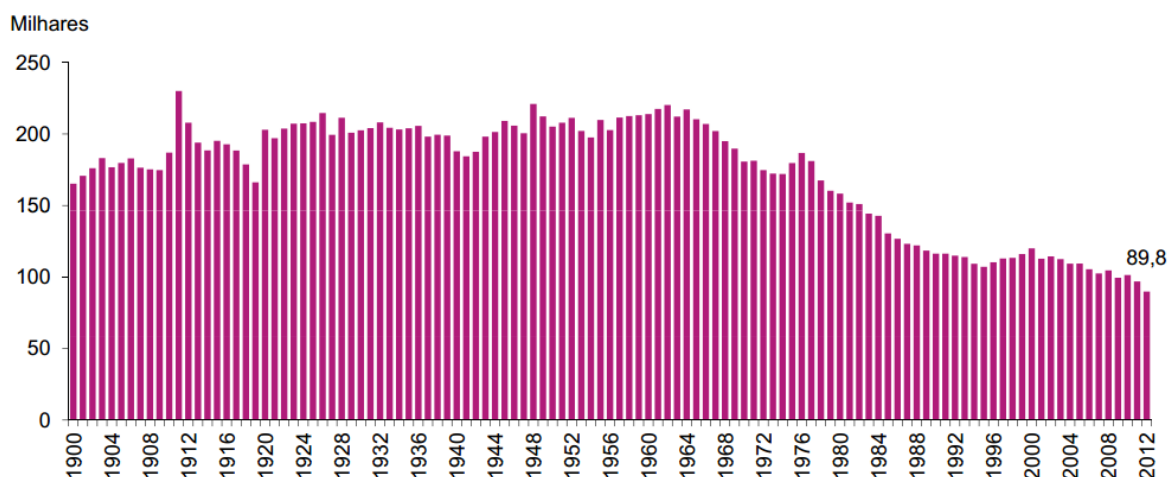


Gráfico nº 3: Nados vivos (em milhares), Portugal, 1900-2012

Fonte: (INE, 2013, p. 37)

- Concorrentemente com a diminuição da natalidade, o aumento exponencial da taxa de emigração, significativamente constituída por jovens, é um fator de peso na redução do universo de cidadãos recrutáveis para as FFAA -gráfico nº 4;

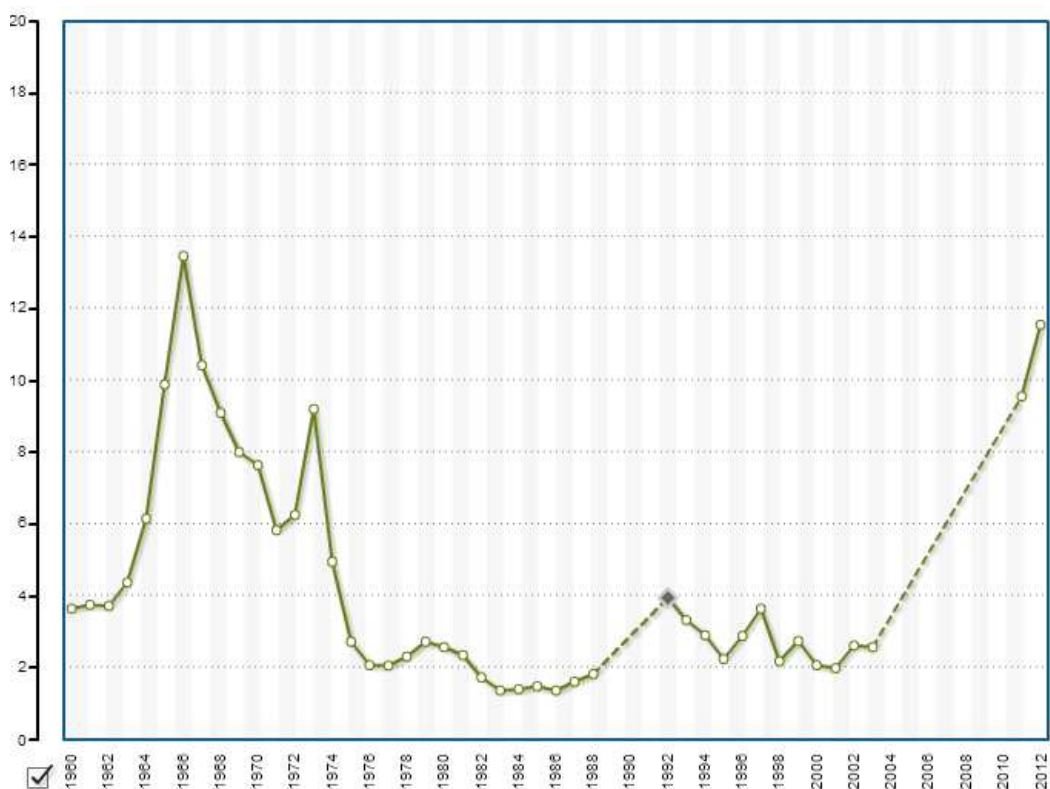


Gráfico nº 4: Emigrantes por mil habitantes
Fonte: (PORDATA, 2014)

A debilidade da regeneração da população é evidente nas últimas projeções do Instituto Nacional de Estatística. Destaca-se a projeção do gráfico nº 5, referente à faixa etária em que se inserem as idades limites das obrigações militares.

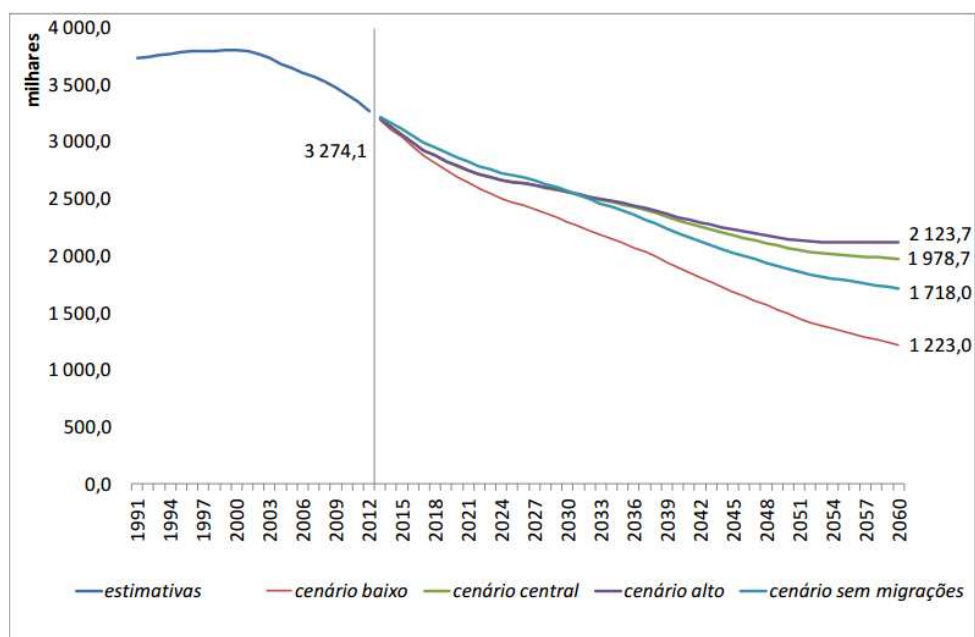


Gráfico nº 5: População residente dos 15 aos 39 anos - 2012-2060
Fonte: (INE, 2014)

Em consequência dos fatores anteriormente identificados, o número de cidadãos que anualmente atingem a idade de recenseamento e como tal podem prestar serviço militar, irá diminuir nos próximos anos a um ritmo ainda mais elevado do verificado até ao momento - gráfico nº6. Em 2030, os recenseados de ambos os géneros (cidadãos nascidos em 2012) serão em número menor que os cidadãos masculinos recenseados em 1998.



Gráfico nº 6: Evolução cidadãos recenseados 1996-2013
Fonte: (BDUP, 2013)

b. Recrutamento excecional por Convocação

(1) A Convocação da Reserva de Recrutamento

Em tempo de paz, caso não estejam satisfeitas as necessidades fundamentais das FFAA (efetivos em RV/RC), o Ministro da Defesa Nacional tem competência para propor a convocação da RR, ouvido o CCEM.

Aplicar uma medida deste tipo na ausência de uma situação de crise que a “legítima” perante a opinião pública, seria porventura percecionado como um regresso ao serviço militar de carácter obrigatório. A garantida oposição de parte da sociedade civil e das forças políticas, torna-a muito improvável segundo a opinião da generalidade das entidades questionadas sobre o assunto.

Esta medida que poderia ser penalizante para alguns dos cidadãos a convocar, também não é adequada para as FFAA, devido às seguintes razões:



- Os cidadãos convocados da RR têm direito a uma compensação financeira idêntica aos que prestam serviço em RV;
- Os cidadãos da RR só podem ser convocados por um período de quatro meses, prorrogáveis até 12 meses;
- É expectável que a taxa de inaptidão dos cidadãos Provas de Classificação e Seleção (PCS) seja muito superior à verificada nos cidadãos voluntários, o que inflacionará o número de provas a realizar e sobrecarregará a estrutura.

Ou seja, as FFAA incorrerão em maiores custos para recrutar o mesmo número de cidadãos, os quais nunca atingirão a proficiência de um militar em RV/RC devido reduzido período em que se mantém ao serviço.

A LSM determina que os cidadãos que injustificadamente tenham faltado ao cumprimento dos deveres militares são os convocados em primeiro lugar. Entende-se a penalização subjacente neste critério pelo não cumprimento das obrigações militares que estão reduzidas à presença no DDN ou em caso de impossibilidade justificar a falta.

No entanto, como pode ser verificado na tabela nº 2, nas nove edições do DDN, realizadas entre 2004-2013, faltaram 194.587 cidadãos, num total de 788.671 convocados. Caso venha a ser forçoso o recurso à Convocação da RR, as necessidades serão satisfeitas dentro do universo dos cidadãos não cumpridores, os quais provavelmente serão os menos predispostos a bem servir nas FFAA, tendo em consideração a displicência com que anteriormente encararam as suas responsabilidades.

Tabela nº 2: Balanço das nove edições do DDN
Fonte: (Coligido pelo autor de dados fornecidos pela DGPRM, 2014)

Grupos	1.ª Edição	2.ª Edição	3.ª Edição	4.ª Edição	5.ª Edição	6.ª Edição	7.ª Edição	8.ª Edição	9.ª Edição	Totais
	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	
	nascidos em 1986	nascidos em 1987	nascidos em 1988	nascidos em 1989	nascidos em 1990	nascidos em 1991	nascidos em 1992	nascidos em 1993	nascidos em 1994	
Convocados	69.856	74.663	68.624	75.193	73.187	74.276	119.021	118.557	115.294	788.671
Presentes	48.007	49.190	49.404	47.515	45.398	49.111	102.479	103.493	99.487	594.084
Faltas	21.849	25.473	19.220	27.678	27.789	25.165	16.542	15.064	15.807	194.587

Com o fim do serviço militar obrigatório receou-se que as FFAA não conseguissem atingir o efetivo estrutural em RV/RC. Não em todos os Ramos, pois a Força Aérea desde 1996 não recorria a militares em Serviço Efetivo Normal (SEN), mas em particular no Exército, Ramo que tinha e tem uma componente em RV/RC muito superior à Marinha e a Força Aérea - tabela nº3.



Tabela nº 3: Efetivos autorizados em RV/RC
Fonte: (Coligido dos Orçamentos de Estado de 2012, 2013 e 2014)

Ano	Marinha	Exército	Força Aérea	Total
2012	2.098	12.939	2.673	17.710
2013	2.073	12.768	2.641	17.500
2014	1.850	11.750	2.400	16.000

Se na fase inicial o Exército não atingiu os tetos autorizados, a partir de 2008 as existências de efetivos em RV/RC (praças) foi-se aproximando ao objetivo estrutural, fruto do aumento da eficácia do Recrutamento Normal mas também da progressiva diminuição do efetivo estrutural autorizado - gráfico nº 7.

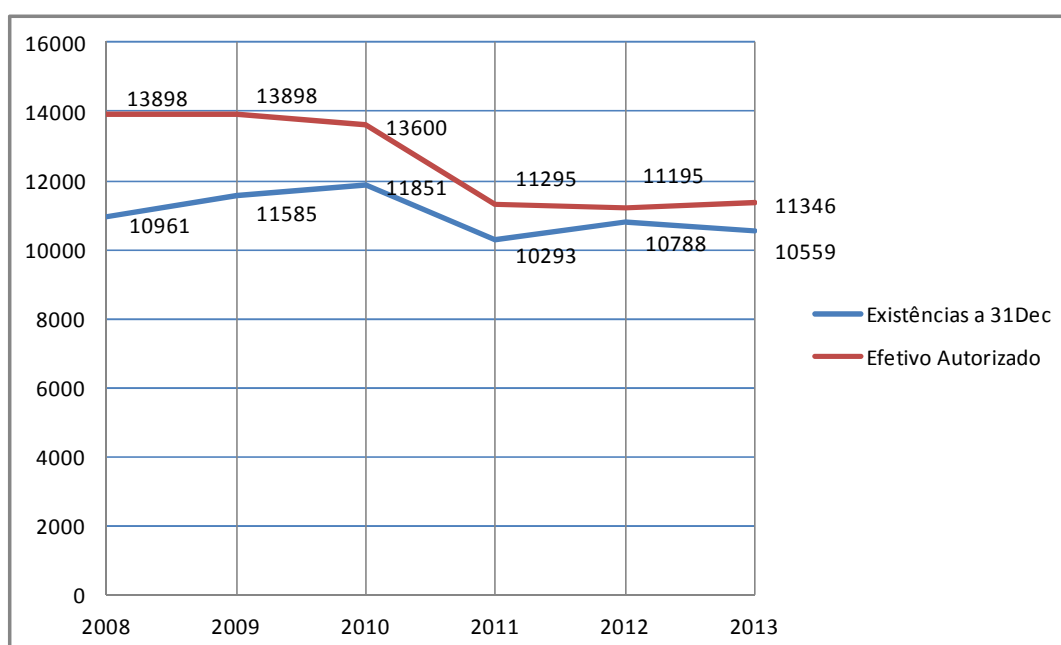


Gráfico nº 7: Evolução do efetivo de praças RV/RC no Exército
Fonte: (DARH/Exército, 2014)

Uma vez que a possibilidade de convocação da RR não foi utilizada nessa fase inicial, até à data não se concretizou o receio expresso pelo General Garcia Leandro, citado por Almeida, de que o Recrutamento Excepcional pudesse ser *“uma afirmação muito perigosa já que dependendo da adesão dos jovens ele pode ser normal e anual”* e *“aquilo que se admite agora como excepcional pode vir a ser no futuro a rotina”*. (2000, p. 15).

Assim, caso a diferença entre a oferta e a procura nunca for de molde a provocar uma redução significativa nos efetivos em RV/RC, julga-se que será mantido o princípio



defendido pelo TGEN Campos Gil, citado por Rainha, de que em tempo de paz “[...] só é possível prever a utilização da convocação num cenário em que o número de efetivos presentes nas FFAA, se encontre muito abaixo do que é permitido [...]” (2012, p. 9).

Contundo os fatores demográficos, económicos e socioculturais indiciam que a médio prazo o Recrutamento Normal pode não ser suficiente para satisfação das necessidades fundamentais das FFAA. Mantendo-se o atual ambiente de segurança na Europa, não identificámos oportunidade política e social de utilizar os mecanismos legais existentes para “obrigar” cidadãos a cumprir serviço militar (convocação da RR). Seria de certa forma regressar ao SMO, o qual contudo continua a ser defendido por uma faixa da sociedade, na qual se inclui o GEN Loureiro dos Santos que considera “*que o SMO, inserido num cívico obrigatório para todos os cidadãos nacionais, tem vantagens e resolveria o problema de falta de efetivos nas FFAA*” (2014a).

Consideramos assim como necessário, em tempo útil melhorar a atratividade pelo serviço militar e também conceptualizar um novo modelo de serviço militar, em que seja possível a prestação de serviço de outras formas, pois no atual ambiente político e social a convocação da RR, em tempo de paz, não se configura como solução apropriada - quadro nº 6.

Quadro nº 6: Validação da convocação da RR
Fonte: (Autor, 2014)

Convocação da RR	Critérios de validação		
	Adequabilidade	Exequibilidade	Aceitabilidade
	Baixa	Média	Baixa

(2) A Convocação da Reserva de Disponibilidade

Identificou-se que **Convocação** da RD para efeitos de reciclagem, treino, exercícios ou manobras militares, não foi acionada por nenhum dos três Ramos⁸, desde a data de entrada em vigor da atual LSM.

Obviamente, seriam os cidadãos da RD que relativamente aos da RR poderiam garantir um mais pronto e rápido reforço da componente permanente das FFAA, pois em princípio não necessitariam de realizar todas as fases das PCS (só avaliação física e médica), nem de frequentar a formação geral comum.

⁸ No exercício “Júpiter 93” foi pela última vez convocada uma companhia de paraquedistas na RD, para reforçar um Batalhão de Paraquedistas.

Se considerarmos que o potencial inerente à RD tem a sua razão no facto dos efetivos que a compõem deterem já formação militar e experiência, a qual pode ser especializada ou não, tal potencial perde todo o seu significado se não forem realizadas convocações periódicas para efeitos de reciclagem, treino e exercícios. Tal não tem sido feito, por falta óbvia de recursos materiais e financeiros, mas também pela convicção que face ao atual ambiente geoestratégico, as FFAA não vão necessitar de recorrer à RD.

Se atentarmos ao seguinte diagnóstico que foi realizado há quase duas décadas:

- “[...] *necessidade de empenho do poder político no sentido de produzir legislação adequada e disponibilizar os meios indispensáveis ao funcionamento deste serviço.*[...]”;
- “*Heterogeneidade e insuficiência na preparação militar das classes mobilizáveis e impossibilidade de colmatar esta deficiência, através da Convocação do pessoal para instrução, treino ou reciclagem, essencialmente devido a: falta de verbas; disponibilidade de centros de instrução e instrutores, inexistência de reservas de fardamento e equipamento, ausência de regime jurídico regulador dos interesses das empresas e dos empregados, se estes forem convocados para o serviço.*” (Santos, 1995, p. 23).

Podemos constatar que os condicionalismos então existentes se mantêm. É uma matéria que na opinião do Diretor da DGPRM “*tem estado no esquecimento e até agora ninguém pensou nela.*” (Coelho, 2014).

De facto identificámos que os Ramos têm carências que terão que ser colmatadas para que seja possível incorporar, equipar e treinar os cidadãos da RD. A sua capacidade atual é limitada ou até inexistente, como podemos inferir das palavras do VALM Rocha Carrilho: “*Até agora não tem sido necessário recorrer a reservistas para aumentar o efetivo da Marinha em situações pontuais e a Marinha não dispõe de capacidades instaladas para acolher esses militares para treinos periódicos*” (Carrilho, 2014).

Através dos cálculos realizados nas tabelas nº 16 e nº 17 do Apêndice 1, estimamos os custos diretos de uma hipotética convocação RD⁹ para efeitos de reciclagem, durante uma semana por ano. Um custo superior a seis milhões de euros por ano permite inferir da reduzida viabilidade desta atividade poder ser realizada no curto / médio prazo.

⁹ Unicamente o grupo constituído pelos cidadãos da RD nos seis subseqüentes ao termo de prestação do serviço efetivo.



Ao não ser garantida aos efetivos na RD, a manutenção dum grau de preparação mínimo, esta componente deixa de ser solução adequada para permitir um rápido crescimento das FFAA - quadro nº 7.

Quadro nº 7: Validação da convocação da RD

Fonte: (Autor, 2014)

Convocação da RD	Critérios de validação		
	Adequabilidade	Exequibilidade	Aceitabilidade
	Média	Baixa	Média

c. Recrutamento excecional por Mobilização militar

O atual quadro geoestratégico europeu torna a mobilização militar um assunto pouco relevante, nas agendas das políticas de Defesa dos países europeus, membros da OTAN e da UE. Mas na generalidade mantém-se a possibilidade de recorrer à mobilização para fazer face a ameaças que excedam as suas capacidades permanentes da Defesa, dispondo para tal de edifícios normativos, conceptuais e organizacionais. No caso nacional, conforme disposto na LDN, “*O Estado pode determinar a utilização dos recursos materiais e humanos indispensáveis à defesa nacional mediante mobilização e requisição*” (AR, 2009a).

No Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), documento enformador do planeamento estratégico de defesa, é referido como “[...] *fundamental implementar um efetivo sistema de convocação e mobilização, bem como incrementar a constituição das apropriadas reservas de guerra.*” (Presidência do Conselho de Ministros, 2013, p. 1992)

O processo de revisão da documentação a jusante do CEDN, que está a decorrer vai ter implicações na situação atual do sistema de mobilização, “*Em conformidade com o determinado pelo Ministro da Defesa Nacional no seu Despacho n.º 2063/2014, de 23 de janeiro, que aprova a conceção estrutural e o plano funcional do Órgão Central de Recrutamento e Divulgação, no final de outubro deste ano ser-lhe-á apresentado pela DGPRM o Plano do Serviço Militar para o quinquénio 2015-2019, documento estratégico estruturante que clarificará os mecanismos necessários para um efetivo sistema de convocação e mobilização*” (Coelho, 2014).

Identificámos também que as competências no âmbito da mobilização militar estão devidamente clarificadas - quadro nº 8.



Quadro nº 8: Competências no âmbito da Mobilização
Fonte: (Coligido da LDN e LOBOFA, 2014)

Entidades	Competências	Diploma
Assembleia da República (AR)	<i>“Legislar sobre o regime de mobilização e de requisição.”</i>	LDN (AR, 2009a)
Governo	<i>“Legislar em matérias de desenvolvimento das bases gerais do regime de mobilização e de requisição; Determinar a mobilização dos cidadãos para a defesa nacional.”</i>	LDN (Idem)
Ministro da Defesa Nacional	<i>“Apresentar ao Conselho Superior de Defesa Nacional, bem como ao Conselho de Ministros, propostas relativas à mobilização e à requisição, necessárias à prossecução dos objectivos permanentes da política de defesa nacional.”</i>	LDN (Idem)
Outros ministros	<i>“Dirigir a acção dos seus serviços na mobilização e requisição, no planeamento civil de emergência e na protecção civil.”</i>	LDN (Idem)
Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN)	<i>“Emitir parecer sobre as propostas relativas à mobilização e à requisição, necessárias à prossecução dos objectivos permanentes da política de defesa nacional;”</i>	LDN (Idem)
Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA)	<i>“Estudar e planear a preparação da passagem das Forças Armadas para o estado de guerra, nomeadamente quanto à mobilização e requisição militares e à forma de participação das componentes não militares da defesa nacional no apoio às operações militares, sem prejuízo e em articulação com os demais serviços competentes do Ministério da Defesa Nacional.”</i>	Lei Orgânica de bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA) (AR, 2009b)

Identificámos que a Lei nº 20/95, que regula a mobilização e a requisição no interesse da defesa nacional, além de nunca ter sido regulamentada também está, em parte, desatualizada face às alterações do edifício legislativo, nomeadamente as decorrentes da LSM. Como consequência a estrutura e funcionamento do Sistema Nacional de Mobilização e Requisição não foi definida, nem os termos da intervenção das várias entidades responsáveis pela preparação e execução da mobilização.

No princípio de que a mobilização militar só pode ser decretada numa situação de exceção e após ser formalmente declarado o estado de guerra, de sítio ou emergência, a sua legitimação perante a sociedade civil é totalmente diferente do caso de convocação da RR e RD em tempo de paz. Embora sem acesso a dados concretos que o



permitam inferir, parece-nos óbvio que face a uma situação de excecionalidade, a mobilização militar será naturalmente aceite pela generalidade dos cidadãos.

Nos atuais moldes consideramos que a mobilização militar mantém-se como instrumento adequado ao crescimento das FFAA para fazer face a estados de exceção e guerra, mas ainda não foram criadas as condições para a tornar exequível - quadro nº 9.

Quadro nº 9: Validação da mobilização militar
Fonte: (Autor, 2014)

Mobilização militar	Critérios de validação		
	Adequabilidade	Exequibilidade	Aceitabilidade
	Alta	Baixa	Alta

d. Direção, coordenação e execução do recrutamento excecional

(1) Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Durante a nossa investigação acompanhamos o processo de desenvolvimento da Conceção Estrutural e o Plano Funcional do Órgão Central de Recrutamento (OCR), cuja incumbência foi atribuída à DGPRM, através do Despacho n.º 7527-A/2013, de 31 de maio do Ministro da Defesa Nacional. Este processo constituía também um objetivo estratégico da DGPRM, a “*capacidade de coordenação e de monitorização das dinâmicas de recrutamento militar*” e que como tal foi inscrito no Plano de Atividades (PA) 2013. (DGPRM, 2012a).

Através do documento “*OCR- Linhas de Orientação Estratégica e as Linhas de Ação para a Equipa de Trabalho*”, confirmámos os condicionalismos que, do ponto de vista da DGPRM, não lhe permitiam assumir as suas competências, pois “*Efetivamente, só no final de 2010 [...] a DGPRM passou a reunir as condições para exercer as competências de planeamento, direção e coordenação que a lei lhe confere, uma vez que já podia controlar eficientemente a reserva de recrutamento e a reserva de disponibilidade. Relativamente a esta última, importa acautelar que somente após a entrada em produtivo do SIG/RHV será possível efetivamente controlar a informação de forma centralizada, uma vez que até esse momento a informação encontra-se exclusivamente no Ramo onde o militar prestou serviço.*” (DGPRM, 2013a, p. 2).

A proposta de Conceção Estrutural e Plano Funcional do OCR, de 30 de setembro de 2013, foi aprovada por despacho favorável do Ministro da Defesa Nacional, em 23 de janeiro de 2014 (MDN, 2014).

Quando operacionalizado o OCR/DGPRM terá como responsabilidade o planejamento, direção e coordenação do recrutamento, em estreita articulação com os órgãos próprios dos Ramos.

Para obviar os sucessivos atrasos de entrada em produção do Sistema Integrado de Gestão / Recursos Humanos e Vencimentos (SIG/RHV), em fevereiro de 2013, a DGPRM definiu uma linha de ação para a criação de um “*Sistema de Informação de Apoio à Decisão para o Recrutamento Militar*”. Através deste projeto, que também ainda não foi concretizado, a DGPRM poderia reunir as condições para controlar a RD e RR.

Identificámos que os três Ramos das FFAA mantêm um repositório com a informação, considerada necessária, dos cidadãos na RD (histórico militar, dados biográficos, habilitações literárias, residência, etc.), detendo ainda sistemas de informação próprios para gerir os efetivos na RD.

Identificámos, contudo, vulnerabilidades na gestão da RD pela não integração dos sistemas de informação e gestão do pessoal dos Ramos com a DGPRM - figura nº 6.

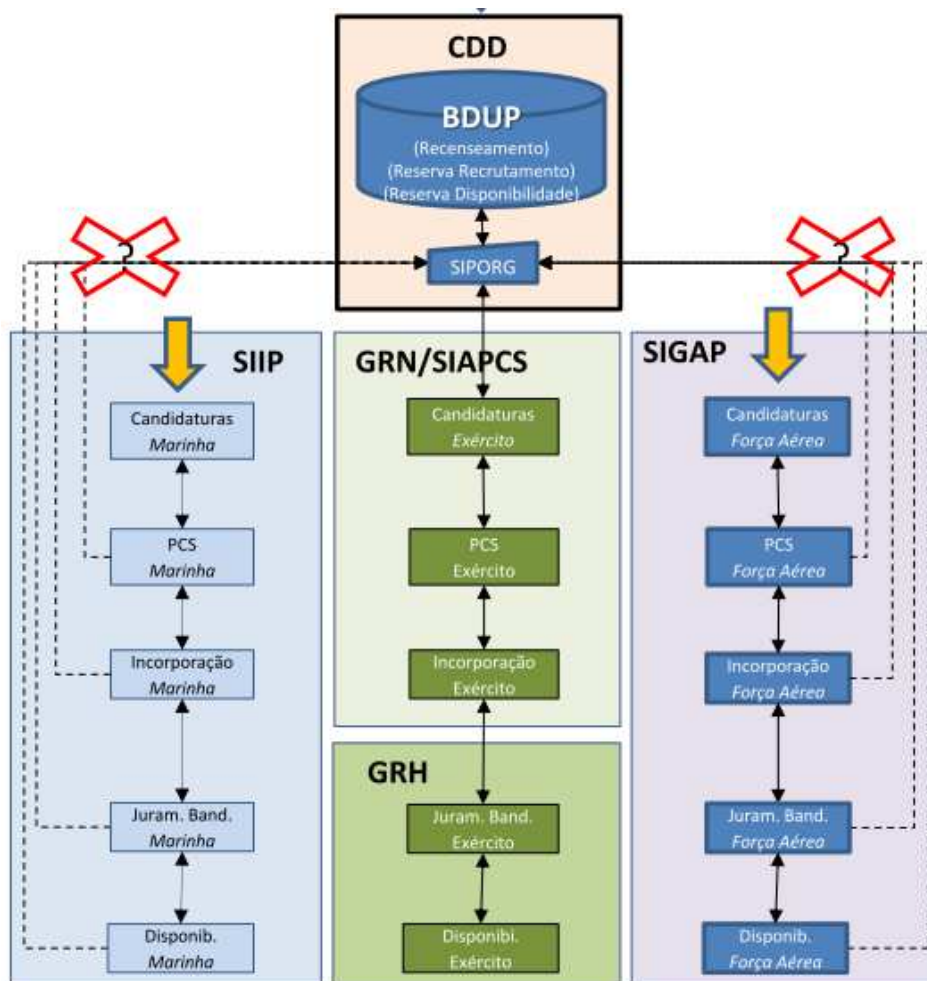


Figura nº 6: Sistemas de Informação para o Recenseamento e Recrutamento
Fonte: (DGPRM, 2013b)



A Marinha utiliza o Sistema Integrado de Informação de Pessoal (SIIP) e a Força Aérea o Sistema Integrado de Gestão de Apoio de Pessoal (SIGAP) os quais não se ligam com a Base de Dados Única de Pessoal (BDUP). Só o Exército, através do Gestor de Recrutamento Normal (GRN) e Gestor de Recursos Humanos (GRH) partilha os dados de pessoal existente na BDUP, com a DGPRM.

A convivência de diferentes bases de dados não garante que qualquer uma delas esteja 100% atualizada. Ainda nesta linha, as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 52/2009, desobrigaram os cidadãos na RD de comunicar as alterações de residência, habilitações literárias e estado civil ao Ramo onde prestaram serviço. É a DGPRM que recebe do Instituto de Registos e Notariado (IRN) a informação (alterações de residência e estado civil) e do cidadão (alterações habilitações literárias). Os Ramos (Marinha e Força Aérea) que são responsáveis por gerir os efetivos da RD, têm de atualizar os seus registos através de processos não automatizados, mais demorados e potenciais geradores de erros. Concluímos assim que a informação relativa à RD não está 100% atualizada.

Identificámos ainda que as atuais limitações da DGPRM, no planeamento, direção e coordenação do recrutamento, serão ultrapassadas com a operacionalização do OCR e a entrada em produção do SIG/RHV.

Não concluímos contudo que a atual situação impossibilite uma operação de convocação ou mobilização da RR, pois para todos os efeitos, o mecanismo tem sido devidamente testado desde 2004, num processo muito similar, uma vez que o *“O sistema de convocação para o Dia da Defesa Nacional (DDN), por si só, constitui um excelente mecanismo para esse efeito, porquanto os cidadãos que comparecem a este dever militar encontram-se na Reserva de Recrutamento. As cartas recordatórias enviadas anualmente para os cerca de 120 mil jovens residentes em território nacional apresentam um número exíguo de devoluções, facto que se tem refletido no número cada vez maior de presenças.”* (Coelho, 2014).

(2) Ramos das FFAA

As capacidades detidas pelos três Ramos para realizar operações de Recrutamento Normal e Especial, são também aplicáveis ao Recrutamento Excecional.

A implementação do OCR não retirará aos Ramos a responsabilidade e capacidade de execução de operações de recrutamento. Está contudo prevista uma reestruturação dos órgãos de recrutamento, com especial impacto na Marinha e Exército,



sendo que neste último, o “*downsizing*” da estrutura existente permitirá uma redução muito significativa dos efetivos afetos ao recrutamento - tabela nº 4.

Tabela nº 4: Pessoal afeto à estrutura do Recrutamento Militar
Fonte: (DGPRM, 2013c, p. 17)

Pessoal	Marinha		Exército		Força Aérea		Total	
Quadros orgânicos em vigor	39		351		44		434	
Existências em 30jun13	28	-28%	279	-21%	27	-39%	334	-23%
Após a reestruturação	25	-35%	115	-67%	44	0%	184	-58%

Na Marinha o órgão responsável é a Repartição de Recrutamento e Seleção, da Direção do Serviço de Pessoal da Superintendência de Serviços de Pessoal (SSP). Após a reestruturação verá alterada a designação para Repartição de Obtenção de Pessoal.

No Exército o órgão responsável é a Direção de Obtenção de Recursos Humanos (DORH), da qual dependem nove Centros de Recrutamento (CR), dois Gabinetes de Classificação e Seleção (GCS) e nove Gabinetes de Atendimento Público (GAP). Da reestruturação, a DORH será reduzida para uma Repartição de Recrutamento e sete CR (Braga, Vila Real, Viseu, Coimbra, Faro, Funchal e Ponta Delgada) passam a GAP.

A Força Aérea detém um CR em Lisboa e uma delegação no Porto que não sofrerão qualquer alteração.

Através destas estruturas, os três Ramos detêm capacidades para responder eficazmente à fase inicial de uma operação de convocação ou mobilização da RR e/ou RD. O nível a atingir com a convocação e/ou mobilização ditará a necessidade de reforçar ou não as capacidades dos órgãos de recrutamento.

Alguns dos condicionalismos que podem reduzir a eficiência de uma operação de Recrutamento Excecional estão identificados pois já afetam o Recrutamento Normal e Especial. O constrangimento na realização de análises clínicas e exames médicos complementares, para os quais os Ramos necessitam de recorrer ao Hospital das Forças Armadas (HFAR) é um condicionalismo. A inexistência de um repositório de dados de pessoal comum aos três Ramos e à DGPRM/OCR é uma vulnerabilidade que urge ultrapassar.

Concluimos assim que os Ramos das FFAA detêm capacidade apropriada para realização das operações inerentes ao **Recrutamento Excecional**, embora com condicionalismos que reduzem a sua eficiência.



e. Síntese conclusiva

Conceptualmente o atual modelo de serviço militar prevê que através de uma operação de **Recrutamento Excecional** decorrente da convocação ou mobilização militar, possam ser satisfeitas as necessidades fundamentais das FFAA em tempo de paz, e o seu crescimento para fazer face a estados de exceção /crise ou guerra

Embora não se perspetive que se venha a verificar no curto prazo, qualquer operação de convocação ou mobilização, identificámos a existência de condicionalismos que afetam a eficiência dos órgãos que inerentemente integram o Sistema de Convocação e Mobilização. A coexistência de diferentes e não integrados sistemas de informação de gestão recursos humanos entre os Ramos e a DGPRM dificulta a transferência, disponibilização e atualização dos dados dos cidadãos da RD e RR, bem como o controlo das operações de recrutamento. A necessidade de recorrer, na fase de classificação e seleção dos candidatos, ao HFAR para execução das análises clínicas e exames médicos complementares, é causadora de estrangimentos no fluxo do processo de recrutamento.

No entanto e num caso hipotético de convocação ou mobilização militar, os condicionalismos identificados não são de molde a inviabilizar a execução das operações de **Recrutamento Excecional** por parte dos diversos órgãos com responsabilidades neste processo, isto é, DGPRM através do OCR e os Ramos através dos seus órgãos próprios.

Os indicadores demográficos e socioculturais fazem prever que a médio / longo prazo possam existir dificuldades de recrutamento. Das opiniões recolhidas identificámos, que nas atuais condições é irrealista equacionar o regresso ao serviço militar obrigatório, mesmo que seja numa forma mínima, isto é, o recurso à convocação da RR, para colmatar uma possível carência de efetivos nas FFAA em tempo de paz. Identificámos assim que a convocação da RR não é uma solução apropriada.

Identificámos, também, que a RD não está a ser valorizada através de ações de reciclagem e treino e que não existem condições nas FFAA para o fazer. Como tal, não é uma solução apropriada.

Concluimos assim que o sistema de convocação e mobilização nacional não se revela apropriado, para em caso de necessidade permitir o crescimento dos efetivos das FFAA. Respondemos assim à QD 1 validando a Hip 1.



3. Modelos de serviço na reserva de países europeus

a. O “estado da arte”

Através do estudo dos modelos de serviço na reserva de países membros da OTAN e da UE pretende-se identificar contributos para conceptualização do nosso modelo de serviço na reserva.

Por condicionalismos de espaço e tempo limitámos o número de países a estudar. Após uma avaliação preliminar, seleccionamos sete países, inseridos no espaço estratégico e económico europeu, usualmente utilizados como referenciais em diversos âmbitos, nomeadamente o militar. Cinco dos países foram incluídos num recente estudo do Instituto da Defesa Nacional (IDN) “*Reformas/restruturações operadas nas Forças Armadas da Alemanha, Brasil, Estado-Unidos, França, Holanda, Reino-Unido*” (2012), ao qual foi posteriormente adicionado a **Dinamarca**, instituição que gentilmente cedeu toda a documentação relevante. Seleccionamos ainda a **Bélgica**, pelo critério de dimensão populacional equivalente a Portugal e a **Espanha** para incluir um país do Sul da Europa.

Com exceção da Dinamarca, todos os outros suspenderam a conscrição. O Reino-Unido foi o primeiro em 1960 e a Alemanha o último em 2011.

(1) Alemanha

Com o fim da conscrição, a Alemanha à semelhança do que já tinha acontecido nos outros países teve de otimizar o recrutamento e flexibilizar as formas de prestação de serviço militar para garantir os efetivos necessários às suas FFAA. Nesse sentido, em 2011, na orientação para a Defesa (German Ministry of Defence , 2011), a componente de reservistas mereceu a seguinte referência: *“Os reservistas são um elemento indispensável da Bundeswehr e tornar-se-ão ainda mais importantes no futuro. Sempre que possível, permitirão aumentar as forças no ativo e aumentar a sua sustentabilidade, mesmo em operações. Possuidores de qualificações civis e individuais, os reservistas, podem entrar ao serviço de imediato, em função da crise a enfrentar. Podem cumprir um amplo espectro de tarefas e se necessário, apoiar as FFAA na edificação de novas capacidades. Como mediadores entre a Bundeswehr e a sociedade e como cidadãos em uniforme, são um elo indispensável que irá beneficiar tanto o recrutamento como a integração das forças armadas na sociedade”*¹⁰.

¹⁰ Tradução nossa da versão inglesa (German Ministry of Defence , 2011, p. 15)



Atualmente a componente de reserva é constituída pelas **Tropas de Reserva, Reserva Territorial e Reserva Geral**¹¹ - quadro nº 10.

Quadro nº 10: Componentes de reservistas das FFAA da Alemanha
Fonte: (Traduzido de *Konzeption der Reserve* (Bundeswehr, 2012, p. 28))

Tropas de reserva		Reserva territorial		Reserva geral
Efetivos: 2.500		Efetivos: 27.000		Efetivos: 38.000
Serviço nas unidades permanentes.	Unidades complementares Apoio FFAA - Autoridades civis	Comando defesa regional	Forças regionais	Emprego em caso de ameaça externa.
Reforço da componente permanente em todo o espectro de operações.		Complementar a nível regional componente permanente, na segurança e defesa do território. Agentes regionais na colaboração FFAA- autoridades civis.		Complemento da componente permanente das FFAA. Tarefas de apoio.
Reservistas especializados e possuidores de competências especiais.		Serviço voluntário de curta e média duração.		Universo de reserva a longo prazo.
Reservistas vinculados a uma unidade/função.		Reservistas vinculados a uma região.		Universo de todos os cidadãos, inclusive ex-militares.

A componente designada por **Tropas de Reserva**, de efetivo reduzido, é essencialmente constituída por oficiais que têm uma função fixa numa unidade ou órgão da componente permanente da “*Bundeswehr*”. Quando o militar que ocupa esse posto em permanência é destacado ou está indisponível, o reservista pode ser convocado para o substituir. As **Tropas de Reserva** podem ser destacados para missões no exterior, caso se ofereçam e detenham o nível de preparação adequado.

A componente designada por **Reserva Geral** é constituída por unidades de reservistas, que podem ser convocadas para reforçar as FFAA,

¹¹ Tradução nossa de “*Truppen- Reserve*”, “*Territoriale Reserve*”, “*Algemeine Reserve*”



Identificámos também que “*A Alemanha aloca 1.4% do orçamento das FFAA para a componente de reserva, o que permite suportar a ativação de 2.500 reservistas durante um ano, ou 5.000 durante seis meses. Os reservistas quando em funções, além do salário devido pelo seu posto recebem diversas compensações livres de impostos. Nenhum reservista recebe menos que um membro equivalente do serviço ativo, pelo que na prática acabam por ficar mais dispendiosos*”¹²

Identificámos a **Associação de Reservistas das Forças Armadas**¹³, responsável por promover e apoiar, em estreita colaboração com as FFAA, o recrutamento de reservistas.

O universo de recrutamento é constituído pelos oficiais, sargentos e praças que terminaram o período de serviço ativo, bem como cidadãos que nunca prestaram serviço militar, mas são voluntários para servir as FFAA como reservistas.

(2) Bélgica

A reserva é considerada uma parte integrante das FFAA Belgas. Da mesma forma que a componente permanente, também a componente de reservistas foi alvo de reformas estruturais, no âmbito dos planos referidos no Anexo B.

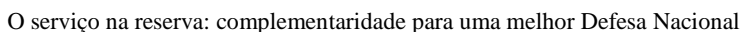
No novo modelo de serviço para reservistas, estes ficam agregados a um estado-maior ou unidade. O seu número vai ser reduzido, mas ficarão mais integrados, melhor treinados e com maior prontidão para serem destacados no exterior, mesmo em tempo de paz.

Para se tornar reservista das FFAA, o cidadão belga deve cumprir um ciclo de instrução, após o qual tem acesso à carreira de reservista. A formação e carreira do reservista foram resumidas no quadro nº 11.

Para manter a qualidade de **reservista treinado**, é exigida a realização de um mínimo de cinco dias (praças) ou sete dias (oficiais e sargentos) de instrução / treino, por ano. Este período pode ser aumentado por necessidade da unidade / estado-maior a que o reservista está adstrito.

¹² Traduzido pelo autor da versão inglesa da comunicação do “*Kapitän zur See Jürgen Losch, Head of Division Personnel Structure, Personnel Planning Objectives and Reserve Affairs da Bundeswehr*” (Ministerie van Defensie, 2013a)

¹³ Traduzido pelo autor de “*Verband der Reservisten der Deutschen Bundeswehr*”



CICLO DE FORMAÇÃO - ESQUEMA DE INSTRUÇÃO

Os reservistas podem progredir na carreira da respetiva categoria, desde que cumpram as respetivas condições de promoção. As praças podem ascender ao posto de Primeiro Cabo-Chefe, os sargentos ao de Ajudante-Major, e os oficiais ao posto de Major, ou Coronel se forem originários do recrutamento lateral. Usufruem também de proteção social e familiar, em que estão incluídos cuidados de saúde gratuitos e pensão de indemnização em caso de acidente em serviço.

34



(3) Dinamarca

A Dinamarca possui uma componente de reserva, a **Guarda Nacional Dinamarquesa**¹⁴, inspirada no movimento de resistência nascido na Segunda Guerra Mundial. Esta componente é constituída por cidadãos que, a título voluntário e não remunerado, participam em missões de apoio à proteção civil e defesa nacional. Embora não sejam remunerados, os reservistas têm direito a compensações pela perda de vencimento e outras despesas básicas em que incorrem quando chamados ao serviço.

A 31 de dezembro de 2012, a Guarda Nacional Dinamarquesa contava com uma força de 47.266 efetivos.

Com as alterações introduzidas no seu estatuto¹⁵, em 9 de fevereiro de 2007, a Guarda Nacional Dinamarquesa adquiriu uma maior relevância como componente de reforço das FFAA Dinamarquesas, quer em operações no território nacional ou no exterior, como foi, por exemplo, a sua participação na ISAF.

Todos os homens e mulheres, com mais de 18 anos, podem candidatar-se à Guarda Nacional Dinamarquesa, mesmo que não possuam formação militar, sendo que neste caso necessitam de frequentar um período de instrução militar básica, composto por quatro módulos num total de 250 horas. Os módulos têm de ser completados nos primeiros três anos, em períodos de quatro a nove dias de instrução militar, ou num único curso, a realizar no campo de instrução da Guarda Nacional Dinamarquesa.

Em 2012, os partidos políticos com assento no parlamento dinamarquês firmaram um **Acordo para Defesa da Dinamarca 2013-2017**¹⁶, o qual não alterou substancialmente as orientações estabelecidas no anterior acordo de 2009¹⁷ para a Guarda Nacional Dinamarquesa:

- A necessidade de aprofundar a cooperação entre a Guarda Nacional Dinamarquesa e as FFAA;
- Que a Guarda Nacional Dinamarquesa deveria focar-se no reforço das FFAA quando em operações no território nacional, mantendo no entanto como prioridade a segurança, vigilância, apoio à proteção civil e proteção do ambiente marítimo;
- Um maior empenhamento da Guarda Nacional Dinamarquesa no **reforço** das FFAA, quando em teatros de operações externos, garantindo o serviço de

¹⁴ “Hjemmeværnet (HJV)”

¹⁵ “Bekendtgørelse af lov om hjemmeværnet” (Hjemmeværnet, 2007)

¹⁶ “Danish Defense Agreement 2013-2017” (Forsvarsministeriet, 2012)

¹⁷ “Danish Defense Agreement 2010-2014” (Forsvarsministeriet, 2009)



segurança e o apoio à reconstrução civil, ou substituindo-se às subunidades da componente permanente destacadas, nas tarefas administrativas, transportes, segurança e comunicações.

(4) Espanha

Da mesma forma que em Portugal, a Constituição Espanhola, no Artº 30º, remete para lei a fixação da natureza do serviço militar. Em 1999, no culminar de um processo de transformação das FFAA, foi publicada a lei do “*Régimen del Personal de las Fuerzas Armadas*” (Gobierno de Espana, 1999), que determinou o fim do serviço militar obrigatório até 31 de dezembro de 2002, e posteriormente antecipado¹⁸ de um ano.

Em situações de crise ou risco grave para a segurança nacional o reforço da componente permanente das FFAA era realizado com base dos reservistas, que no modelo de serviço militar definido na lei de 1999 podiam ser: **temporários; voluntários e obrigatórios**¹⁹.

Posteriormente foram introduzidas alterações legislativas que resultaram na eliminação da classificação de **Reservistas Temporários**, a qual se aplicava a todos os militares de carreira e complemento, após cessarem o serviço ativo, durante um período que, em função do seu estatuto anterior, podia ir de um a cinco anos.

Os reservistas passaram assim a ser classificados nos seguintes grupos: **Voluntários, de Disponibilidade Especial e Obrigatórios**²⁰.

- **Reservistas voluntários**, cidadãos espanhóis que no exercício do seu direito constitucional de defender o país, se vinculam a título voluntário e temporário com as FFAA, disponibilizando-se para serem convocados quando as circunstâncias exigirem o reforço das FFAA. O regulamento dos reservistas das FFAA considera o seguinte:
 - Pode tornar-se **Reservista Voluntário** qualquer cidadão que cumpra com os requisitos de cidadania e de idade (18 a 58 anos para oficial e suboficial e 18 a 55 para praça).
 - Se selecionado (concurso de habilitações, avaliação psicofísica e entrevista de orientação) para um lugar nas FFAA (Exército, Marinha e Força Aérea), o candidato a reservista tem de cumprir um período de familiarização com a

¹⁸ Real Decreto 247/2001, 9 de marzo, por el que se adelanta la suspensión de la prestación del servicio militar. (Gobierno de Espana, 2001)

¹⁹ Reservistas temporales, voluntarios e obligatorios (Gobierno de Espana, 1999)

²⁰ Voluntarios, Disponibilidade especial e obligatorios (Gobierno de Espana, 2011)



vida militar, que compreende a formação básica (máximo de 30 dias, em que parte pode ser não presencial) e um período de formação específica (máximo de 30 dias numa unidade/órgão militar).

- Os militares que cumprem contratos de longa duração, bem como os militares de carreira após separação de serviço, podem requerer o acesso à condição de **Reservista Voluntário**;
- O contrato inicial para o **Reservista Voluntário** é de três anos, com possibilidade de renovação por iguais períodos até a um máximo de 15 anos, desde que não ultrapasse a idade de 61 anos (oficiais e suboficiais) ou 58 anos (praças). No contrato fica definido o período de serviço ativo (superior a um mês por ano) e a disponibilidade para realizar operações no exterior.
- **Reservista de Disponibilidade Especial** situação dos praças e militares do complemento, quando terminam o contrato de longa duração;
- **Reservista Obrigatório** é a situação dos cidadãos, entre os 19 e os 25 anos, caso assim seja declarado pelo Governo Espanhol, sempre que as necessidades inerentes à defesa nacional assim o exijam.

No caso dos **Reservistas Voluntários** serem convocados para o serviço ativo é garantida por lei a manutenção do seu posto de trabalho, ou outro em similares condições, com igual renumeração, no mesmo organismo e sem prejuízo da sua carreira profissional.

Na tabela nº 5, estão incluídos ainda os **Reservistas Temporários**, os quais como referimos anteriormente não são considerados como componente de reforço das FFAA. Dos 5.168 **Reservistas Voluntários**, em 2012 só 84 estavam convocados para o serviço.

Tabela nº 5: Reserva temporária e voluntária das FFAA de Espanha
Fonte: (Coligido de *Estadística del personal militar, 2011, 2012*)

Tipo de reserva	Categoria	Exército	Marinha	Força Aérea	Corpo Comum	Total
Reservistas Temporários	Oficiais	8.806	1.577	1.928	683	12.994
	Suboficiais	711	1.259	24	2	1.996
	Praças	35				35
	Total	9.552	2.836	1.952	685	15.025
Reservistas Voluntários	Oficiais	1.219	374	260	498	2.351
	Suboficiais	1.187	340	265		1.792
	Praças	552	289	184		1.025
	Total	2.958	1.003	709	498	5.168



(5) França

O modelo de reserva militar francês é suportado na legislação aprovada em 22 de outubro de 1999²¹, a qual foi revista em abril de 2006²², a fim de melhorar a flexibilidade de emprego e capacidade de resposta da componente de reserva.

A componente de reserva militar, considerada parte integrante das FFAA Francesas, tem como finalidade reforçar a componente permanente, consolidar o espírito de defesa e contribuir para manter a ligação entre a nação e as suas FFAA.

Em França, os reservistas podem servir no Exército, Marinha, Força Aérea, Serviço de Saúde, Direção Geral de Armamento e *Gendarmerie*, num dos dois tipos de reserva, distintos na composição e missão: a **Reserva Operacional**²³ e a **Reserva de Cidadãos**²⁴.

- A **Reserva Operacional**, é ainda subdividida em duas componentes:
 - A designada “*Réserve Opérationnelle 1 (RO1)*” é constituída por cidadãos voluntários, escolhidos em função das competências e disponibilidade para preencher os lugares disponíveis nas FFAA e *Gendarmerie*. Estes reservistas assumem um contrato, designado por *ESR*²⁵, com a duração de um a cinco anos. Após um período de formação militar inicial (não exigido aos ex-militares) são integrados sem restrições nas unidades e estados-maiores, a fim de cumprir as mesmas missões que os militares da componente permanente, beneficiando do mesmo estatuto e regalias. Os reservistas operacionais podem aceder a todos os postos, nas diversas categorias, e progredir na carreira através da realização dos cursos de aperfeiçoamento. A idade limite para cada posto é superior em cinco anos à idade limite dos militares da componente permanente. A **RO1** reforça as unidades no ativo em particular durante os picos de atividade (crises, operações, exercícios e situações de exceção).
 - A “*Réserve Opérationnelle 2 (RO2)*” é constituída pelos ex-militares que cessam o serviço ativo, mantendo-se nesta situação durante cinco anos. A

²¹ *Loi n°99-894 du 22 octobre 1999 portant organisation de la réserve militaire et du service de défense* (République Française, 1999)

²² *Loi n° 2006-449 du 18 avril 2006 modifiant la loi n° 99-894 du 22 octobre 1999 portant organisation de la réserve militaire et du service de défense (1)* (République Française, 2006)

²³ Tradução nossa de “*Réserve opérationnelle*”

²⁴ Tradução nossa de “*Réserve citoyenne*”

²⁵ Tradução nossa de “*Engagement à servir dans la réserve (ESR)*”



RO2 componente pode ser convocada em parte ou na totalidade, em caso de situação de crise no território nacional para reforçar a componente **RO1**.

- A “**Réserve Citoyenne (RCIT)**”, é constituída por cidadãos voluntários a quem as autoridades militares reconhecem estatuto profissional e social, experiência e interesse nos assuntos da defesa nacional. Prestam um serviço público, não remunerado, contribuindo para o recrutamento militar e para a preservação da “memória nacional”. Têm como missão realizar atividades de comunicação e relações públicas com o mundo da política, desporto, negócios, educação e serviços públicos, para difundir o espírito da defesa nacional e manter a ligação entre o país e as suas FFAA. Os reservistas da **RCIT**, oriundos do ativo ou da **Reserva Operacional** são admitidos com a patente anteriormente detida. Os oriundos da sociedade civil, sem experiência militar, é-lhes atribuído uma patente a título honorífico.

A situação geral da reserva militar em França é apresentada na figura nº 7 (onde se inclui a *Gendarmerie*).

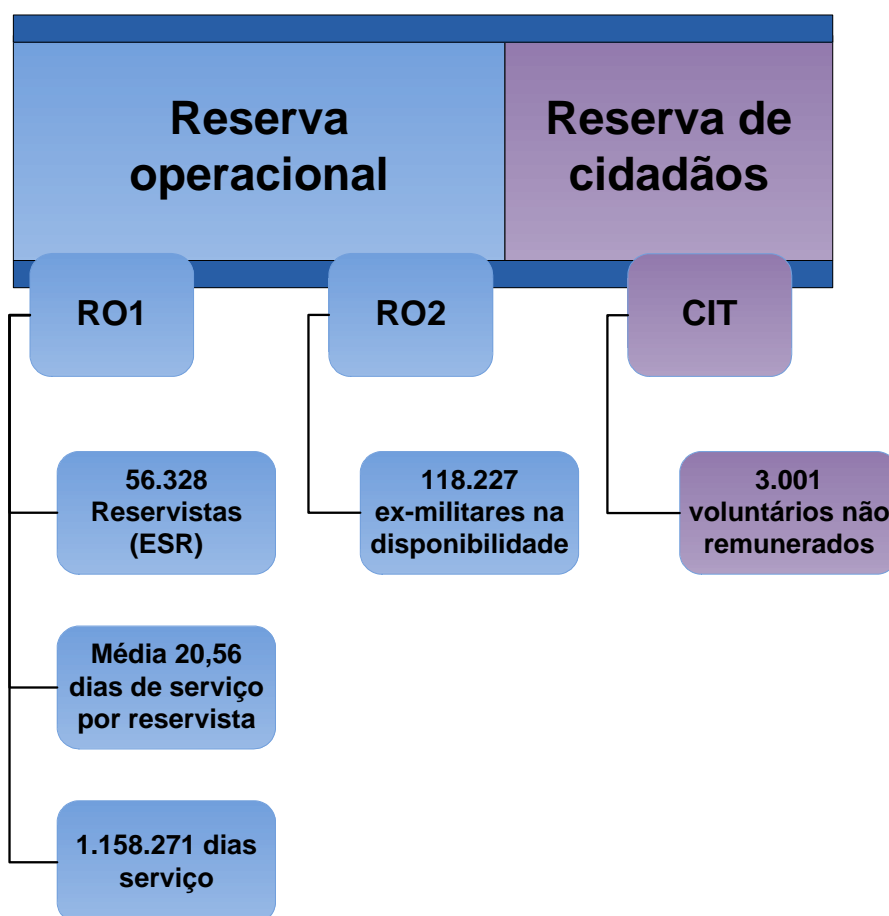


Figura nº 7: Caracterização geral da reserva militar em França

Fonte: (*Rapport d'évaluation de l'état de la réserve militaire en 2012* (Ministère de La Défense, 2013a))



Com maior detalhe, a tabela nº 6 mostra a composição da **Reserva Operacional**. É relevante a percentagem de reservistas provenientes da vida civil, o que indicia um lato grau de adesão da sociedade civil à forma de prestação de serviço militar.

Tabela nº 6: Composição da reserva operacional das FFAA de França
Fonte: (Coligido de *Annuaire statistique de la Defense 2012-2013* (Ministère de La Défense, 2013b))

Ramo/serviço	Reserva Operacional					
	Ex-militares na disponibilidade RO2	Voluntários RO1	Total	Categoria	Gênero	Origem FFAA/ Gendarmerie
Exército	39.765	16.006	55.711	Oficiais 20% Suboficiais 38% Sargentos e Praças 42%	Masculino 82% Feminino 18%	Ex-militares 52% 24% Ex-militares conscritos 16% 31% Civis 31% 44%
Força Aérea	14.061	4.737	18.798			
Marinha	15.914	5.519	21.433			
Serviço Saúde	1.624	3.326	4.950			
Abastecimento	373	77	450			
Direção Geral Armamento	553	111	664			
Subtotal	72.290	29.776	102.066			
Gendarmerie	32.786	27.411	60.197			
Total	105.076	57.187	162.263			

No gráfico nº 8, pode ser observado o peso das principais atividades desenvolvidas pelos **Reservistas Operacionais**, em que se destaca o reforço de unidades e estados-maiores.

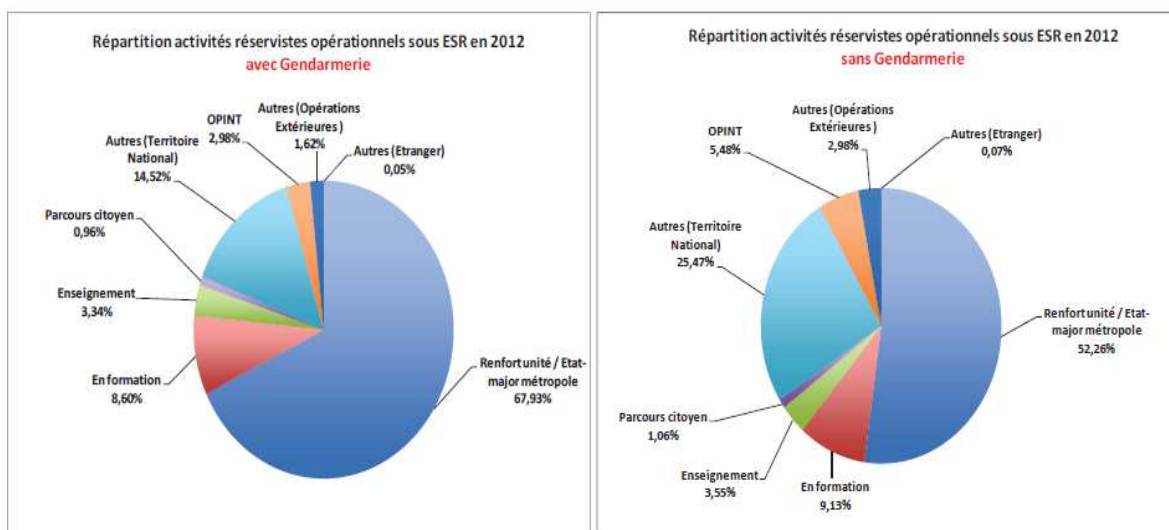


Gráfico nº 8: Atividades desenvolvidas pela reserva operacional de França
Fonte: (*Rapport d'évaluation de l'état de la réserve militaire en 2012* (Ministère de La Défense, 2013a))



Relativamente à **Reserva de Cidadãos**, dados de 2011, constantes na tabela nº 7, indicam que é essencialmente composta por civis e por oficiais quando militares.

Tabela nº 7: Composição da reserva de cidadãos de França
Fonte: (*Annuaire statistique de la Défense 2012-2013* (Ministère de La Défense, 2013))

Ramo/serviço	Reserva de cidadãos			
	Efetivos	Categoria	Gênero	Origem
Exército	712	Oficiais 89% Suboficiais 10% Sargentos e Praças 1%	Masculino 84%	Ex-militares 17%
Força Aérea	499			
Marinha	234			
Serviço Saúde	345			
Abastecimento	2		Feminino 16%	Civis 83%
Direção Geral Armamento	98			
Subtotal	1.890			
Gendarmerie	770			
Total	2.660			

Verifica-se também no gráfico nº 9 que 74% destes reservistas estão inseridos em categorias socioprofissionais de nível superior. Este facto é indiciador do propósito de integrar na **RCIT** os cidadãos com maior potencial de influência na sociedade.

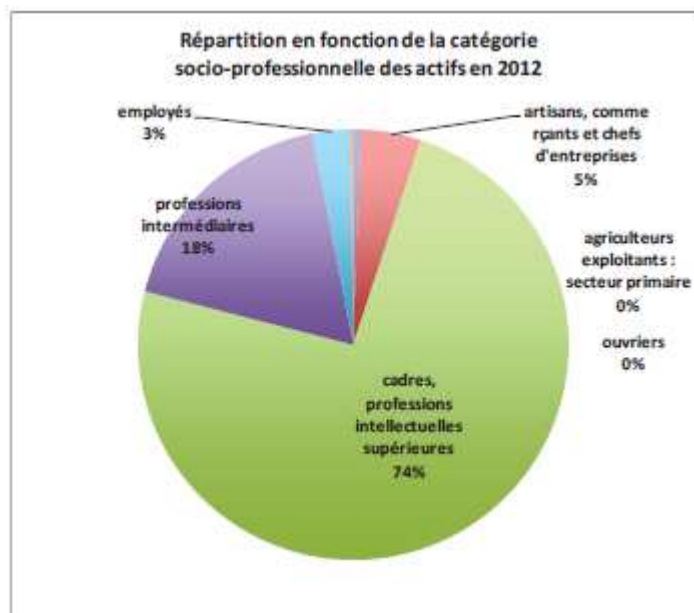


Gráfico nº 9: Origem socioprofissional da reserva de cidadãos de França
Fonte: (*Rapport d'évaluation de l'état de la réserve militaire en 2012* (Ministère de La Défense, 2013a))



Muito recentemente, em resultado de um relatório sobre ciberdefesa²⁶, do senador Jean-Marie Bockel, de 18 de julho 2012, começou a ser levantada a componente de reservistas no âmbito da ciberdefesa, denominada “*Réserve Citoyenne Cyberdéfense*”. Esta componente tem como objetivo formar um círculo de confiança transversal aos três Ramos, *Gendarmerie*, e outras instituições civis, ao qual os profissionais e estudantes, com competências na área, possam juntar-se e dar a sua contribuição para elevar as capacidades das FFAA e da França no âmbito da ciberdefesa.

(6) Holanda

Em 1 de janeiro de 2013, as FFAA Holandesas contavam com 4.093 reservistas voluntários, com utilização predominante no âmbito das atividades desenvolvidas pelas FFAA no território nacional.

Os reservistas estão distribuídos por dois tipos:

- “*Reservist Militaire Taken (RMT)*”, utilizados em tarefas militares típicas de vigilância, segurança, cerimónias, ligação com as autoridades civis e serviços comuns em teatros de operações;
- “*Reservist Specifieke Deskundigheid (RSD)*”, especialistas com experiência civil em valências específicas, não existentes nas FFAA ou existentes em quantidade insuficiente, como por exemplo médicos especialistas, engenheiros civis e mecânicos, especialistas em tecnologias de informação, etc.

Desde 2009 participaram em operações de paz 361 reservistas, dos quais 136 no âmbito do **protocolo que a Defesa instituiu com Hospitais Cívicos**²⁷.

O protocolo anteriormente referido permite que o pessoal do serviço de saúde das FFAA possa trabalhar em 12 hospitais civis, nos períodos em que não são necessários para exercícios ou operações. Em cada período de ano e meio, estes militares dedicam às FFAA quatro meses e meio de serviço, no restante período são profissionais de saúde nos hospitais civis. Em compensação os hospitais civis fornecem equipas médicas às FFAA, quando necessário. A base da reciprocidade é de duas equipas médicas civis (ao serviço das FFAA durante seis semanas em cada ano e meio) por cada equipa médica militar cedida aos hospitais civis.

Atualmente o modelo de reservistas está em processo de reestruturação. Entre setembro e outubro de 2013, foram organizadas pelo Ministério da Defesa uma série de

²⁶ Tradução nossa de “*Rapport d’information fait au nom de la commission des affaires étrangères, de la défense et des forces armées sur la cyberdéfense*” (Sénat de France, 2012)

²⁷ Tradução nossa de “*Instituut samenwerking Defensie en Relatieziekenhuizen*”



reuniões para discussão pública do futuro modelo de reservistas. Em 02 de dezembro de 2013, numa conferência internacional foram sintetizadas as diversas contribuições recebidas.

No âmbito deste processo, é pertinente atentar na visão e linhas orientadores gerais divulgadas pela Ministra da Defesa, J. A. Hennis-Plasschaert, para preparar o debate público, através de um “*policy paper*” designado por **Reservistas em 2020**²⁸, do qual se extraíram os seguintes elementos:

- Os reservistas são indispensáveis para as FFAA. Transportam consigo conhecimento e experiência e encarnam a ligação das FFAA com a sociedade;
- A intenção subjacente na otimização do modelo de reservistas não é substituir os militares da componente permanente, mas enriquecer as FFAA;
- Torna-se necessária a reestruturação do atual modelo de reservistas, para que as óbvias vantagens destes elementos possam ser ainda mais potenciadas. Para tal, será necessário o envolvimento de todos os “*stakeholders*”: reservistas, entidades patronais e Ministério da Defesa;
- A maioria dos reservistas será empregue em operações no território nacional, mas aumentará o seu grau de utilização no exterior, nomeadamente no desempenho de tarefas especializadas não específicas dos militares profissionais. A Bósnia, Iraque e Afeganistão, são exemplos onde foram utilizados médicos especialistas como reservistas, bem como especialistas financeiros e de gestão empresas no apoio às tarefas de reconstrução;
- Existem duas condições essenciais a reunir, financiamento e tempo. Nesse sentido, o horizonte 2020 permitirá a introdução gradual do modelo de reservistas que vier a ser aprovado.

(7) Reino-Unido

As componentes de reservistas são parte integrante das FFAA do Reino-Unido. Parte dos reservistas voluntários mantém o grau de treino exigido para poder reforçar a componente permanente e participar em todos os tipos de operações, no território ou no exterior. Facto que se tem verificado conforme mostrado na figura nº 8.

²⁸ Tradução nossa de “*De reservist in 2020*” (Ministerie van Defensie, 2013b)

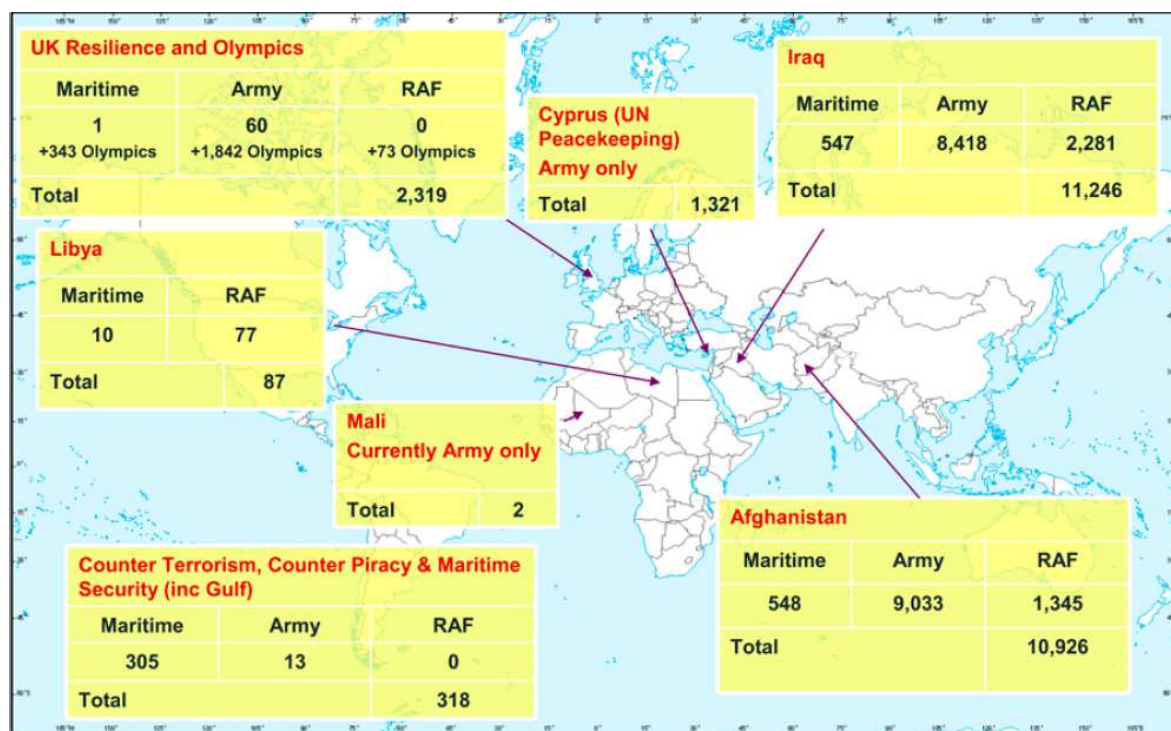


Figura nº 8: Emprego reservistas FFAA do Reino-Unido (01abr03-31mar13)
Fonte: (Ministry of Defence, 2013, p. 69)

Atualmente coexistem as seguintes categorias principais de reservistas:

- **Reserva Voluntária**,²⁹ a qual compreende a “*Royal Naval Reserve*”, a “*Royal Marines Reserve*”, o “*Territorial Army*” e a “*Royal Auxiliary Air Force*”. Esta componente é constituída por cidadãos que voluntariamente assumem um compromisso de treino militar anual e de disponibilidade para serem mobilizados para operações. Como estes reservistas, em geral, mantém um nível de preparação conhecido, são os primeiros a serem chamados para reforçar a componente permanente.
- **Reserva de ex-regulares**,³⁰ constituída por ex-membros da componente permanente, que ficam na situação de disponibilidade, após cessarem o serviço ativo e por um período limitado de tempo. Podem caso sejam chamados contribuir com as competências profissionais, ou como reserva estratégica de resiliência e capacidade de regeneração das FFAA para estados de exceção. No passado, os **Reservistas ex-regulares** só foram mobilizados para apoiar

²⁹ *Volunteer Reserve*

³⁰ *Ex-Regular Reserve, currently known in law as the Army Reserve*



operações de rotina em que não existiam suficientes **Reservistas Voluntários**, ou caso se tenham voluntariado;

- **Reserva Contratada**,³¹ constituída por cidadãos contratados para prestar serviços especiais às FFAA.

Tendo sido identificada a diminuição do número de reservistas, bem como a sua operacionalidade, em 2012 foi lançado para debate público um projeto de reestruturação desta componente, cujo resultado final ficou inscrito no documento “*Reserves in the Future Force 2020*”, (Ministry of Defence, 2013), o qual foi apresentado no Parlamento pelo Secretário de Estado da Defesa, Philip Hammond, em julho de 2013.

Com este projeto o Reino-Unido pretende estabilizar o declínio do número de reservistas e atingir 30.000 reservistas no Exército, 3.100 na Marinha e 1.800 na Força Aérea, números superiores às existências a 1 de janeiro de 2014 - tabela nº 8. Dos três tipos só a **Reserva Voluntária** se manterá na estrutura conceptualizada no documento “*Future Reserves 2020*”.

Tabela nº 8: Composição da reserva das FFAA do Reino-Unido
Fonte: Coligido de *UK Armed Forces Quarterly Personnel Report* (Ministry of Defence, 2014)

Tipo de Reserva	Categoria	Exército	Marinha	Força Aérea	Total
<u>Reserva Voluntária</u>	<u>Oficiais</u>	4.170	840	190	5.200
	<u>Outros Postos</u>	20.080	1.810	1.220	23.110
	Total	24.250	2.650	1.410	28.310
<u>Reserva de Ex-Regulares</u>	<u>Todos os</u>	880	360	560	1 800
<u>Reserva Contratada</u>	<u>postos</u>	90	1 780	130	2 000
Total		25.220	4.790	2.100	32.110

A visão inscrita no “*Reserves in the Future Force 2020*”, baseia-se essencialmente, na otimização da **Reserva Voluntária** através de:

- Recrutamento alargado a toda a sociedade civil, de cidadãos voluntários, fisicamente aptos, motivados, sem exceção dos que têm família e emprego;
- Períodos de treino realizados nos tempos livres e nos períodos de férias da profissão exercida na vida civil. Treino melhor organizado e de melhor qualidade, aproveitando ao máximo tempo disponível dos voluntários;

³¹ *Sponsored Reserve*



- Reservistas empregues como especialistas funcionais, caso detenham competências civis nesse âmbito ou em função anteriormente desempenhada nas FFAA;
- Algumas especialidades e/ou competências só existirão na componente de reservistas das FFAA;
- Reservistas podem ser empregues em apoio das populações ou em resposta a crises no território nacional bem como em operações no exterior, incluindo as de alta intensidade (como o Afeganistão);
- Reservistas adquirem nas FFAA competências profissionais, experiência de vida e liderança, que se traduzem em seu benefício pessoal, mas também das empresas e organismos onde trabalham e da sociedade civil;
- Reservistas serão remunerados de forma justa e equivalente aos elementos da componente permanente. Da mesma forma as famílias dos reservistas terão direito a apoio social;
- Reservistas continuarão a ser considerados parte integrante das FFAA. Estimados na sociedade civil pelo tempo e esforço dedicado em prol da Defesa Nacional, serão reconhecidos pelos seus chefes e entidades patronais como bons funcionários e cidadãos e serão reconhecidos pelo seu valor pelos camaradas da **componente permanente**.

As medidas a introduzir para dar corpo a esta visão, destinam-se a otimizar o ciclo de treino dos reservistas (entre 35 e 40 dias anualmente) e o seu emprego em todo o tipo de operações a título individual ou em pequenas equipas e unidades de baixo escalão (pelotão, companhia). O atual modelo de mobilização também será alterado para permitir a mobilização dos reservistas para todo o tipo de operações.

A atual designação de *“Territorial Army”* será alterada para *“Army Reserve”*, e a designação da *“Ex-regular Reserve”* designada em lei por *“Army Reserve”* passa a *“Regular Reserve”*.

O Exército terá um efetivo total de 120.000 militares dos quais 30.000 reservistas distribuídos por 300 locais (atualmente são 340). A partir de 2018 haverá também capacidade de manter 8.000 reservistas em fase de treino.

Os reservistas da Marinha, integrados na *“Royal Naval Reserve”* e na *“Royal Marines Reserve”*, serão aumentados para 3.100 e continuarão a existir áreas cujas capacidades residem exclusivamente nos reservistas, como por exemplo especialistas de *Media*.



A “*Royal Air Force*” mantém a “*Royal Auxiliary Air Force*” constituída por reservistas voluntários e a “*Royal Air Force Reserve*” constituída por ex-regulares. O efetivo da “*Royal Auxiliary Air Force*” será aumentado para 1.800 reservistas. Aproximadamente 10% dos efetivos da “*Royal Auxiliary Air Force*”, com especial incidência em especialistas nas áreas das informações, medicina e ciberdefesa serão mantidos como **Reserva de Reação Rápida**.

b. Síntese conclusiva

Do estudo realizado sobre os modelos de reservistas de sete países europeus, resumiram-se os principais elementos caracterizadores das suas FFAA no Apêndice 2.

Identificámos que na generalidade estes países estão a reestruturar ou consolidar os modelos das componentes de reservistas voluntários, para um mais eficaz reforço e/ou complemento das componentes permanentes dos ramos das FFAA, com um maior peso nos Exércitos (Componente Terrestre na Bélgica).

Com uma componente de reservistas melhor preparados e com maior flexibilidade de emprego, a componente permanente pode ser ajustada, reduzindo assim os custos de pessoal e garantindo uma maior fatia do orçamento da Defesa para operação / manutenção e investimento, sem que aumente o custo para o país.

Identificámos a necessidade do apoio da sociedade civil (famílias e empresas) o que só é possível através de uma consolidada cultura de cidadania para Defesa Nacional. Para se conseguir componentes de reservistas eficientes é vital a consistência da vontade política em implementar a legislação adequada e disponibilizar os recursos necessários.

Identificámos, também, a conveniência de serem atribuídas aos reservistas tarefas concretas, necessárias e prestigiantes, o que contribuirá para estes serem aceites e valorizados pelos seus camaradas da componente permanente. Estes têm ainda de reconhecer que no âmbito militar pode existir profissionalismo sem exclusividade e empenhamento sem dedicação a tempo inteiro.

Como principais características nos diversos modelos de serviço na reserva, os quais na generalidade se encontram em processo de reestruturação³², identificámos o seguinte:

³² “*Future Reserves 2020*” no Reino-Unido; “*Konzeption der Reserve*” na Alemanha; “*Le plan stratégique pour la modernisation de l’armée belge 2000-2015*” na Bélgica; “*Danish Defence Agreement 2010 – 2014*” na Dinamarca; “*De reservist in 2020*” na Holanda;



- À exceção da Dinamarca, todos os outros países suspenderam a conscrição. O Reino-Unido foi o primeiro em 1960 e Alemanha o último em 2011;
- Nos modelos de serviço na reserva estudados pontuam componentes constituídas por reservistas voluntários e não a “*reserva da nação*” a convocar / mobilizar em estados de exceção ou guerra, embora essa possibilidade é mantida em alguns países;
- Através dos reservistas voluntários, as FFAA podem dispor de especialistas e competências não detidas em tempo de paz, ou detidas a nível reduzido;
- Alguns países consideram duas componentes de reservistas:
 - Uma componente operacional, remunerada, para reforçar ou complementar com competências adicionais, a componente permanente das FFAA;
 - Uma componente de cidadania, não remunerada, destinada à permanente sensibilização da sociedade civil para as questões das FFAA e da Defesa Nacional.

Identificámos assim soluções nos modelos de serviço na reserva estudados que reforçam e/ou complementam os efetivos das FFAA, quando necessário, bem como aprofundam a ligação das FFAA com os cidadãos. Respondemos assim à QD 2 validando a Hip 2.



4. Contributos para um modelo de serviço na reserva

a. Uma nova situação de serviço militar – a Reserva Voluntária

(1) Conceptualização da Reserva Voluntária

Uma alteração ao atual modelo de serviço militar inserindo-se no âmbito da estratégia genética, terá evidentes repercussões no nível estrutural e operacional das FFAA. Analisámos os programas dos partidos políticos com representação parlamentar e que fazem parte do arco da governabilidade³³, bem como o *Guião para a Reforma do Estado* (Governo de Portugal, 2013), mas não identificámos qualquer intenção de promover alterações no atual modelo de serviço militar.

Partimos assim do princípio que o modelo de serviço militar continuará, em tempo de paz, a basear-se numa componente profissionalizada e que as orientações estruturantes para a Defesa Nacional e FFAA inscritas no CEDN de 2013 e na orientação política expressa na RCM n.º26/2013 – Defesa 2020, não serão alteradas significativamente a médio prazo, isto no caso do atual ambiente estratégico não sofrer evoluções significativas.

Salvaguardamos o facto de estando ainda a decorrer o processo de revisão da documentação estruturante do planeamento estratégico da Defesa Nacional, poderá a nossa conceptualização colidir com princípios e conceitos que venham a ser estabelecidos na LOBOFA, no Conceito Estratégico Militar (CEM), nas Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA) e no SFN.

É uma realidade incontornável que a redução do número de efetivos das FFAA tem sido significativa e, ao que tudo indica, veio para ficar, o que nos leva a concordar plenamente com o GEN Loureiro dos Santos quando afirma que “*Quanto mais reduzidas forem as forças permanentes do Sistema de Defesa, como é o nosso caso, mais necessários são os mecanismos que permitam ampliá-las para níveis de forças mais substanciais quando houver necessidade.*” (2014b).

Uma vez que o SFN em vigor, não define capacidades a levantar por convocação/mobilização e que tal também não se infere dos documentos estruturantes já publicados, ficamos perante uma questão não respondida. Até que níveis devem as FFAA poder crescer?

Consideramos que esta pergunta não tem uma resposta concreta, uma vez que as FFAA devem crescer até ao nível que for necessário, para que o País possa responder

³³ Programas (PSD, 2011), (PS, 2011), (CDS-PP, 2011).



com todas as suas potenciais capacidades aos riscos associados a um estado de exceção/ crise ou guerra. Numa destas situações em que é exigido o máximo esforço às FFAA e ao País, a mobilização militar continua a revelar-se como única solução possível. Nesse sentido a RR tem de continuar a existir nos atuais moldes, bem como a situação estatutária de reserva para os militares do QP, pois só assim existirão quadros suficientes para enquadrar os efetivos a mobilizar.

Para uma situação de tempo de paz ou para estados de exceção, em que as necessidades das FFAA não possam ser satisfeitas através do Recrutamento Normal e Especial, conceptualizamos um novo modelo de reserva, no qual a RD é substituída por uma **Reserva Voluntária**, muito mais pequena, mas mais preparada e disponível para reforçar e complementar as capacidades das FFAA.

Esta componente de **Reserva Voluntária** será composta por dois grupos distintos de **Reservistas Voluntários**:

- Um grupo de maior dimensão, que será constituído por cidadãos com uma especialidade militar (militares que cessaram o RV/RC e militares abatidos ao QP), que se voluntariem para assumir um compromisso de disponibilidade de servir como reservistas voluntários. Este grupo destina-se a reforçar e complementar os Ramos das FFAA, no exercício de funções especificamente militares;
- Um grupo de reduzida dimensão, constituído por cidadãos voluntários com ou sem formação militar, mas possuidores de competências especiais (médicos especialistas, sociólogos, antropólogos, juristas, especialistas de cibersegurança, etc.) e que serão incorporados na **Reserva Voluntária** através de um processo de recrutamento lateral³⁴.

Se no Capítulo 3, foi possível identificar contributos para a conceptualização da **Reserva Voluntária**, não identificámos contudo um padrão para o seu dimensionamento.

Identificámos que a relação entre a componente de reservistas voluntários operacionais e a componente permanente só está num mesmo nível, em França com 13% e no Reino-Unido com 17% (tabela nº 15 do Anexo 3), variando substancialmente nos dois sentidos nos restantes países.

³⁴ Atualmente as FFAA apenas recrutam para o posto mais baixo em cada categoria. Esta limitação, não facilita ou não permite de todo recrutar profissionais com experiência e competências especiais. Com a possibilidade de Recrutamento Lateral, as FFAA poderiam contar com especialistas funcionais em áreas não especificamente militares, desde que fosse possível aceder diretamente a uma categoria e posto equivalente à categoria profissional detida na vida civil.



Identificámos, ainda, que manter uma componente de reservistas voluntários pode ter custos muito elevados. O Reino-Unido que já detém esta capacidade e pretende melhorar o seu grau de operacionalidade, vai investir no âmbito do programa “*Future Reserves 2020*” 1,8 mil milhões de libras nos próximos 10 anos (Ministry of Defence, 2013, p. 9).

Identificámos, também, a posição cautelosa de diversas entidades, relativamente ao conceito de utilização de reservistas. Estes, ao não deterem o mesmo nível de preparação que os militares da componente permanente poderão constituir um risco, na eficiência das subunidades constituídas por reservistas, ou nas funções individualmente desempenhadas em órgãos e estados-maiores. No Reino-Unido, onde os reservistas voluntários são já uma realidade com provas dadas em teatros de operações, a discussão pública e parlamentar do programa “*Future Reserves 2020*”, gerou críticas acesas às opções do Governo em potenciar a componente de reservistas³⁵ como compensação da diminuição da componente permanente.

Considerando como incontornável o número máximo de efetivos das FFAA definido na Defesa 2020, bem como a elevada percentagem da despesa com os custos de pessoal, no orçamento da Defesa, que urge reduzir e nunca aumentar, realizamos exercícios de dimensionamento da componente de **Reserva Voluntária**, com base nas seguintes linhas de orientação fundamentais:

- O efetivo global das FFAA situa-se entre os 30.000 e 32.000 efetivos;
- O SFN permanente é estruturado para uma componente permanente de 32.000 efetivos;
- A **Reserva Voluntária** por razões de custos, terá que ter uma dimensão significativamente inferior à atual RD;
- A **Reserva Voluntária** deve ter dimensão para repor o diferencial entre o nível máximo e o mínimo dos efetivos previstos na Defesa 2020.

A nossa proposta de modelo de serviço na reserva baseia-se no levantamento de uma componente de **Reserva Voluntária**, constituída por 2.000 efetivos. Com esta dimensão, a **Reserva Voluntária** pode, se necessário, completar o SFN em tempo de paz - figura nº 9. Ou constituir a capacidade para um rápido crescimento das FFAA, em

35 “John Baron MP has described the Government’s policy as ‘high risk’ and ‘flawed’. [...] He suggests the Government has yet to make the financial case for favouring Reservists over Regulars and raises the possibility of a capability gap through the loss of experienced regular soldiers for “untested reservist personnel.” (House of Commons, 2013, p. 9)

estado de exceção/crise ou guerra, antes de ser decretada a mobilização militar - figura nº 10.

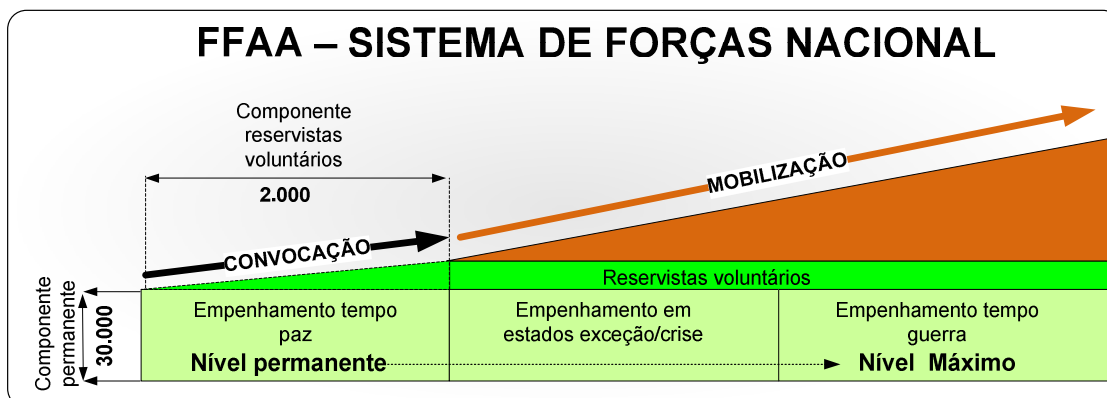


Figura nº 9: Convocação da Reserva Voluntária em tempo de paz
Fonte: (Autor, 2014)

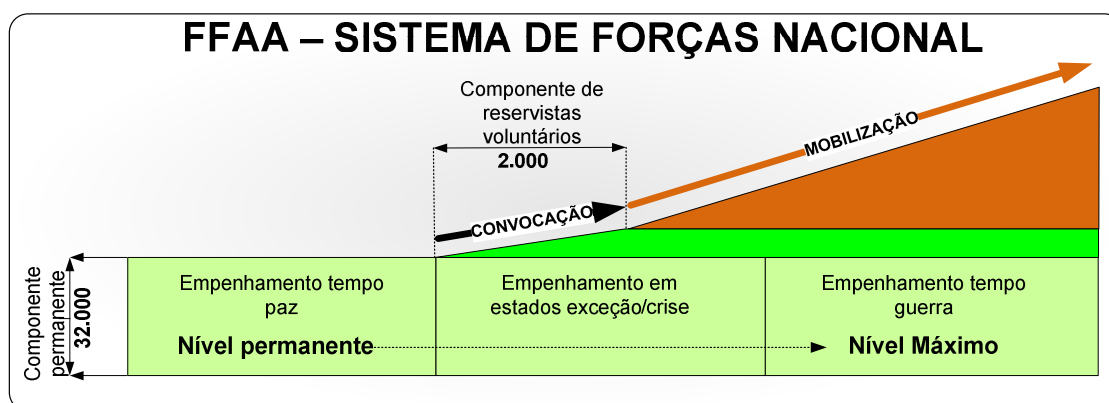


Figura nº 10: Convocação da Reserva Voluntária em estados de exceção
Fonte: (Autor, 2014)

(2) Contributos para a implementação da Reserva Voluntária

A nossa conceptualização da **Reserva Voluntária** resultou da conjugação dos contributos identificados nos modelos de reserva estudados com o modelo de serviço militar nacional. Consideramos o modelo proposto **adequado e exequível**. Se implementado agilizará o processo de crescimento das FFAA e permitirá incorporar competências adicionais: Poderá ainda compensar a componente permanente do SFN no caso de oscilações significativas no fluxo do Recrutamento Normal e aumenta a presença das FFAA na sociedade.

Identificámos contudo restrições na sua aceitabilidade, nomeadamente quando está em causa a possibilidade dos **Reservistas Voluntários** poderem integrar a componente operacional do sistema de forças (COSF). O TGEN Serôdio Fernandes



considera que “*os reservistas operacionais não devem desempenhar especialidades críticas e a existir devem ser orientados para as áreas de apoio e serviços*” (2014). O VALM Carrilho considera que “*estes poderão integrar a COSF se mantiverem um grau de preparação mínimo, contudo suscita muitas reservas à capacidade de manter esse grau minimamente aceitável*” (2014). O MGEN Fonseca e Sousa considera “*que esta componente não deverá ser integrada no Sistema de Forças*”. (2014).

A sua implementação exigirá aos Ramos das FFAA uma identificação clara das funções mais ajustadas para serem exercidas pela componente da **Reserva Voluntária**, bem como a sua articulação com a **componente permanente** no espectro de emprego do SFN.

Identificámos, também, que esta modalidade de prestação de serviço na reserva só será atrativa para os cidadãos e apoiada pela sociedade civil, nomeadamente as entidades empregadoras daqueles que venham a ser reservistas voluntários, se existir determinação política para aprovar a indispensável legislação bem como garantir os necessários recursos financeiros.

Cientes que a complexidade deste assunto exigirá muito mais estudos, desde o nível político ao operacional, elencam-se de seguida contributos identificados para a materialização de um modelo de serviço na reserva através de uma componente de **Reserva Voluntária**:

- O serviço militar passa a abranger as seguintes situações: Serviço efetivo; **Reserva Voluntária**; Reserva de Recrutamento;
- A RD é extinta e criada a **Reserva Voluntária**;
- A Gestão da **Reserva Voluntária** é da responsabilidade dos Ramos das FFAA;
- Os cidadãos que integram a **Reserva Voluntária** são designados por **Reservistas Voluntários**;
- A **Reserva Voluntária** é composta por dois grupos distintos de reservistas:
 - O grupo da **Reserva Voluntária Geral**, constituído pelos militares que após cessarem o serviço efetivo se voluntariem e sejam aceites pelo respetivo Ramo para ocupar uma vaga de **Reservista Voluntário**. Neste grupo o **Reservista Voluntário Operacional** mantém um contrato de disponibilidade por períodos de três anos até à idade limite das obrigações militares (35 anos);
 - O grupo da **Reserva Voluntária Técnica**, constituído por cidadãos com competências especiais e necessárias às FFAA, com idade inferior a 45



anos de idade e voluntariem para servir como **Reservista Voluntário Técnico** por períodos de 5 anos e até à idade de passagem à reserva no posto mais elevado da categoria militar onde esteja integrado.

- O estatuto de **Reservista Voluntário Geral e Técnico** garante a possibilidade de progressão na respetiva categoria;
- É incluído no recrutamento militar, uma nova modalidade designada por **Recrutamento Lateral**, destinado a recrutar cidadãos para o preenchimento das vagas na **Reserva Voluntária Técnica**;
- Os efetivos da **Reserva Voluntária** são obrigatoriamente convocados anualmente pelo respetivo Ramo para efeitos de reciclagem, treino e exercícios, por um período nunca inferior a cinco dias;
- A convocação dos **Reservistas Voluntários** para efeitos de reciclagem, treino e exercícios é feita sem prejuízo das suas obrigações profissionais;
- O **Reservista Voluntário** quando convocado para serviço efetivo tem direito a compensações equivalentes aos militares com a mesma categoria e posto em serviço efetivo;
- O estatuto de **Reservista Voluntário** garante-lhe proteção do posto de trabalho e da carreira profissional quando convocado para satisfazer necessidades fundamentais das FFAA;
- O **Reservista Voluntário** tem direito a usufruir de regalias e compensações decorrentes da sua disponibilidade, acesso a cursos de qualificação nas FFAA e outras que venham a ser consideradas apropriadas;
- Em caso de necessidade os Ramos das FFAA podem estabelecer contratos de serviço com **Reservistas Voluntários Técnicos**;
- Às entidades empregadoras não pertencentes à Administração Pública, são concedidos benefícios fiscais a título compensatório do risco de convocação dos seus colaboradores com estatuto de **Reservista Voluntário**.

b. Um Corpo de Cidadania para a Defesa Nacional

Num colóquio, subordinado ao tema “*Defesa para quê?*” realizado na Fundação de Serralves, em 9 de janeiro de 2014, o ex-Capitão miliciano de Engenharia, auditor do Curso de Defesa Nacional, Ministro da Economia no XIV Governo Constitucional e atual presidente de uma instituição referencial no plano cultural nacional, proferiu o seguinte: “*As questões de defesa não são matéria apenas dos militares. O País ganha se tiver gente*

determinante na vida social, política e económico-social com uma noção correta do papel da Defesa na preservação dos valores nacionais [...]” (Cruz, 2014).

Esta mensagem foi e ainda é usada em intervenções públicas de relevantes individualidades da vida pública nacional. Em que medida é que a mesma está presente nas gerações mais jovens que irão ocupar cada vez mais os lugares de decisão na estrutura política, social e económica do País, é uma questão cuja resposta objetiva exigiria um estudo aprofundado fora do alcance deste estudo.

Mas a julgar pelos resultados de uma sondagem realizada pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião (CESOP) da Universidade Católica Portuguesa, sobre os cortes no âmbito da reforma do Estado, a Defesa Nacional é considerada pelos cidadãos como mais dispensável relativamente a outras duas funções tradicionais do Estado, como a Justiça e a Segurança - figura nº 11.

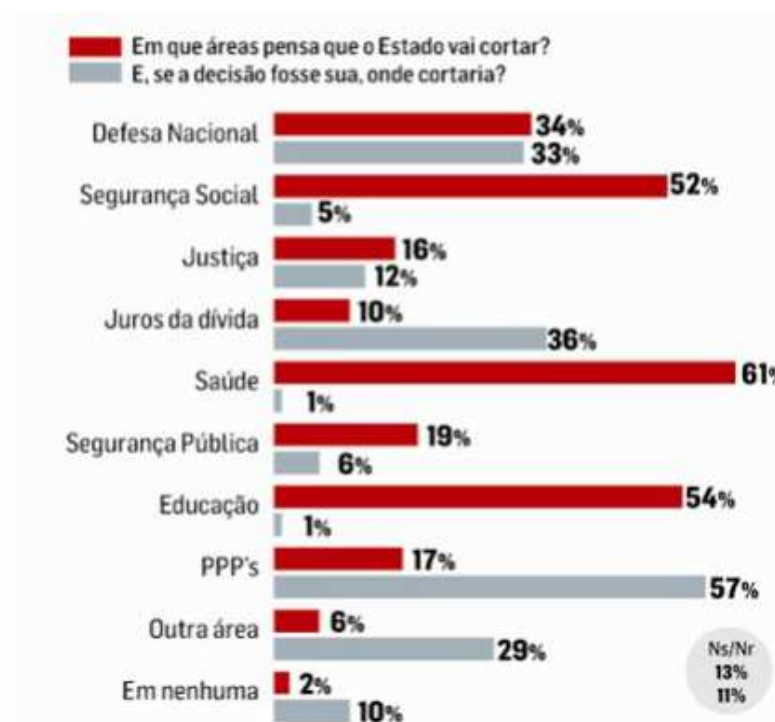


Figura nº 11: Reforma do Estado -Sondagem
Fonte: (Diário de Notícias, 2013)

Serão diversos os motivos pelos quais a opinião pública considera prioritário cortar na Defesa Nacional e não noutras funções tradicionais do Estado. No âmbito do nosso trabalho interessa-nos fundamentalmente identificar se uma das causas é a progressiva diminuição da presença das FFAA na sociedade civil.



Num passado ainda recente, a mobilização para a guerra colonial e a manutenção do SMO até 2004, garantiu à quase totalidade das famílias portuguesas a oportunidade de interagir com um militar entre os seus familiares e amigos.

Atualmente, em que o efetivo máximo autorizado de militares em RV/RC é de 16.000 (AR, 2013), o número expectável de militares que anualmente entram para os três ramos das FFAA é aproximadamente um décimo dos que entravam nos finais do século XX (gráfico nº 1). Para o bem e para o mal as interações entre militares e cidadãos reduzem-se exponencialmente.

Não é assim de estranhar que em zonas do País em que não existem instalações militares e mesmo nas grandes cidades, onde existem, é reduzida a probabilidade da maioria dos residentes se cruzarem, no dia-a-dia, com um militar do QP ou do RV/RC. Mas com frequência fazem-no com o médico de família, os professores dos filhos, os agentes da autoridade civil, os bombeiros, etc.

Para compensar esta redução da presença militar na sociedade foram já identificadas no âmbito do *Núcleo Vital*, *Núcleo crítico* e *Núcleo Sobrevivência*³⁶ da Defesa Nacional um conjunto de medidas que urge implementar - quadro nº 12.

Quadro nº 12: Vetores estratégicos/correlação com a Segurança e Defesa
Fonte: (IDN, 2013, pp. 109-114)

<i>Vetores Estratégicos</i>	<i>Correlação com Segurança e Defesa</i>
<i>Núcleo Vital</i>	
<i>Defesa militar</i>	<i>Promover uma efectiva política de informação pública como via indispensável para proporcionar aos cidadãos em geral um melhor conhecimento e entendimento sobre as questões da Defesa Nacional e das Forças Armadas, de forma a fomentar uma cultura de Segurança e Defesa.</i>
<i>Núcleo Crítico</i>	
<i>Informação pública</i>	<i>Promover uma política de informação activa, nomeadamente realizando acções junto dos órgãos de comunicação social que visem o esclarecimento da opinião pública sobre as acções de Segurança e Defesa e da sua indispensabilidade para a soberania do Estado.</i>
<i>Núcleo Sobrevivência</i>	
<i>Educação</i>	<i>Introduzir nos currículos da Educação para a Cidadania do ensino básico e secundário, um módulo sobre Segurança e Defesa Nacional.</i>

³⁶ Anexo A - Corpo de Conceitos



Identificámos, também, que no âmbito do movimento mundial de cadetes, no qual o Reino-Unido se constitui como referência (Anexo C), existem já em Portugal louváveis iniciativas de que se destacam o **Corpo de Cadetes do Mar de Portugal** (GAMMA, 2013), iniciativa do Grupo de Amigos do Museu de Marinha e o **Corpo de Cadetes do Exército de Portugal**, iniciativa da Liga dos Amigos do Museu Militar que conta com o apoio do Exército, para a “*sensibilização, promoção e desenvolvimento da formação pessoal e social dos jovens, no domínio de uma abrangente cultura patriótica*” (Exército, 2012). É nosso parecer que estas iniciativas deviam ser potenciadas com um envolvimento mais direto dos três Ramos das FFAA.

Noutro patamar e com um diferente formato, mas com o mesmo propósito geral identificámos o Curso de Defesa para Jovens (CDJ) do IDN.

Identificámos, ainda, o conceito da Reserva de Cidadãos (*Reserve Citoyenne*) implementado em França, como apropriado para aprofundar a presença e a aceitabilidade das FFAA na sociedade civil. Em Portugal, este conceito poderia ser aplicado numa primeira fase através dos auditores do Curso de Defesa Nacional do IDN, se para tal forem voluntários. O seu contributo, a título não remunerado, seria exercerem magistratura de influência junto da sociedade civil, como “embaixadores honoríficos” de unidades, estabelecimentos e órgãos mais representativos das FFAA.

Esta componente, que se poderia designar **Corpo de Cidadania para a Defesa Nacional**, deverá ser obviamente aberta a todos os cidadãos nacionais a quem as FFAA reconheçam postura ética e moral, bem com o prestígio profissional e social para as representar, honorificamente, junto da sociedade civil.

c. Síntese conclusiva

À imperativa capacidade de crescimento das FFAA para fazer face a estados de exceção/crise ou guerra, deve ser acrescentada a necessidade de conceptualizar soluções que permitam fazer face à uma possível escassez de voluntários em tempo de paz, por força da conjuntura demográfica, económica e sociocultural.

Para as situações de tempo de paz e para a fase inicial de estados de exceção/crise ou guerra, em que as necessidades fundamentais das FFAA não possam ser satisfeitas através do Recrutamento Normal e Especial, conceptualizamos um novo modelo de reserva, no qual a RD é substituída por uma **Reserva Voluntária**.



Comparada com a RD a **Reserva Voluntária** deverá ser de muito menor dimensão, mas melhor preparada e mais pronta para reforçar e complementar as capacidades das FFAA, quando necessário.

A **Reserva Voluntária** deverá ser constituída por dois grupos de reservistas:

- O grupo da **Reserva Voluntária Geral**, de maior dimensão, constituído por cidadãos com uma especialidade militar que se voluntariem para continuar a prestar serviço como **Reservista Voluntário** em funções especificamente militares;
- O grupo da **Reserva Voluntária Técnica**, de menor dimensão, constituído por cidadãos com reconhecidas competências profissionais, especiais e importantes para as FFAA, a recrutar na sociedade civil através de um processo de recrutamento lateral.

Através das figuras nº 9 e 10 conceptualizamos as situações em que a componente de **Reserva Voluntária** (2.000 efetivos) pode reforçar e/ou complementar a componente permanente do SFN.

Identificámos que em Portugal, à semelhança do que acontece em países de referência, estão a ser realizadas iniciativas para sensibilizar os jovens para as temáticas da Defesa Nacional, como sejam o Corpo de Cadetes do Exército de Portugal, o Corpo de Cadetes do Mar de Portugal e o CDJ do IDN, as quais, em nossa opinião, deviam ser patrocinadas diretamente pelos Ramos das FFAA.

Identificámos, ainda, a necessidade de potenciar os cidadãos com maior apetência para as questões da Defesa, através da criação de um **Corpo de Cidadania para a Defesa Nacional**. Esta organização deverá agregar, cidadãos com prestígio profissional e social, que de forma não remunerada, sejam voluntários para desenvolverem magistratura de influência junto da sociedade civil, como “embaixadores honoríficos” de unidades, estabelecimentos e órgãos mais representativos das FFAA.

Apresentamos contributos para a conceção de uma componente de Reserva Voluntária, de cariz operacional e de um Corpo de Cidadania para a Defesa Nacional. Respondemos assim à QD 3, validando a Hip 3.



Conclusões

A necessidade de existência de uma efetiva capacidade de crescimento do SFN para fazer face a estados de exceção/crise ou guerra, elemento central do presente trabalho, mereceu referência no CEDN de 2013. Torna-se necessário, também, equacionar outras formas de prestação de serviço militar, atrativas para os cidadãos e apropriadas para as FFAA, que minimizem os efeitos da possível insuficiência de voluntários em tempo de paz, por força da conjuntura demográfica, económica e sociocultural. Adicionalmente é urgente incrementar a ligação dos cidadãos às FFAA e sensibilizá-los para as questões da Defesa Nacional.

Na prossecução do **OG** do trabalho, conceptualizamos um percurso metodológico em que estabelecemos a seguinte **QC**: *Que enquadramento conceptual para um modelo de serviço na reserva que quando necessário garanta o crescimento dos efetivos das FFAA, obviando as condicionantes do atual sistema de convocação e mobilização, e contribua também para uma melhor Defesa Nacional através de uma maior ligação dos cidadãos com as FFAA?*

Seguindo o modelo de análise que estabelecemos, a **QC** foi decomposta em três **QD** e elencadas três **Hip**, as quais tendo sido validadas nos encaminharam para a resposta à **QC**.

Identificámos, como tal:

- A hipótese de convocação da RR, em tempo de paz, para satisfação de necessidades fundamentais das FFAA, seria um regresso, ainda que parcial, ao SEN, o que no atual ambiente político e social não se configura como solução apropriada;
- O conceito inerente à RR é apropriado no caso de Mobilização Militar, situação na qual os militares do QP na situação de reserva estatutária garantirão o enquadramento dos efetivos a mobilizar;
- A RD perde o significado que lhe está inerente não sendo convocada periodicamente para reciclagem e treino e até ao momento não foram reunidas as condições materiais e financeiras para o tornar possível;
- Existem condicionalismos na DGPRM e nas estruturas de recrutamento dos Ramos. Estes órgãos que inerentemente integram o Sistema de Convocação e Mobilização, quando este for definido, têm no entanto, capacidade para



numa hipotética situação conduzirem uma operação de Recrutamento Excecional.

Concluimos, assim, que o Sistema de Convocação e Mobilização não está definido e estruturado, bem como a conceptualização da Convocação da RD e da RR encerra condicionalismos. Nesse sentido, concluimos que nem todas as formas previstas, no atual modelo de serviço militar, para satisfazer as necessidades fundamentais das FFAA são apropriadas.

Na procura de formas alternativas de prestação de serviço militar que o poder político e a sociedade civil possam aceitar e suportar, estudaram-se os modelos de serviço na reserva de sete países - Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Holanda e Reino-Unido - nos quais identificamos como elementos mais relevantes:

- Um vetor comum, a aposta em componentes de reservistas voluntários, destinados a reforçar e complementar, quando necessário, a componente permanente das FFAA. A componente de reserva deixou assim de ser entendida recurso massificado, mobilizável em estados de exceção ou guerra, embora essa possibilidade se mantenha na generalidade dos países;
- O recrutamento de cidadãos com competências especiais, não existentes nas FFAA ou existentes em nível reduzido, por não ser exequível manter em permanência os necessários para fazer face a situações temporárias ou de exceção, como exercícios militares, operações de apoio à população e autoridades civis, ou operações no exterior do território nacional;
- Através de uma componente de reservistas com maior prontidão e de utilização mais flexível, os responsáveis pela Defesa destes países pretendem compensar a redução na componente permanente das FFAA, cortar nos custos de pessoal e garantir maior disponibilidade do orçamento da Defesa para operação / manutenção e investimento;
- A importância da adesão da sociedade civil (famílias e empresas) a este modelo de serviço, o que só é possível nas sociedades com uma sólida cultura de cidadania no âmbito da Defesa Nacional. Não sendo assim, só através de recompensas materiais expressivas um modelo deste tipo terá a adesão dos cidadãos;
- A conveniência dos reservistas desempenharem tarefas concretas, necessárias e prestigiantes, para que possam ser aceites e valorizados pelos seus



camaradas da componente permanente das FFAA, bem como pela sociedade civil.

Em jeito de conclusão, foi possível identificar duas componentes de reservistas com características e objetivos distintos:

- Uma componente de cariz operacional, remunerada de forma equivalente à componente permanente, destinada a reforçar e/ou complementar aquela com competências adicionais;
- Uma componente cívica, não remunerada, destinada à uma permanente sensibilização da sociedade civil para as questões das FFAA e da Defesa Nacional.

Com a validação das Hip 1 e Hip 2, atingimos a fase de conceptualização de um modelo de serviço na reserva. Propomos para tal a criação de uma componente de reservistas voluntários designada por **Reserva Voluntária**, com a finalidade de satisfazer das necessidades fundamentais das FFAA, em tempo de paz, caso do Recrutamento Normal e Especial não garantam os efetivos necessários, e também em estados de exceção/crise ou guerra.

Relativamente à RD que substitui, a **Reserva Voluntária** será significativamente mais reduzida, mas melhor preparada e com maior prontidão para reforçar e complementar as capacidades das FFAA, quando necessário.

A **Reserva Voluntária** será constituída por dois grupos:

- O grupo da **Reserva Voluntária Geral**, de maior dimensão, constituído por cidadãos com uma especialidade militar que se voluntariem continuar a prestar serviço como **Reservista Voluntário** em funções especificamente militares;
- O grupo da **Reserva Voluntária Técnica**, de menor dimensão constituído por cidadãos com reconhecidas competências profissionais especiais e importantes para as FFAA a recrutar na sociedade civil através de um processo de recrutamento lateral.

Através das figuras nº 9 e nº 10, conceptualizamos as situações em que a componente de **Reserva Voluntária** (2.000 efetivos), reforça e/ou complementa a componente permanente do SFN.

A implementação deste modelo de serviço na reserva, ou outro, requer em primeiro lugar que os Ramos das FFAA o considerem apropriado para satisfazer as suas necessidades fundamentais, e depois que exista vontade e capacidade política para alterar



a legislação e garantir os recursos necessários a sua implementação, operacionalização e manutenção.

É também muito importante que exista um desenvolvido espírito de cidadania na sociedade para as questões da Defesa Nacional, pois só assim o estatuto de reservista será garante efetivo dos seus direitos no posto de trabalho civil, bem como motivo de orgulho, apoio e compreensão familiar. Neste âmbito concluímos:

- Que em Portugal, à semelhança do que acontece em países de referência estudados, estão a ser realizadas iniciativas para sensibilizar os jovens para as temáticas da Defesa Nacional, como sejam o Corpo de Cadetes do Exército de Portugal, o Corpo de Cadetes do Mar de Portugal e o CDJ do IDN, as quais em nossa opinião deviam ser patrocinadas diretamente pelos Ramos das FFAA;
- Da vantagem de potenciar a utilização de cidadãos voluntários, com apetência para as questões das FFAA e da Defesa Nacional, através da criação de um **Corpo de Cidadania para a Defesa Nacional**. Este corpo, constituído por cidadãos de elevado prestígio profissional e social, a quem seriam atribuídos pelos Ramos das FFAA “títulos honoríficos”, destinar-se-ia ao exercício de magistratura de influência junto da sociedade civil.

Apresentamos assim, o nosso contributo para satisfação das necessidades fundamentais das FFAA em efetivos e também aprofundar a ligação da sociedade civil às FFAA e à Defesa Nacional.

Sendo um estudo académico, a sua implementação depende de inúmeros fatores que condicionam a sua aplicação. Mesmo que o contributo apresentado possa ser bem perçecionado e aceite pela tutela política e chefias militares, a escassez de recursos disponíveis, particularmente os financeiros condicionarão a sua implementação no médio prazo.

Terminamos este trabalho, formulando propostas de linhas de investigação futura, equacionando o estudo sobre:

- Estatuto do **Reservista Voluntário**;
- Articulação da **Reserva Voluntária** com a componente permanente do SFN;
- Desenvolvimento de um **Corpo de Cidadania para Defesa Nacional**.



Bibliografia

Almeida, JMP, 2000. *O Recrutamento Excepcional no contexto do novo modelo do serviço militar. Implicações e desafios..* Lisboa: IAEM.

AR, 1995. *Lei n.º 20/95, Regula a mobilização e requisição no interesse da defesa nacional, Diário da República I Série -A, n.º 160 de 13 de julho de 1995.* [Em linha] Disponível em: <http://www.dre.pt/pdf1s/1995/07/160A00/44224430.pdf> [Consult. 06 nov 2013].

AR, 1999. *Lei n.º 174/99, Lei do Serviço Militar (LSM), Diário da República — I Série-A, n.º 221 de 21 de setembro 1999.* [Em linha] Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1999/09/221A00/65416550.pdf> [Consult. 06 nov 2013].

AR, 2009a. *Lei Orgânica n.º 1-B/2009, Lei de Defesa Nacional, Diário da República, 1.ª série — N.º 138 — 20 de Julho de 2009.* [Em linha] Disponível em: <http://www.dre.pt/pdf1s/2009/07/13800/0454104550.pdf> [Consult. 08 nov 2013].

AR, 2009b. *Lei Orgânica n.º 1-A/2009, Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, Diário da República, 1.ª série — n.º 129 — 7 de Julho de 2009.* [Em linha] Disponível em: <http://www.dre.pt/pdf1s/2009/07/12901/0000200009.pdf> [Consult. 08 Nov. 2013].

AR, 2013. *Lei n.º 83-C/2013, Orçamento do Estado para 2014, Diário da República, 1.ª série — N.º 253 — 31 de dezembro de 2013.* [Em linha] Disponível em: <https://dre.pt/pdf1sdip/2013/12/25301/0005800295.pdf> [Consult. 02 fev 2014].

Army Cadet Force, 2011. *About us.* [Em linha] Disponível em: <https://armycadets.com/about-us/> [Consult. 21 mar 2014].

Bundeswehr, 2011. *Current Status of the Bundeswehr Reorientation*, Berlim: s.n.

Bundeswerh, 2012. *Konzeption der Reserve.* [Em linha] Disponível em: http://www.bundeswehr.de/portal/a/bwde/!ut/p/c4/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP3I5EyrpHK9pPKUVL3ikqLUzJLsosTUtJJUvaLU4tSisLS97Py8qtQCkAb9gmXHRQDEfLA/ [Consult. 10 12 2013].

Cardoso, A, 2008. *O benefício da profissionalização das Forças Armadas.* [Em linha] Disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/518/1/NeD120_AntonioCardoso.pdf [Consult. 30 nov 2013].

Cardoso, AI et al., 2012. *Jovens e Forças Armadas - VII Congresso Português de Sociologia.* [Em linha] Disponível em: http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0705_ed.pdf [Consult. 12 nov 2013].

Carrilho, ACVR, 2014. *O serviço na reserva: complementaridade para uma melhor Defesa Nacional* [Entrevista] (27 fev 2014).

CDS-PP, 2011. *Defesa Nacional e antigos combatentes.* [Em linha] Disponível em: http://www.cds.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=122:defesa-nacional-e-antigos-combatentes&catid=104:cds&Itemid=174 [Consult. 4 abr 2014].



Chambre des Représentants de Belgique, 2000. *Le plan stratégique pour la modernisation de l'armée Belge 2000-2015*. [Em linha] Disponível em: <http://www.lachambre.be/FLWB/PDF/50/0936/50K0936001.pdf> [Consult. 10 12 2013].

Chambre des Représentants de Belgique, 2004. *Plan Directeur de la Défense*. [Em linha] Disponível em: <http://www.lachambre.be/FLWB/pdf/51/0573/51K0573002.pdf> [Consult. 10 dez 2013].

Chambre des Représentants de Belgique, 2011. *Note de Politique Générale*. [Em linha] Disponível em: <http://www.dekamer.be/FLWB/PDF/53/1964/53K1964014.pdf> [Consult. 12 dez 2013].

Chambre des Représentants de Belgique, 2013. *Projet de loi fixant le contingent de l'armée pour l'année 2014*. [Em linha] Disponível em: <http://www.lachambre.be/FLWB/PDF/53/3128/53K3128001.pdf> [Consult. 10 12 2013].

Coelho, AR, 2014. *O serviço na reserva: complementaridade para uma melhor Defesa Nacional* [Entrevista] (7 mar 2014).

Cruz, LB, 2014. *Para que a Defesa?*. Porto: Fundação Serralves.

Danish Defence, 2011. *Facts and Figures of Danish Armed Forces*. [Em linha] Disponível em: http://forsvaret.dk/FKO/eng/Facts%20and%20Figures/Documents/Fakta%20om%20Forsvaret_UK.pdf [Consult. 18 dez 2013].

DGPRM, 2012a. *Plano de Atividades 2013 da DGPRM*, Lisboa: s.n.

DGPRM, 2012b. *2011/2012 – Relatório Síntese "Jovens e Forças Armadas – Estudo no Âmbito do Dia da Defesa Nacional"*, Lisboa: DGPRM.

DGPRM, 2013a. *Órgão Central de Recrutamento - Linhas de Orientação Estratégica e as Linhas de Ação para a Equipa de Trabalho*, Lisboa: s.n.

DGPRM, 2013b. *Criação de um Sistema de Informação de Apoio à Decisão para o Recrutamento Militar*. Lisboa: s.n.

DGPRM, 2013c. *Órgão Central de Recrutamento - Conceção Estrutural e Plano Funcional*, Lisboa: s.n.

Diário de Notícias, 2013. *Reforma do Estado - Portugueses rejeitam cortes na Saúde, Educação e SS*. [Em linha] Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=3088181 [Consult. 12 mar 2014].

European Commission, 2012. *Demographic Balance 2011*. [Em linha] Disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/images/1/1b/Demographic_balance%2C_2011_%281%29_%281_000%29.png [Consult. 12 mar 2014].

European Union, 2014. *Living in the EU*. [Em linha] Disponível em: http://europa.eu/about-eu/facts-figures/living/index_en.htm [Consult. 12 mar 2014].

Exército, 2012. *Protocolo de cooperação entre o Exército Português e a Liga dos Amigos do Museu Militar para apoio ao Corpo de Cadetes do Exército de Portugal*, Lisboa: s.n.



Fernandes, JMPS., 2014. *O serviço na reserva: complementaridade para uma melhor Defesa Nacional* [Entrevista] (17 fev 2014).

FORSVARET, 2014. *Conscripts*. [Em linha] Disponível em: <http://www2.forsvaret.dk/viden-om/Forsvaret-i-tal/personeltal/Pages/V%C3%A6rnepligtige.aspx> [Consult. 11 fev 2014].

Forsvarsministeriet, 2009. *Danish Defense Agreement 2010-2014*. [Em linha] Disponível em: <http://www.fmn.dk/nyheder/Documents/danish-defence-agreement-2010-2014-english.pdf> [Consult. 12 fev 2014].

Forsvarsministeriet, 2012. *Danish Defense Agreement 2013-2017*. [Em linha] Disponível em: <http://www.fmn.dk/eng/allabout/Documents/TheDanishDefenceAgreement2013-2017english-version.pdf> [Consult. 12 fev 2014].

GAMMA, 2013. *A minha escola adopta um museu e o Corpo de Cadetes do Mar*. [Em linha] Disponível em: <http://www.gamma.pt/actividade/actividades/corpo-de-cadetes-do-mar/> [Consult. 26 mar 2014].

German Ministry of Defence, 2011. *Defence Policy Guidelines*. [Em linha] Disponível em: http://www.nato.diplo.de/contentblob/3150944/Daten/1318881/VM_de_Maiziere_180511_eng_DLD.pdf [Consult. 10 fev 2014].

Gobierno de Espana, 1999. *Ley 17/1999, de 18 de mayo, de Régimen del Personal de las Fuerzas Armadas..* [Em linha] Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1999-11194> [Consult. 12 fev 2014].

Gobierno de Espana, 2001. *Real Decreto 247/2001, 9 de marzo, por el que se adelanta la suspensión de la prestación del servicio militar..* [Em linha] Disponível em: https://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2001-4711 [Consult. 12 fev 2014].

Gobierno de Espana, 2011. *Real Decreto 383/2011, de 18 de marzo, por el que se aprueba el Reglamento de Reservistas de las Fuerzas Armadas..* [Em linha] Disponível em: <http://www.boe.es/boe/dias/2011/03/23/pdfs/BOE-A-2011-5296.pdf> [Consult. 12 fev 2014].

Gobierno de Espana, 2012. *Estadística del personal militar de carrera de las fuerzas armadas de las categorías de oficial general, oficial y suboficial y de personal militar del cuerpo de la guardia civil 2011*. [Em linha] Disponível em: <http://publicaciones.defensa.gob.es/inicio/libros/libro/4127estadadicivil-2011> [Consult. 12 fev 2014].

Gobierno de Espana, 2013. *Estadística del personal militar de complemento, militar de tropa y marinería y reservista voluntario 2012*. [Em linha] Disponível em: <http://publicaciones.defensa.gob.es/eu/inicio/libros/libro/4177estaditario-2012> [Consult. 13 fev 2014].

Governo de Portugal, 2013. *Um Estado Melhor*. [Em linha] Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/1228115/20131030%20guiao%20reforma%20estado.pdf> [Consult. 4 abr 2014].



- Hjemmeværnet, 2007. *Bekendtgørelse af lov om hjemmeværnet*. [Em linha] Disponível em: <https://www.retsinformation.dk/Forms/R0710.aspx?id=6487> [Consult. 11 mar 2014].
- House of Commons, 2010. *A Brief Guide to Previous British Defence*. [Em linha] Disponível em: www.parliament.uk/briefing-papers/SN05714.pdf [Consult. 4 mar 2014].
- House of Commons, 2013. *Future Reserves 2020 - Commons Library Standard Note*. [Em linha] Disponível em: <http://www.parliament.uk/business/publications/research/briefing-papers/SN06733/future-reserves-2020> [Consult. 12 jan 2014].
- IDN, 2012. *Reformas/restruturações operadas nas Forças Armadas da Alemanha, Brasil, Estados-Unidos, França, Holanda e Reino-Unido*", Lisboa: s.n.
- IDN, 2013. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional - Contributos e Debate Público*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- IISS, 2013. *Military Balance, 2013*. [Em linha] Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/04597222.2013.756999> [Consult. 02 out 2013].
- INE, 2013. *Estatísticas Demográficas - 2012*. [Em linha] Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=151772777&PUBLICACOESmodo=2 [Consult. 16 mar 2014].
- INE, 2014. *Projeções de população residente 2012-2060*. [Em linha] Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=208819970&DESTAQUESmodo=2 [Consult. 29 mar 2014].
- La Défense, 2008. *Note d'Orientation Politique*. [Em linha] Disponível em: http://www.pieterdecrem.be/fileadmin/MEDIA/docs/Politieke_Orientatienota_FR_fin_25-06_12u.pdf [Consult. 12 fev 2014].
- La Défense, 2013. *Candidats militaires de réserve*. [Em linha] Disponível em: https://www.mil.be/sites/mil.be/files/files_library/9f-brochure1_fr.pdf [Consult. 12 dez 2013].
- MDN, 2000. *Decreto-Lei n.º 289/2000, Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM), Diário da República — 1.ª Série-A, n.º 263 de 14 de Novembro*. [Em linha] Disponível em: <http://www.dre.pt/pdf1s/2000/11/263A00/64256438.pdf> [Consult. 06 nov 2013].
- MDN, 2014. *Despacho n.º 2063/2014, Diário da República, 2.ª série — n.º 28 — 10 de fevereiro de 2014*. [Em linha] Disponível em: <http://dre.pt/pdf2sdip/2013/06/111000001/0000200004.pdf> [Consult. 14 mar 2014].
- Ministère de La Défense, 2013a. *Rapport d'évaluation de l'état de la réserve militaire en 2012*. [Em linha] Disponível em: <http://www.defense.gouv.fr/reserves/actualites/rapport-d-evaluation-de-l-etat-de-la-reserve-militaire-en-2012> [Consult. 13 fev 2014].
- Ministere de La Défense, 2013b. *Annuaire statistique de la Défense 2012-2013*, Paris: SGA.



Ministerie van Defensie, 2013a. *Conferentieverslag 'De reservist in 2020'*. [Em linha] Disponível em: <http://www.defensie.nl/documenten/beleidsnotas/2014/01/21/conferentieverslag-de-reservist-in-2020> [Consult. 12 mar 2014].

Ministerie van Defensie, 2013b. *De reservist in 2020*. [Em linha] Disponível em: <http://www.rijksoverheid.nl/documenten-en-publicaties/brochures/2013/10/08/de-reservist-in-2020-zegt-u-het-maar.html> [Consult. 12 mar 2014].

Ministry of Defence, 2013. *Reserves in the Future Force 2020*. [Em linha] Disponível em: https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/210470/Cm8655_web_FINAL.pdf [Consult. 12 dez 2013].

Ministry of Defence, 2014. *UK Armed Forces Quarterly Personnel Report*. [Em linha] Disponível em: https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/284506/UK-af-personnel-quarterly-1-january-2014.pdf [Consult. 4 mar 2014].

Moelker, R et al., 2005. *From Conscription to Expeditionary Armed Forces*. [Em linha] Disponível em: <http://hbo-kennisbank.uvt.nl/cgi/nda/show.cgi?fid=442> [Consult. 12 fev 2014].

NATO, 2012. *MC 0441/2 - NATO framework policy on reserves*, Brussels: s.n.

NATO, 2014. *Financial and Economic Data Relating to NATO Defence*. [Em linha] Disponível em: http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_topics/20140224_140224-PR2014-028-Defence-exp.pdf [Consult. 12 mar 2014].

Nielsen, 2012. *Nielsen: Global consumers' trust in 'earned' advertising grows in importance*. [Em linha] Disponível em: <http://www.nielsen.com/us/en/press-room/2012/nielsen-global-consumers-trust-in-earned-advertising-grows.html> [Consult. 4 fev 2014].

PORDATA, 2013. *Nados-vivos de mães residentes em Portugal: total e fora do casamento - Portugal*. [Em linha] Disponível em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Nados+vivos+de+maes+residentes+em+Portugal+total+e+fora+do+casamento-14> [Consult. 12 nov 2013].

PORDATA, 2014. *Emigrantes por mil habitantes*. [Em linha] Disponível em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico> [Consult. 16 mar 2014].

Presidência do Conselho de Ministros, 2013. *Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, Conceito estratégico de defesa nacional, Diário da República, 1.ª série — N.º 67 — 5 de abril de 2013*. [Em linha] Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/2013/04/06700/0198101995.pdf> [Consult. 12 dez 2013].

PS, 2011. *Programa eleitoral 2011-2015*, s.l.: PS.

PSD, 2011. *Mudar Portugal*. [Em linha] Disponível em: http://www.psd.pt/ficheiros/dossiers_politicos/dossier1389616993.pdf [Consult. 4 abr 2014].

Quivy, R et al., 2005. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª ed. s.l.:Gradiva.



Rainha, JMF., 2012. *A Mobilização*, Lisboa: IESM.

République Française, 1996. *LOI no 96-589 du 2 juillet 1996 relative à la programmation militaire pour les années 1997 à 2002*. [Em linha] Disponível em: http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do;jsessionid=AEF002DC931F2733AD8989280489AC21.tpdjo16v_2?cidTexte=JORFTEXT000000560200&categorieLien=id [Consult. 12 2 2014].

République Française, 1999. *Loi n°99-894 du 22 octobre 1999 portant organisation de la réserve militaire et du service de défense*. [Em linha] Disponível em: <http://legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000579308> [Consult. 12 fev 2014].

République Française, 2006. *Loi n° 2006-449 du 18 avril 2006 modifiant la loi n° 99-894 du 22 octobre 1999 portant organisation de la réserve militaire et du service de défense (1)*. [Em linha] Disponível em: <http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000789339&dateTexte=> [Consult. 12 fev 2014].

Rijksoverheid, 2013a. *Defensie Rijksbegroting 2014*. [Em linha] Disponível em: <http://www.rijksoverheid.nl/documenten-en-publicaties/begrotingen/2013/09/17/x-defensie-rijksbegroting-2014.html> [Consult. 12 mar 2014].

Rijksoverheid, 2013b. *Kerngegevens Defensie*. [Em linha] Disponível em: <http://www.rijksoverheid.nl/documenten-en-publicaties/brochures/2012/04/20/kerngegevens-defensie.html> [Consult. 12 fev 2014].

Santos, AMA, 1995. *Unidades de Reserva nos Modernos Sistemas de Forças de outros Países*, Lisboa: IAEM.

Santos, JAL, 2014a. *O serviço na reserva: complementaridade para uma melhor Defesa Nacional* [Entrevista] (6 fev 2014a).

Santos, JAL, 2014b. *Para quê a defesa?*. Porto: Fundação Serralves.

Sénat de France, 2012. *Rapport d'information fait au nom de la commission des affaires étrangères, de la défense et des forces armées sur la cyberdéfense*. [Em linha] Disponível em: <http://www.senat.fr/rap/r11-681/r11-6811.pdf> [Consult. 4 mar 2014].

Sousa, JAF, 2014. *O serviço na reserva: complementaridade para uma melhor Defesa Nacional* [Entrevista] (27 fev 2014).

Telo, AJ, 2007. As transformações da transformação. *Segurança e Defesa*, pp. 39-55.

Tweede Kamer der Staten-Generaal, 1993. *Prioriteitennota 1993*. [Em linha] Disponível em: http://ressourcessgd.kb.nl/SGD/19921993/PDF/SGD_19921993_0007821.pdf [Consult. 12 fev 2014].



Anexo A - Corpo de conceitos

Conceito estratégico de defesa nacional: N° 1 do Artº 7º “*O conceito estratégico de defesa nacional define as prioridades do Estado em matéria de defesa, de acordo com o interesse nacional, e é parte integrante da política de defesa nacional.*” (AR, 2009a)

Defesa nacional: “*A defesa nacional tem por objectivos garantir a soberania do Estado, a independência nacional e a integridade territorial de Portugal, bem como assegurar a liberdade e a segurança das populações e a protecção dos valores fundamentais da ordem constitucional contra qualquer agressão ou ameaça externas.*” (Idem)

Estados de exceção: N° 1 do Artº 1º “*O estado de sítio ou o estado de emergência só podem ser declarados nos casos de agressão efetiva ou iminente por forças estrangeiras, de grave ameaça ou perturbação da ordem constitucional democrática ou de calamidade pública.*”. (AR, 1995).

Mobilização civil: Artº 28º “*A mobilização civil tem por objectivo a obtenção e afectação dos recursos humanos que se tenham tornado imprescindíveis para o regular funcionamento das estruturas empresariais ou de serviços, civis ou militares, públicos, privados ou cooperativos, necessários à integral realização dos objectivos permanentes da política de defesa nacional, bem como o reforço e adaptação dos mesmos, conforme as circunstâncias o determinem.*” (AR, 1995)

Mobilização militar: Artº 21º “*A mobilização militar tem por objectivo o aumento da capacidade militar do País pela afectação às Forças Armadas de meios humanos de que estas não dispõem em permanência.*” (Idem)

Mobilização e requisição: Artº 2º “*A mobilização e a requisição compreendem o conjunto de acções preparadas e desenvolvidas pelo Estado, com oportunidade e eficácia, destinadas à obtenção dos recursos humanos e materiais imprescindíveis para a garantia e realização integral dos objectivos permanentes da política de defesa nacional.*” (Idem).

Recenseamento militar: N° 1 do Artº 8º “*O recenseamento militar é a operação do recrutamento geral que tem por finalidade obter a informação de todos os cidadãos que atingem, em cada ano, a idade do início das obrigações militares.*” (AR, 1999).

Núcleo Crítico: *Demografia, Industria, Energia, Economia e Finanças Justiça, Informação Pública, Planeamento. Civil de Emergência, Protecção Civil, Segurança Sanitária, Plataforma eficiência coletiva, Transportes e Comunicações.* (IDN, 2013).



Núcleo de Sobrevivência: *Cultura, Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, Ordenamento do Território e Ambiente, Recursos Marítimos, Agricultura e Pescas.* (Idem).

Núcleo Vital: *Política Externa, Defesa Militar, Segurança Interna, Informações Estratégicas, Informação e Segurança no Ciberespaço.* (Idem).

Recrutamento militar: N° 1 e 2, do Art° 7° “*Recrutamento militar é conjunto de operações necessárias à obtenção de meios humanos para ingresso nas Forças Armadas.*”

Compreende as seguintes modalidades:

Recrutamento Normal: “*para a prestação de serviço efectivo em regime de contrato ou em regime de voluntário.*”

Recrutamento Especial: “*para a prestação de serviço efectivo voluntário nos quadros permanentes.*”

Recrutamento Excecional: “*para a prestação de serviço efectivo decorrente de convocação ou mobilização.*” (Idem).

Reserva de Disponibilidade: N° 1 do Art° 4° “*A Reserva de Disponibilidade é constituída pelos cidadãos portugueses que cessaram a prestação de serviço militar até à idade limite dos deveres militares.*” (Idem)

Reserva de Recrutamento: Art° 4° “*A Reserva de Recrutamento é constituída pelos cidadãos portugueses dos 18 aos 35 anos de idade, que, não tendo prestado serviço efectivo nas fileiras, podem ser objecto de recrutamento excepcional, em termos a regulamentar.*” (Idem).

Reservist: “*The Reservist is any serviceman or servicewoman not normally on full-time service that may be called for temporary military activities. They may be volunteers, ex-regulars or conscripts. Based on national legislation and Reserve system, the Reservist may have an obligation to serve, or serve on a voluntary basis.* (NATO, 2012)

Reserve Forces: “*Reserve Forces consist of various categories of personnel coming from civilian life and not normally employed on full-time military service. Personnel may be Voluntary, Ex-Regular or Conscript. They may be assigned to organized units or serve as individuals supporting Regular units*” (Idem)



Serviço efetivo por convocação: N° 1 do Art° 34° “*Os cidadãos que se encontrem na situação de RR podem ser convocados para prestação de serviço efectivo com uma antecedência mínima de 60 dias, nos casos em que a satisfação das necessidades fundamentais das Forças Armadas seja afectada ou prejudicada a prossecução dos objectivos permanentes da política de defesa nacional, por períodos de 4 meses prorrogáveis até ao máximo de 12 meses.*” (AR, 1999).

Serviço efetivo decorrente de convocação ou mobilização: N° 6 do Art° 3° “*O serviço efectivo decorrente de convocação ou mobilização compreende o serviço militar prestado na sequência do recrutamento excepcional [...].*” (Idem)

Serviço efetivo por mobilização: Art° 36° “*Os cidadãos nas situações de Reserva de Recrutamento e de disponibilidade podem ser mobilizados para prestarem serviço militar efectivo nas Forças Armadas em casos de excepção ou de guerra, nos termos previstos em lei da Assembleia da República.*” (Idem).

Serviço efetivo nos quadros permanentes: N° 3 do Art° 3° “*O serviço efectivo nos quadros permanentes corresponde à prestação de serviço pelos cidadãos que, tendo ingressado voluntariamente na carreira militar, se encontrem vinculados às Forças Armadas com carácter de permanência.*” (Idem).

Serviço efetivo em regime de contrato: N° 4 do Art° 3° “*O serviço efectivo em regime de contrato corresponde à prestação de serviço militar voluntário por parte dos cidadãos durante um período de tempo limitado, com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas ou ao seu eventual ingresso nos quadros permanentes.*” (Idem).

Serviço efetivo em regime de voluntariado: N° 5 do Art° 3° “*O serviço efectivo em regime de voluntariado corresponde à assunção voluntária de um vínculo às Forças Armadas por um período de 12 meses, incluindo o período de instrução, findo o qual o militar pode ingressar no serviço efectivo em regime de contrato.*” (Idem).

Sistema Nacional de Mobilização e Requisição: Art° 6° “*O Sistema Nacional de Mobilização e Requisição compreende o conjunto de órgãos e serviços encarregados de assegurar a preparação e a execução da mobilização e da requisição, bem como os procedimentos inerentes.*” (Idem).



Anexo B – Indicadores das FFAA dos países estudados

1. Caracterização geral do serviço militar na Alemanha

A Alemanha lançou em 2010, pelo então Ministro da Defesa Karl-Theodor Guttenberg, um plano ambicioso de reformas para reorientar o “Bundeswehr”, legado da Guerra Fria, para os novos desafios do séc. XXI.

Uma das principais reformas foi o fim do serviço militar obrigatório, em julho de 2011, e a total profissionalização das FFAA, com a redução dos 250.000 efetivos, existentes em 2010, para um máximo de 185.000.

Dois anos depois, num debate parlamentar o então Ministro da Defesa Alemão, Thomas de Maiziere, informou que tinham sido atingidos os objetivos de voluntários, mas era preocupante a taxa de rescisão de 30%, nos seis meses do período experimental. Foi ainda referido que a baixa taxa de natalidade alemã, se iria repercutir na capacidade de recrutamento, pelo que as FFAA teriam de ser mais atrativas no mercado de emprego.

O novo “*Bundeswehr*” delineado em 2011 ficou assim constituído - tabela nº 9.

Tabela nº 9: Efetivos das FFAA da Alemanha
Fonte: (Coligido de *Current Status of the Bundeswehr Reorientation* (Bundeswehr, 2011))

Formas de Serviço	Exército	Marinha	Força Aérea	Serviços Apoio Conjuntos	Serviços Saúde	Total
Quadro/ Carreira Temporária	55.320	12.550	22.050	35.500	14.120	139.540
Voluntários - Nível fixo	2.250	500	500	1.250	500	5.000
Voluntários - Nível flexível	3.750	800	450	2.000	500	7.500
Total militares	61.320	13.850	23.000	38.750	15.120	152.040
Civis	1.740	3.980	1.670	8.610	2.700	18.700
Total Geral	63.060	17.830	24.670	47.360	17.820	170.740

2. Caracterização geral do serviço militar na Bélgica

Na Bélgica a conscrição foi suspensa em 1994. Mantém-se contudo a possibilidade de ser acionada em caso de excecionalidade ou estado de guerra.

Em 2000 foi estabelecido um plano estratégico para modernização das FFAA³⁷ que visava uma redução do efetivo (civil e militar) da Defesa de 44.500 para 39.500 no horizonte de 2015. (Chambre des Représentants de Belgique, 2000, p. 6).

O plano diretor para a Defesa, de 3 de dezembro de 2003, reduziu o objetivo para 35.000 militares, em 2015. (Chambre des Représentants de Belgique, 2004, p. 4).

Em 2008, o Ministro da Defesa, Pieter de Crem, difundiu um documento de orientação política, onde apresentava a evolução do efetivo das FFAA - gráfico nº 10.

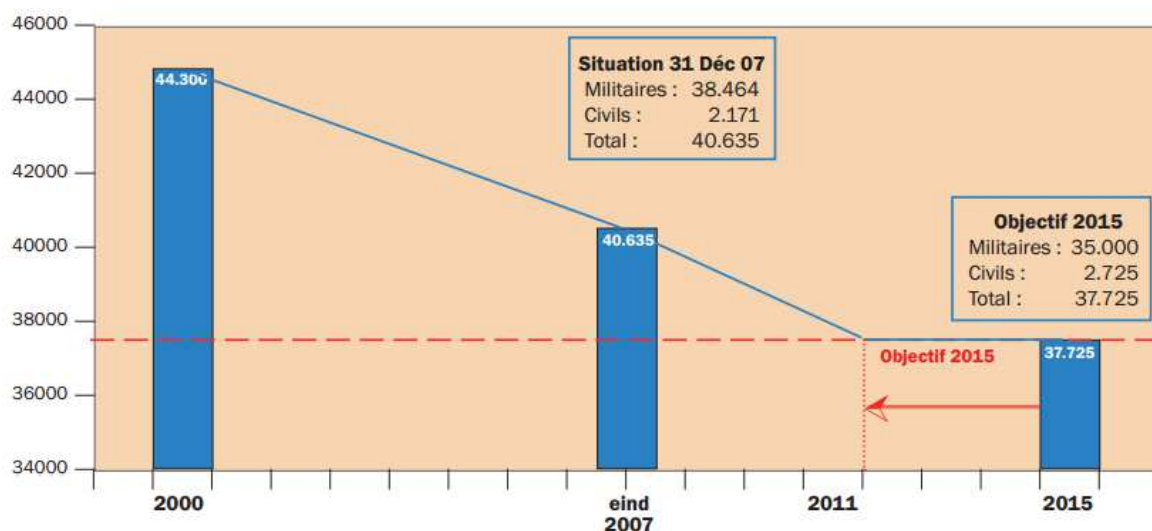


Gráfico nº 10: Evolução dos efetivos das FFAA da Bélgica
Fonte: (La Défense, 2008, p. 30)

Posteriormente, em dezembro de 2011, foi definido um novo objetivo para o ano de 2015, 30.000 militares e 2.000 civis. (Chambre des Représentants de Belgique, 2011, p. 3). Para 2014, o orçamento da defesa fixou um teto em 32.115 militares³⁸.

A documentação oficial disponível não detalha a distribuição dos efetivos das FFAA pelas componentes e categorias pelo que excecionalmente recorreremos a uma fonte não oficial para compor a tabela nº 10

Tabela nº 10: Efetivos das FFAA da Bélgica
Fonte: (IISS, 2013, p. 115)

	Componente Terrestre	Componente Naval	Componente Aérea	Serviço apoio conjunto	Serviço médico	Total
Militares	11.950	1.500	5.450	12.000	1.750	32.650

³⁷ *Le plan stratégique pour la modernisation de l'Armée Belge 2000-2015*. (Chambre des Représentants de Belgique, 2000)

³⁸ *Projet de loi fixant le contingent de l'armée pour l'année 2014* (Chambre des Représentants de Belgique, 2013)



3. Caracterização geral do serviço militar na Dinamarca

A Dinamarca é o único dos países abordados neste estudo que ainda mantém o serviço militar obrigatório, justificando-o com a necessidade de garantir um universo mobilizável para apoio dos serviços de emergência ou das forças policiais, em situações decorrentes de um desastre natural ou ataque terrorista.

Na generalidade os conscritos prestam serviço militar durante quatro meses, num dos ramos das FFAA. No último mês, aqueles que pretendem voluntariar-se para continuar ao serviço entram numa fase de pré-preparação para o período de treino subsequente. Para os que não pretendem continuar nas FFAA, o último mês do serviço militar obrigatório é reservado para o treino no âmbito da proteção civil.

Em 2013 prestavam o serviço militar obrigatório, 3.940 conscritos no Exército, 152 na Marinha e 152 na Força Aérea. (FORSVARET, 2014).

Na Dinamarca a participação no Dia das FFAA³⁹ é obrigatória para os jovens do sexo masculino e voluntária para o sexo feminino, no ano em que fazem 18 anos.

Os efetivos das FFAA (Danish Defence, 2011) são os constantes na tabela nº 11

Tabela nº 11: Efetivos das FFAA da Dinamarca

Fonte: (Coligido de *Facts and figures the Danish Armed Forces* (Danish Defence, 2011))

Categoria	Exército	Marinha	Força Aérea	Serviços conjuntos	Total
Oficiais	1.550	568	693	1.487	4.298
Suboficiais	2.566	722	1.068	844	5.200
Praças	4.040	1439	1.497	882	7.858
Conscritos	1.770	153	100	6	2.029
Total	9.926	2.882	3.358	3.219	19.385

4. Caracterização geral do serviço militar em Espanha

Dos anuários estatísticos⁴⁰ de 2011 e 2012, foram coligidos os efetivos das FFAA de Espanha, constantes da tabela nº 12.

³⁹ “Day of Armed Forces”

⁴⁰ *Estadística del personal militar de complemento, militar de tropa y marinería y reservista voluntario 2012* (Gobierno de Espana, 2013) e *Estadística del personal militar de carrera de las fuerzas armadas de las categorías de oficial general, oficial y suboficial y de personal militar del cuerpo de la guardia civil 2011* (Gobierno de Espana, 2012)



Tabela nº 12: Efetivos das FFAA de Espanha
Fonte: (Coligido de *Estadística del personal militar 2011, 2012*)

Categoria	Exército	Marinha	Força Aérea	Corpo Comum	Total
Oficiais	9.016	3.053	2.845	2.610	17.524
Suboficiais	16.426	4.965	6.895	584	28.870
Praças	57.267	13.736	12.147		83.150
Total	82.709	21.754	21.887	3.194	129.544

5. Caracterização geral do serviço militar em França

A França, país pioneiro na era moderna a adotar a conscrição, também enveredou nos finais do século passado por profissionalizar as suas FFAA. A decisão, anunciada pelo Presidente Jaques Chirac, em 1996, foi inscrita na “*LOI no 96-589 du 2 juillet 1996 relative à la programmation militaire pour les années 1997 à 2002*” (République Française, 1996).

Em consequência, o conceito da reserva da nação, baseada na mobilização geral para defesa do País, evoluiu para um conceito de reserva mais reduzida e melhor estruturada e adaptada às necessidades da Defesa.

A França mantém recenseamento obrigatório para ambos os géneros, para permitir a mobilização geral em situações de excecionalidade.

Os efetivos das FFAA em França estão coligidos na tabela nº 13.

Tabela nº 13: Efetivos das FFAA de França
Fonte: (Coligido de *Annuaire statistique de la Défense 2012-2013* (2013b, p. 48))

Categoria	Exército	Marinha	Força Aérea	DGA	Outros Corpos	Total
Oficiais	15.873	4.220	7.969	1.907	4.798	34.767
Suboficiais	41.240	21.488	29.989	88	9.318	102.123
Praças	62.322	8.285	14.579	21	8.298	93.505
Total	119.435	33.993	52.537	2.016	22.414	230.395

6. Caracterização geral do serviço militar na Holanda

Em 1 de novembro de 1992, o então Ministro da Defesa Holandês, Ter Beek, surpreendeu os seus generais informando-os da decisão política de suspender a conscrição, (Moelker, 2005). O processo de reforma das FFAA foi iniciado em 1993, com a



apresentação, na Câmara dos Representantes do Parlamento Holandês⁴¹, dum documento contendo as linhas de orientação para a defesa, o “*Prioriteitennota 1993*” (Tweede Kamer der Staten-Generaal, 1993). Neste documento foi proposto o fim da conscrição, a criação de umas FFAA profissionalizadas e reduzidas substancialmente nos seus efetivos mas com maior mobilidade e flexibilidade, bem como capacidade expedicionária para conduzir operações fora das fronteiras da OTAN. O plano de evolução dos efetivos militares das FFAA previa a passagem dos 78.790 (dos quais 26.385 conscritos) existentes em 1994 para 53.655 (zero conscritos) em 2000. (idem, p. 59)

Oficialmente a conscrição foi suspensa em 1997, tendo sido mantida a possibilidade da sua reintrodução em caso de estado ou ameaça de guerra.

A redução dos efetivos das FFAA tem sido contínua pelo que os efetivos existentes a 1 de janeiro de 2013 - tabela nº 14, de acordo com o orçamento de estado de 2014, serão reduzidos para 38.417 militares, em 2016. (Rijksoverheid, 2013a, p. 84)

Tabela nº 14: Efetivos das FFAA da Holanda
Fonte: (Coligido de *Kerngegevens Defensie* (Rijksoverheid, 2013b))

	Exército	Marinha	Força Aérea	Polícia Militar	Comando de Apoio	Outros serviços	Total
Militares	18.546	7.914	6.987	5.748	3.163	1.259	43.617

7. Caracterização geral do serviço militar no Reino-Unido

Ao contrário da maior parte dos Países da Europa, no Reino-Unido a conscrição não constituiu a regra mas sim uma exceção quebrada nos períodos das duas Guerras Mundiais do século passado. Foi no âmbito do processo de reestruturação das FFAA, despoletado com o “*White Paper*”⁴², apresentado, em abril de 1957, pelo então Ministro da Defesa Duncan Sandy, que o Serviço Nacional⁴³, que tinha sido criado em 1939 teve o seu termo em 1960.

Para tornar possível o exercício comparativo entre os efetivos das FFAA do Reino-Unido com outros Países torna-se necessário separar a componente regular⁴⁴ da componente de reserva⁴⁵, uma vez que, como pode ser observado na estrutura representada

⁴¹ Tradução nossa de “*Tweede Kamer der Staten-Generaal*”

⁴² “*It also recommended the abolition of national service [...]*” (House of Commons, 2010, p. 4)

⁴³ “*National Service*”

⁴⁴ “*Regular Forces*”

⁴⁵ “*Volunteer reserve, Active Regular Reserve, Sponsored Reserve*”



na figura nº 12, o Reino-Unido considera a componente de reservistas como parte integrante das FFAA⁴⁶.

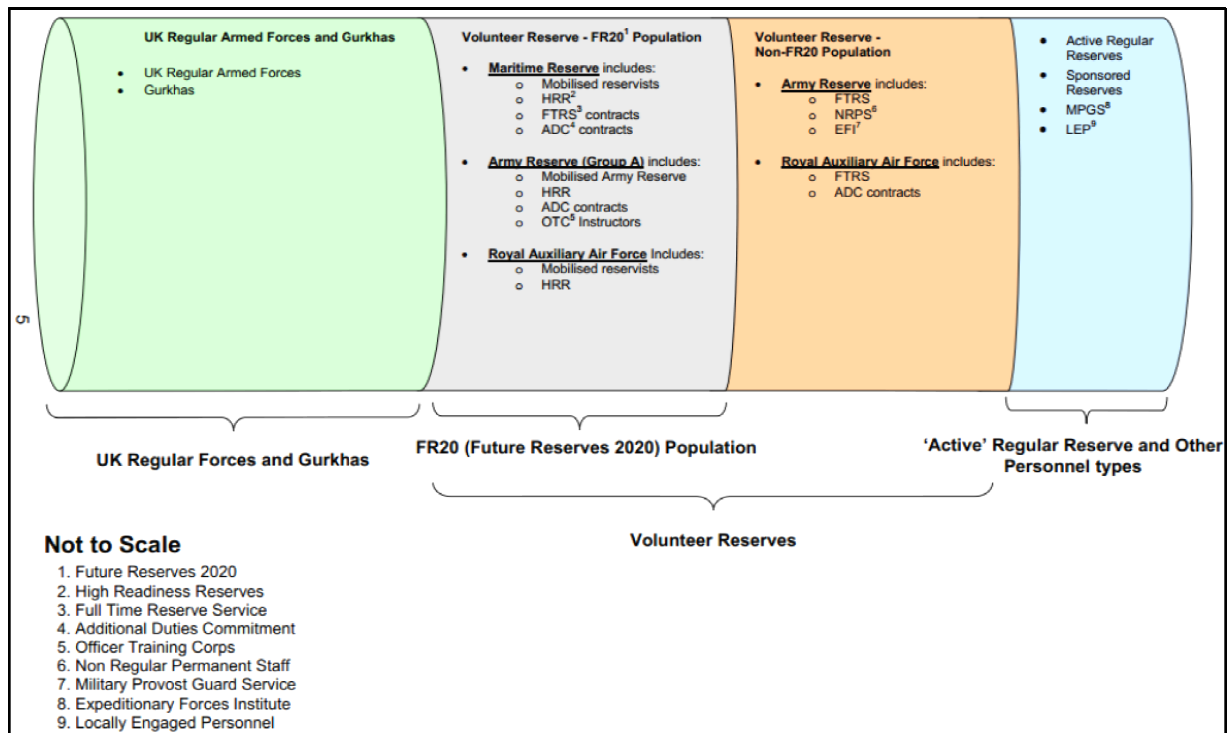


Figura nº 12: Estrutura dos efetivos das FFAA do Reino Unido
Fonte: (UK Armed Forces Quarterly Personnel Report (Ministry of Defence, 2014))

Os efetivos da componente regular das FFAA do Reino-Unido, reportados a 1 de Janeiro de 2014, são os apresentados na tabela nº 12.

Tabela nº 12: Efetivos das FFAA do Reino-Unido
Fonte: (Coligido de UK Armed Forces Quarterly Personnel Report (Idem))

Categoria	Exército	Marinha	Força Aérea	Total
Oficiais	14.110	6.940	8.170	29.220
Outros postos	82.710	26.880	27.990	137.580
Total	96.820	33.820	36.160	166.800

⁴⁶ “Our reservists are essential members of our Armed Forces. They work alongside their regular counterparts to deliver the military capability the nation needs in an integrated fashion.” (Ministry of Defence, 2013).



8. Indicadores resumo dos países estudados

Tabela nº 15: Indicadores resumo dos países estudados
Fonte: (Coligido pelo autor, 2014)

Indicadores		Alemanha	Bélgica	Dinamarca	Espanha	França	Holanda	Portugal	Reino-Unido
Superfície 1.000 Km ² (1)		357,0	30,3	43,1	506,0	544,0	33,8	91,9	243,8
População (2)		81.843.700	11.041.300	5.580.500	46.196.300	65.397.900	16.730.300	10.541.800	62.989.600
PIB em \$ EUA (3)		41.951	40.236	42.946	32.301	36.702	43.170	25.243	38.551
Orçamento Defesa em € (3)		36.739 M€	3.964 M€	3.453 M€	9.612 M€	39.402 M€	7.777 M€	2.501 M€	46.219 M€
% PIB para Defesa (3)		1%	1%	1,4%	0,9%	1,9%	1,3%	1,5%	2,4%
Efetivos das FFAA (3)		174.000	31.000	19.000	122.000	213.000	43.000	35.000	122.000
Despesa pessoal/ Orçamento defesa (3)		49,6%	77%	50,1%	57%	49,2%	55,6%	74%	35%
Serviço militar		Voluntário	Voluntário	Obrigatório	Voluntário	Voluntário	Voluntário	Voluntário	Voluntário
Fim da conscrição		2011	1995	-	2001	2001	1996	2004	1960
Componente permanente	Exército	61.320	11.950	9.926	82.709	119.435	18.546	17.727	96.820
	Marinha	13.850	1.500	2.882	21.754	33.993	7.914	8.824	33.820
	Força Aérea	23.000	5.450	3.358	21.887	52.337	6.987	6.538	36.160
	Serviços Conjuntos	38.750	12.000	3.219	3.194	22.414	3.163	Não aplicável (NA)	NA
	Serviços Saúde	15.120	1.750	NA	NA	NA	5.748 Polícia Militar	NA	NA
	Outros	NA	NA	NA	NA	2.016 (DGA)	1.259	NA	NA
	Total	152.040	32.650	19.385	129.544	230.395	43.617	33.089	166.800

(continua página seguinte)



(Continuação da tabela nº 15: Indicadores resumo dos países estudados)

Indicadores	Alemanha	Bélgica	Dinamarca	Espanha		França			Holanda	Portugal	Reino-Unido	
Componente reserva	2.500 Tropas de reserva	1.400	47.266 Guarda Nacional Dinamarquesa	Tempo-rários	Voluntários	Reserva Operacional		Reserva Cidadãos	4.093	Situação reserva 4.333	Reserva Voluntária	Outras
						RO1	RO2					
				Exército		Exército						Exército
	27.000 Reserva Territorial			9.552	2.958	39.765	16.006	712		RD 113.759	24.250	970
				Marinha		Marinha					Marinha	
				2.836	1.003	14.061	4.737	499			2.650	2.140
	38.000 Reserva Geral			Força Aérea		Força Aérea				RR 1.511.895	Força Aérea	
				1.952	709	15.914	5.519	234			1.410	690
				Corpo Comum		Outros						
				685	498	2.550	3.514	445				
	67.500	1.400	47.266	15.025	5.168	72.290	29.776	1.890	4.093	NA	28.310	3.800
Componente reserva / componente permanente	44%	4%	244%	4%		13%			9%	NA	17%	

(1) Fonte: (European Union, 2014)

(2) Fonte: “Population and population change statistics” (European Commission, 2012).

(3) Fonte: “Financial and Economic Data Relating to NATO Defence” (NATO, 2014)



Anexo C – Força de Cadetes do Exército do Reino-Unido

A Força de Cadetes do Exército ⁴⁷ (Army Cadet Force, 2011) é uma das maiores, mais antigas e bem-sucedidas organizações juvenis do Reino-Unido e detém um longo e prestigioso historial na preparação de jovens para os desafios da vida.

A ACF é patrocinada diretamente pelo Exército do Reino-Unido, mas também está aberta a outros patrocínios.

A ACF é constituída por cerca de 46.000 cadetes, entre os 12 e os 18 anos, e 8.500 instrutores voluntários em idade adulta. Nem os Cadetes nem os formadores estão sujeitos a qualquer obrigação militar.

Esta organização está presente em aproximadamente 1.700 localidades do território.

O objetivo da ACF não é constituir uma base de recrutamento para as FFAA, mas sim desenvolver nos jovens o conhecimento da missão e responsabilidades das FFAA.

Os Cadetes participam em programas de desenvolvimento de qualidades de liderança, trabalho em equipa, autoconfiança, respeito mútuo e senso de comunidade, para o que cumprem um treino progressivo em assuntos militares e não-militares, tais como: manejo de armas e tiro; utilização de mapa e bússola; primeiros socorros; projetos comunitários; desportos radicais.

Os Cadetes fazem uso de um uniforme, o qual lhes é fornecido gratuitamente, com exceção das botas.

O programa de treino é desenvolvido semanalmente durante duas tardes e eventualmente em alguns fins-de-semana para realização de competições desportivas, acampamentos ou caminhadas.

Uma vez por ano, durante as férias escolares, todos os Cadetes têm a oportunidade de participar nos acampamentos anuais, os quais têm a duração de uma ou duas semanas e se realizam em campos de treino militar.

As famílias dos Cadetes têm como único encargo suportar parte da despesa, a qual no máximo é de uma libra/semana pelo programa semanal, e cerca de 100 libras pelo acampamento anual, estando incluído neste valor as despesas com o transporte, alojamento, alimentação e atividades. No Reino-Unido este valor é extremamente competitivo comparado com outros programas similares.

⁴⁷ “Army Cadet Force (ACF)”



Apêndice 1 – Percurso metodológico

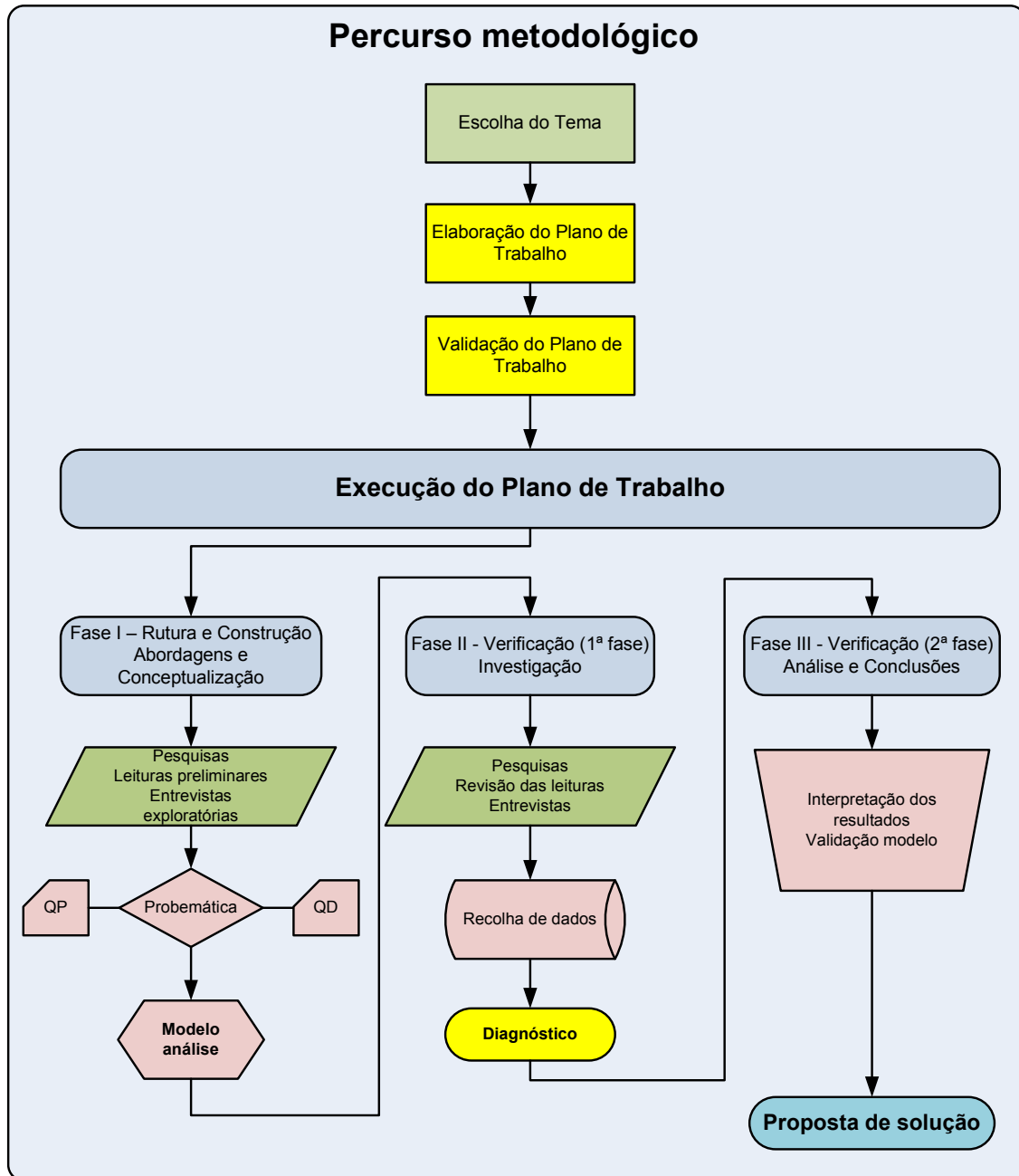


Figura nº 13: Percurso metodológico
Fonte: (Autor, 2013)



Apêndice 2 – Problematização teórica

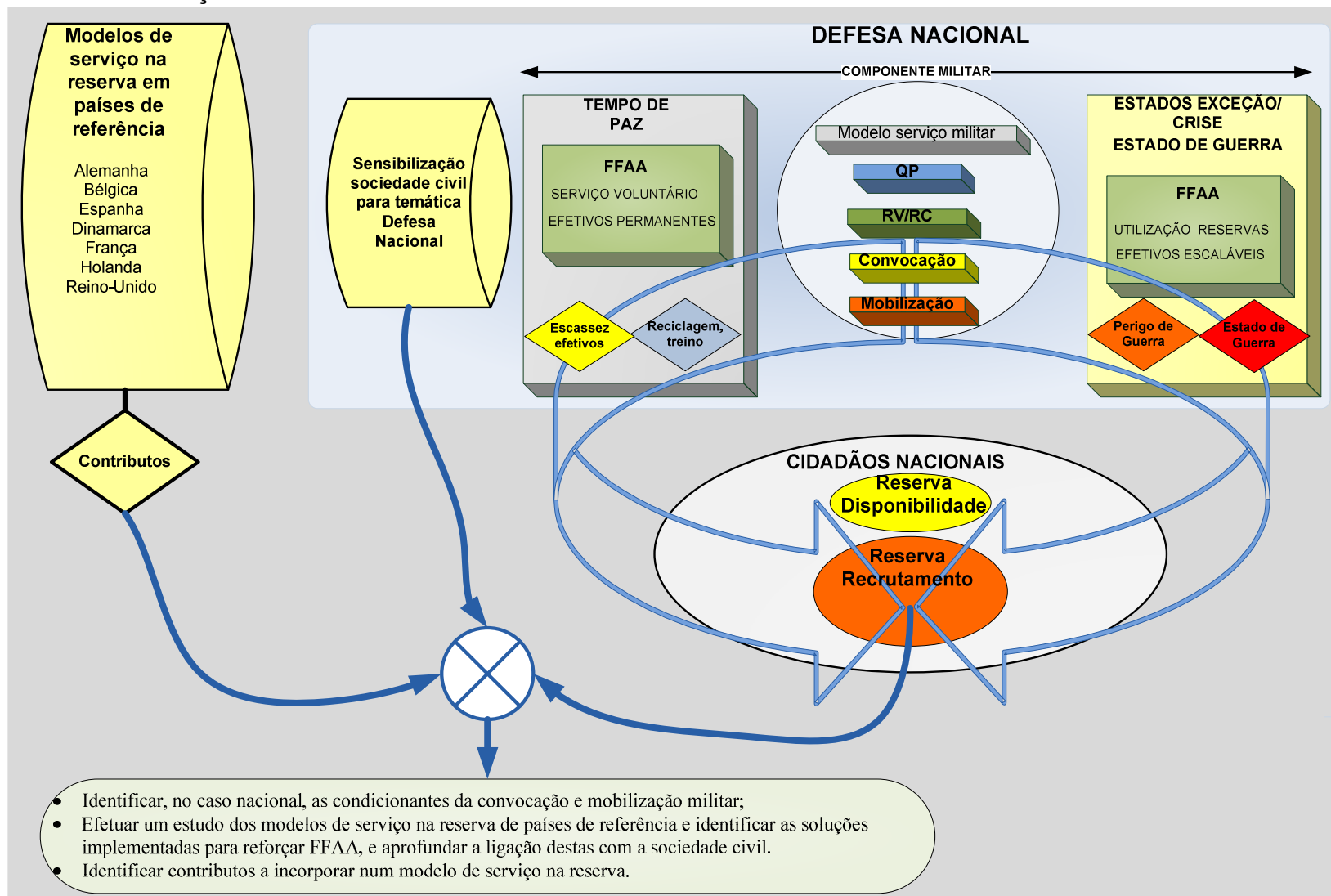


Figura nº 14: Problematização teórica
Fonte: (Autor, 2013)



Apêndice 3 – Estimativa de custos da convocação da Reserva de Disponibilidade

1. Cálculo do efetivo na Reserva de Disponibilidade

Tomando como base o efetivo autorizado de 16.000⁴⁸ militares RV/RC, calculámos na tabela nº 16 o número teórico de cidadãos da RD no período de seis anos subsequentes ao termo do serviço efetivo, e que como tal podem ser convocados para efeitos de reciclagem, treino, exercícios ou manobras militares. Para tal consideramos que a retenção dos militares RV/RC se aproxima do valor máximo e também desejável de seis anos.

Tabela nº 16: Universo estimado da RD
Fonte: (Autor, 2014)

Ramos	Efetivo autorizado em RV/RC	Média do efetivo em formação incluindo QP	Média do efetivo em RV/RC	Período de retenção máximo (anos)	Incorporados/ano = Saídas/ano para a RD	Duração do período de deveres militares na RD (anos)	Efetivos na RD para efeitos de convocação
Marinha	1.850	250	1.600	6	267	6	1.600
Exército	11.750	400	11.350	6	1.892	6	11.350
Força Aérea	2.400	200	2.200	6	367	6	2.200
Total	16.000	850	15.150	6	2.525	6	15.150

2. Cálculo do custo associado à convocação da Reserva de Disponibilidade

Para estimar o custo da hipotética convocação dos cidadãos da RD, nos seis anos subsequentes ao termo do serviço efetivo (tabela nº 16), por um período de uma semana/ano para reciclagem e treino, simulamos na tabela nº 17 os custos diretos associados às despesas com vencimento, transportes, alimentação, encargos de instalações e instrução.

⁴⁸ Efetivos autorizados para 2014 (AR, 2013).



Tabela nº 17: Cálculo custo de convocação da RD
Fonte: (Autor, 2014)

		Marinha			Exército			Força Aérea		
		Oficiais	Sargentos	Praças	Oficiais	Sargentos	Praças	Oficiais	Sargentos	Praças
Percentagem por categorias com base das existências a 31dez13		12%	2%	86%	4%	6%	90%	17%	0%	83%
RD por Ramo	Total	1.600			11.300			2.200		
	Por Categoria	192	32	1.376	452	678	10.170	374	0	1.826
Vencimento mensal		2TEN na 1º posição renumeratória	SSAR na 1º posição renumeratória	2MAR na 1º posição renumeratória	TEN na 1º posição renumeratória	FUR na 1º posição renumeratória	1CAB na 1º posição renumeratória	TEN na 1º posição renumeratória	FUR na 1º posição renumeratória	1CAB na 1º posição renumeratória
		1.658,00 €	1.102,00 €	917,00 €	1.658,00 €	1.102,00 €	917,00 €	1.658,00 €	1.102,00 €	917,00 €
Custo deslocamento		25,00 €	25,00 €	25,00 €	25,00 €	25,00 €	25,00 €	25,00 €	25,00 €	25,00 €
Alimentação		73,22 €	73,22 €	73,22 €	73,22 €	73,22 €	73,22 €	73,22 €	73,22 €	73,22 €
Encargos de instalações e formação		76,00 €	76,00 €	76,00 €	76,00 €	76,00 €	76,00 €	76,00 €	76,00 €	76,00 €
7 dias de vencimento		386,87 €	257,13 €	213,97 €	386,87 €	257,13 €	213,97 €	386,87 €	257,13 €	213,97 €
RD convocada 7 dias/ano		107.728,64 €	13.803,31 €	534.144,85 €	253.611,17 €	292.457,56 €	3.947.858,40 €	209.846,41 €	- €	708.828,85 €
Encargo por Ramo		655.676,80 €			4.493.927,13 €			918.675,27 €		
Encargo Total		6.068.279,20 €								



Apêndice 4 – Validação das hipóteses

QC	QD	Hip	Validação		
			Valor	Cap.	Pág.
<i>Que enquadramento conceptual para um modelo de serviço na reserva que quando necessário garanta o crescimento dos efetivos das FFAA, obviando as condicionantes do atual sistema de convocação e mobilização, e contribua também para uma melhor Defesa Nacional através de uma maior ligação dos cidadãos com as FFAA?</i>	QD 1 – Em que medida o sistema de convocação e mobilização nacional é apropriado, para em caso de necessidade, permitir o crescimento das FFAA?	Hip 1 - O sistema de convocação e mobilização militar não é apropriado para permitir o crescimento das FFAA.	✓	2	30
	QD 2 - Identificam-se soluções nos modelos de serviço na reserva estudados para complementar e/ou reforçar as FFAA, quando necessário, bem como aprofundar a ligação dos cidadãos às FFAA?	Hip 2 – Os modelos de serviço na reserva estudados incorporam soluções para complementar e/ou reforçar as FFAA, quando necessário, bem como aprofundar a ligação dos cidadãos às FFAA.	✓	3	48
	QD 3 - Que contributos podem ser identificados para um modelo de serviço na reserva que salvguarde as necessidades fundamentais das FFAA e aprofunde a sua ligação à sociedade civil?	Hip 3 – Os contributos identificados inserem-se no âmbito da conceção de uma componente de reserva voluntária, de cariz operacional e de um corpo de cidadania para a Defesa Nacional.	✓	4	58